



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FACED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

IVANEIDE SEVERO GOIANA



**A MEMÓRIA HISTÓRICA EDUCATIVA DO ORFANATO JESUS MARIA JOSÉ NA
CIDADE DE JUAZEIRO DO NORTE: 100 ANOS DE PERMANÊNCIAS E
RUPTURAS (1916 A 2016)**

FORTALEZA

2016

IVANEIDE SEVERO GOIANA

**A MEMÓRIA HISTÓRICA EDUCATIVA DO ORFANATO JESUS MARIA JOSÉ NA
CIDADE DE JUAZEIRO DO NORTE: 100 ANOS DE PERMANÊNCIAS E
RUPTURAS (1916 A 2016)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.
Área de concentração: Educação Brasileira.

Orientadora: Profa. Dra. Patrícia Helena Carvalho Holanda

FORTALEZA

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

G553m Goiana, Ivaneide Severo.
A memória histórica educativa do orfanato Jesus Maria José na cidade de Juazeiro do Norte : 100 anos de permanências e rupturas (1916 a 2016) / Ivaneide Severo Goiana. – 2016.
130 f. : il.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2016.
Orientação: Profa. Dra. Patricia Helena Carvalho Holanda.

1. Orfanato Jesus Maria José. 2. Infância pobre e desvalida . 3. Permanências e rupturas . I. Título.
CDD 370

IVANEIDE SEVERO GOIANA

**A MEMÓRIA HISTÓRICA EDUCATIVA DO ORFANATO JESUS MARIA JOSÉ,
NA CIDADE DE JUAZEIRO DO NORTE, 100 ANOS DE PERMANÊNCIAS E
RUPTURAS (1916 A 2016)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.
Área de concentração: Educação Brasileira.

Orientadora: Profa. Dra. Patrícia Helena Carvalho Holanda

Aprovada em: 27/10/2016.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Patrícia Helena Carvalho Holanda (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Francisca Geny Lustosa
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Roberto Kennedy Gomes Franco
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

DEDICATÓRIA

Ao meu avô, João Severo da Silva (*in memoriam*), a quem carinhosamente chamávamos de papai. Seu entusiasmo e esperança na humanidade despertou em mim o desejo de lutar por um mundo melhor.

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos a todos que, de alguma forma, doaram um pouco de si para que a conclusão deste trabalho se tornasse possível.

A minha professora orientadora, Dra. Patrícia Helena Carvalho Holanda, por acreditar na proposta do meu projeto, pela orientação, tanto individual como coletiva, em sala de aula nas reuniões da linha. Agradeço pela paciência e pela atenção que disponibilizou na sua orientação.

A todos (as) os (as) professores (as) da linha de pesquisa História da Educação Comparada, da qual tenho feito parte como pesquisadora: Profa. Dra. Maria Juraci Maia Cavalcante, Prof. Dr. Gisafran Nazareno Mota Jucá, Prof. Dr. Almir Leal de Oliveira. O meu agradecimento pela co-orientação e pelos momentos de aprendizagem durante as disciplinas, momentos que contribuíram para o desenvolvimento da minha dissertação e para o meu amadurecimento profissional e pessoal. Aos professores participantes da banca examinadora.

À Profa. Dra. Francisca Geny Lustosa, pela sua disponibilidade para orientação, paciência e dedicação como co-orientadora e amiga.

À coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará – UFC.

Aos Funcionários da UFC, pelo excelente atendimento e colaboração, por se mostrarem sempre dispostos a ajudar.

Aos amigos e colegas, pelo incentivo e pelo apoio constante.

Aos (às) amigos (as) da linha de pesquisa História da Educação Comparada (LHEC): Liana Liberato Lopes, Pâmela Costa Landim Saboya, Walney Sousa, Cristina Couto, Dulcelina Cavalcante, Roberto Leite, Polliana Luna, Francilda Alcantâra, Roberto Barros Dias, Evaldo Cavalcante Monteiro, Fabiane Elpídio de Sá, Ana Licia de Melo Silva, Luciana de Moura Ferreira, Simone Vieira de Mesquita, Cícero Edinaldo dos Santos, José Wagner Almeida, Francisco Robson Alves de Oliveira, Ana Claudia Uchoa Araújo, Cristina Mandau Ocuni Cá. Aos não citados, peço perdão pelo esquecimento, mas sintam-se presentes em meus agradecimentos. A convivência com o grupo proporcionou momentos de ricas discussões, companheirismo e aprendizado.

Aos (ás) meus (minhas) entrevistados (as).

Ao Historiador e Professor Antônio Pereira de Figueiredo, Renato Dantas, à professora Maria Pereira de Sousa, às Religiosas Zenilda Maria, Madre Nobre Feitosa, Francimária Cristina, Maria Aldenira Máximo.

Ao Historiador, Raimundo Araújo, pelo apoio na incursão por fontes.

À minha família: minha mãe, Maria Severo Goiana; meu pai, Sebastião Goiana da Silva; aos meus irmãos, Cícera Severo Goiana, Francineide Severo Goiana, Roberto Severo Goiana, Lucilene Severo Goiana, Antônio Severo Goiana, e José Carlos Severo Goiana; aos (às) meus (minhas) cunhados (as), sobrinhos (as), minha razão para continuar lutando. À família Fernandes de Queiroz, pelo acolhimento em Fortaleza, em especial a Zenaide Fernandes de Queiroz, pelos seus cuidados e apoio.

À Profa. Dra. Zuleide Fernandes de Queiroz, amiga irmã e companheira de luta, pelo apoio, orientação, incentivo e acompanhamento em toda a minha vida acadêmica.

Aos amigos e amigas que comemoraram e me apoiaram em mais uma conquista.

RESUMO

O presente estudo consiste na investigação sobre a memória histórica educativa do Orfanato Jesus Maria José, localizado na Cidade de Juazeiro do Norte-CE, onde buscamos localizar as transformações impostas pelo tempo, no que se refere às práticas educativas, sua estrutura e funcionamento, situando-as de forma comparativa com as ideias socialmente circundantes de acolhimento à infância pobre ou desvalida, em âmbito nacional e internacional, no período que decorre de 1916 a 2016. Uma Instituição idealizada pelo Padre Cícero Romão Batista, com o propósito de recolhimento e educação para meninas órfãs pobres ou “desvalidas”. A instituição de início foi coordenada pelas Beatas do Juazeiro no ano de 1916 a 1935, quando assumem as Filhas de Santa Teresa de Jesus permanecendo até os dias atuais, completando (100) cem anos de existência. Buscamos problematizar os cem anos da sua existência, dando ênfase às permanências e rupturas, no seu processo histórico educacional durante esse período. Para tanto, elencamos as categorias: História de instituições educacionais; História da mulher na ação educacional; História da infância pobre ou “desvalida”. A metodologia se deu através da pesquisa qualitativa, apoiada em estudos bibliográficos, documental e na História Oral. Utilizou-se da entrevista não estruturada, com agentes participantes do projeto incluindo os sujeitos da atualidade. Através dos estudos e das entrevistas realizadas, percebemos algumas rupturas e permanências, tanto no processo estrutural como nas ações desenvolvidas pelos seus administradores. Das rupturas, destacamos três momentos: a mudança das Beatas em 1935 para as Filhas de Santa Teresa de Jesus; a instalação de uma escola de ensino primário em uma sala do Orfanato, tendo as religiosas que se adequar a uma nova metodologia educacional; quando a escola foi fechada, passando a instituição de internato para externato, se constituindo em uma instituição filantrópica de fins assistencialistas, atendendo ambos os sexos. Durante esse processo pode-se perceber mudanças, também no processo educacional, de acordo com as transformações sociais. Percebemos que, ainda habita na instituição aspectos da sua idealização, a instituição continua incidindo sobre o processo educacional, com projetos voltados para a população carente, desde a sua idealização até os dias atuais, o que caracterizamos como permanências históricas, que resistiram por um século.

Palavras- Chave: Orfanato Jesus Maria José; Infância Pobre e Desvalida; Permanências e Rupturas.

ABSTRACT

The present study consists of the investigation of the educational historical memory of the Jesus Maria Jose Orphanage, located in the city of Juazeiro do Norte, CE, where we seek to locate the transformations imposed by time, in relation to educational practices, its structure and functioning, In a comparative way with the socially surrounding ideas of welcoming poor or helpless childhood, nationally and internationally, in the period from 1916 to 2016. An institution designed by Father Cícero Romão Batista, with the purpose of gathering and educating Poor or "helpless" orphan girls. The initiating institution was coordinated by the Beatas of Juazeiro from 1916 to 1935, when they assumed the Daughters of St. Teresa of Jesus, remaining until the present day, completing (100) one hundred years of existence. We seek to problematize the hundred years of its existence, emphasizing the permanences and ruptures, in its historical educational process during this period. For this, we list the categories History of educational institutions, History of women in educational action, History of poor or "helpless" childhood. The methodology was based on qualitative research, supported by bibliographic, documentary and oral history studies. It was used the unstructured interview, with agents participating in the project including the subjects of the present time. Through the studies and the interviews carried out, we perceive some ruptures and permanences, both in the structural process and in the actions developed by its administrators. Of the ruptures, we emphasize three moments: The change of the Beatas in 1935 for the Daughters of Santa Teresa de Jesus; The installation of a Primary School in a room of the Orphanage, with the sisters having to adapt to a new educational methodology; When the school was closed, becoming the boarding school institution, becoming a philanthropic institution for welfare purposes, serving both sexes. During this process one can perceive changes, also in the educational process, according to the social transformations. We realize that the institution still has aspects of its idealization; the institution continues to focus on the educational process, with projects focused on the needy population, from its idealization to the present day, which we characterize as historical permanences that have resisted for a century.

Keywords: Jesus Maria José Orphanage; Poor and helpless childhood; Permanence and ruptures.

LISTA DE FOTOS

Foto 1- Primeira sede do Orfanato Jesus Maria José	86
Foto 2- Segunda sede do Orfanato Jesus Maria José sem reforma, 1935	88
Foto 3 - Capela do Orfanato Jesus Maria José.....	98
Foto 4 –Cícero em meio a um grupo de meninas do Juazeiro, vestidas para a cerimônia da primeira comunhão	99
Foto 5 - Meninas órfãs ao lado da Beata Mocinha.....	101
Foto 6 - Fazenda do Dr. Floro Bartolomeu aos fundos da casa que se constituiu o Orfanato	105
Foto 7 - Crianças internas com as irmãs em frente ao Orfanato	109
Foto 8 - Irmã Berenice e Maria José com as internas, em 1967	110
Foto 9 - Missa na comemoração do centenário Orfanato Jesus Maria José, 2016.....	112

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quadro com nome das administradoras do Orfanato Jesus Maria José	97
Tabela 2 - Quadro com nome das administradoras do Orfanato Jesus Maria José no período de 1935 a 2016.....	107

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CE	Ceará
CEDOC	Centro de Documentação do Cariri
CRAJUBAR	Crato, Juazeiro, Barbalha
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICC	Instituto Cultural do Cariri
IPESC	Instituto de Pesquisa do Cariri
LHEC	Linha de Pesquisa História da Educação Comparada
NETED	Núcleo de Estudo Trabalho e Educação
PE	Pernambuco
PSDB	Partido Social Democrático Brasileiro
UFC	Universidade Federal do Ceará
URCA	Universidade Regional do Cariri

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	15
1.1	Organização dos capítulos	21
1.2	Minha relação com o objeto de estudo	22
1.3	O percurso metodológico.....	23
1.4	Abordagem Qualitativa.....	26
1.5	Perspectiva Comparada	27
1.6A	relação História e História Oral	31
1.7As	Entrevistas	40
2.	EDUCAÇÃO, RELIGIÃO E TRABALHO NO CARIRI CEARENSE	35
2.1	Espaço social da pesquisa.....	35
2.2	O Cariri cearense	39
2.3	A cidade de Juazeiro do Norte, Ceará	44
2.4	Da terra dos Cariris à emancipação de Juazeiro do Norte.....	49
2.5	O Padre Cícero e as práticas caritativas no cariri cearense	53
2.6	Irmandade das Beatas do Juazeiro.....	59
3.	AS MEDIDAS DE RECOLHIMENTO PARA PESSOAS POBRES E DESVALIDOS A NÍVEL NACIONAL E INTERNACIONAL E AS PRIMEIRAS CASAS DE RECOLHIMENTO PARA A INFÂNCIA POBRE E DESVALIDA NO BRASIL	63
3.1	Primeiras medidas de recolhimento para pessoas pobres, mendigos e desvalidos em âmbito nacional e internacional.....	63
3.2	Um breve histórico da infância pobre e desvalida no Brasil	71
3.3	A institucionalização educacional no Brasil.....	80
4.	A MEMÓRIA HISTÓRICA EDUCATIVA DO ORFANATO JESUS MARIA JOSÉ, NA CIDADE DE JUAZEIRO DO NORTE CEARÁ, 100 ANOS DE PERMANÊNCIAS E RUPTURAS	84
4.1	Orfanato Jesus Maria José – da idealização aos dias atuais	84
4.2	Estruturas organizativa, administrativa e financeira do Orfanato Jesus Maria José 1916 a 1935	97
4.3	Orfanato Jesus Maria José na administração da Congregação das Filhas de Santa Teresa de Jesus	102
4.3.1	Estrutura administrativa	106

4.3.2 Tempo, rotina e espaço.....	109
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
REFERÊNCIAS.....	121
ANEXOS.....	127

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como intenção explicitar a trajetória histórica educativa do Orfanato Jesus Maria José, idealizado pelo Padre Cícero Romão Batista, no ano de 1916, na Cidade de Juazeiro do Norte, Sul do Ceará. Pretendemos analisar as rupturas e permanências, situando-as de forma comparativa com as ideias socialmente circundantes de acolhimento à infância pobre ou desvalida, em âmbito nacional e internacional, no período que decorre de 1916 a 2016, tomando como foco as práticas desenvolvidas por seus idealizadores e as mulheres religiosas, responsáveis por um século de permanência histórica da instituição. A pesquisa em questão surgiu na qualificação do mestrado, como proposta da banca examinadora, sobre uma possibilidade de redirecionamento do objeto de estudo, quando o projeto o qual foi submetido à qualificação tinha como proposta estudar as Beatas professoras do Juazeiro do Norte.

O projeto sobre as Beatas professoras surgiu ainda no período da minha graduação, ao ingressar no curso de Pedagogia da Universidade Regional do Cariri – URCA, no período de 2003a 2007, ao cursar a disciplina de História da Educação do Ceará e do Cariri, bem como fazer parte do NETED - Núcleo de Estudos sobre Trabalho, Educação e Desenvolvimento da Universidade Regional do Cariri – URCA, onde tivemos a oportunidade de constituir pesquisas sobre a História da Educação do Ceará e do Cariri. Os achados na pesquisa durante a graduação acabaram por dar origem ao projeto de pesquisa submetido à seleção de mestrado, o qual trazia como premissa, as Beatas como “professoras”, mesmo não havendo uma educação formal, essas mulheres religiosas se dispuseram a ensinar por meio da caridade, crianças pobres e desvalidas da cidade de Juazeiro do Norte, incidindo sobre o processo educativo na região.

Porém, diante de algumas dificuldades encontradas a banca de qualificação teceu orientações para um novo redirecionamento, devido à escassez de fontes e a dificuldade de localizá-las. O período de um ano que restava para o término do mestrado seria mais um empecilho nessa caminhada. Em comum acordo com a banca e orientadora, achamos melhor aceitar as orientações da banca sobre um redirecionamento do objeto de estudo, que se daria em estudar uma instituição educacional, onde as Beatas foram precursoras na sua administração e na educação para meninas.

A pesquisa passou a ter como foco de estudo uma Instituição Educacional Centenária da Cidade de Juazeiro do Norte, o Orfanato Jesus Maria José, idealizado pelo Padre Cícero Romão Batista e administrado por mulheres religiosas, de início as “Beatas” do Juazeiro,

desde o ano de 1916 a 1934, em seguida, repassado para outro grupo de mulheres, as Filhas de Santa Teresa de Jesus deram continuidade ao projeto de caridade, que carrega experiências significativas por um período de um século concretizado em 2016.

Nas primeiras percepções sobre o objeto de estudo nos foi possível perceber que, o Orfanato Jesus Maria José foi um projeto idealizado pelo Padre Cícero Romão Batista, considerado na época o Patriarca das famílias desprovidas de poder econômico. Porém, percebemos que o Orfanato teve uma importância significativa para a população Juazeirense. Além de recolhimento para as meninas carentes, se constituiu em um espaço educacional para as meninas que não tinham acesso à educação formal, incidindo também na produção e reprodução dos valores sociais vigentes, “com destaque para a defesa da honra familiar e da moral feminina” (RODRIGUES, 2012, p.20).

Diante das evidências empíricas, surgiram-nos indagações na tentativa de compreensão desse modelo de instituição e norteamento da pesquisa, questionamentos que nos guiaram nessa incursão: como se deu a idealização do Orfanato Jesus Maria José? Qual a sua função social para a região? Quais motivos e condições levaram à sua criação? Como a instituição conseguiu manter-se durante um século? O que mudou durante esse período? Quais rupturas e permanências podem ser destacadas durante esses cem anos? Como se dava a ação das Beatas no âmbito da instituição para com as meninas? Como se deu o processo de mudança das Beatas para as filhas de Santa Teresa de Jesus? Neste espaço, o que ainda habita das ações das Beatas?

Ao tentar nos aproximar da problemática sobre o processo de formação do Orfanato, a sua relação com a sociedade caririense, iniciamos por abordar algumas de suas características, a sua localização histórica, geográfica e social. Vale ressaltar que nas pesquisas empíricas sobre a instituição, no período de consolidação da pesquisa, percebemos em primeiro momento que o Orfanato Jesus Maria José parecia, aos olhos da comunidade, um espaço de amparo às crianças pobres dos bairros vizinhos, reconhecido pela população como uma alternativa para as famílias deixarem os seus filhos nos horários que não estavam na escola. Porém, os dados empíricos não contemplavam os cem anos da sua idealização até os dias atuais. Uma História centenária fragmentada pelo tempo e pela falta de documentação, em cuja, o novo prevalece e o passado torna-se cada vez mais distante do projeto do presente e das idealizações futuras.

No entanto, a instituição ao longo dos cem anos de sua existência passou por mudanças. Além de oferecer abrigo às recolhidas, incidiu sobre a educação moral e religiosa para as meninas da região, incorporando progressivamente características de um ensino

escolar, em um período onde a educação feminina tomava uma repercussão nacional, mesmo sendo uma educação voltada para os princípios da moral cristã e do lar.

Dessa forma, justificamos o estudo sobre o Orfanato Jesus Maria José pela sua importância, tanto para a História da Educação, como para a população Juazeirense, e ainda, por compreendermos que será uma contribuição tanto educacional como política e social para a cidade de Juazeiro do Norte, interior do Ceará.

A periodização da pesquisa delimita-se ao intervalo de tempo que se caracteriza pela idealização do Orfanato, do ano de 1916 ao ano de 2016, marco do seu centenário, um momento histórico de grande importância para o povo Juazeirense e para as Filhas de Santa Teresa de Jesus, responsável por concretizar uma permanência histórica. A caridade dessas mulheres vem superando os entraves sociais e econômicos que surgem diante das transformações sociais, mantendo as memórias vivas, como forma de resistência e sobrevivência, dentro de um espaço de constantes mudanças, políticas, econômicas e sociais.

Diante do exposto, adotamos a premissa de que, dentro do percurso histórico de um século, ainda habita na instituição características que remetem aos seus idealizadores do passado, tanto na estrutura física como nos aspectos, filosóficos e culturais que regem o projeto do presente. Acreditamos que as permanências acabam por manter viva a História de uma instituição movida pelos princípios do trabalho e da oração, causando impactos na vida das famílias e das crianças que são acolhidas, na instituição.

Para possíveis respostas, delineamos alguns objetivos que possam nos auxiliar nessa incursão. Como objetivo geral, almejamos reconstituir a memória histórica educativa do Orfanato Jesus Maria José, localizando as transformações impostas pelo tempo, no que se refere às práticas desenvolvidas no processo educacional, dando ênfase às rupturas e permanências que se estabeleceram durante os cem anos desde 1916 os dias atuais. Uma História secular movida pelos princípios do trabalho e da oração, que deram sustentabilidade a um projeto de acolhimento a criança carente, por meio de práticas caritativas.

Como objetivos específicos, almejamos problematizar a trajetória histórica do Orfanato Jesus Maria José situado na cidade de Juazeiro do Norte, no período que decorre de 1916 a 2016; descrever o espaço sócio, econômico, político e religioso em que se insere o Orfanato Jesus Maria José; contextualizar as ideias socialmente circundantes de recolhimento à infância pobre ou desvalida, de forma comparativa em âmbito nacional e internacional; analisar as ações desenvolvidas no processo educacional das meninas as modificações e os pontos que interligam o projeto do passado de 1916 a instituição do presente, 2016; investigar as rupturas e permanências que se deram durante o percurso dos cem anos de sua existência.

A análise destes objetivos nos possibilitará reconstituir a História do Orfanato Jesus Maria José, “sua materialidade, organização, funcionamento, representações, tradições, memórias, práticas, envolvimento e apropriações” (MAGALHÃES, 2004, p. 58), que se estabeleceram durante séculos. Neste sentido, o estudo desses elementos para a reconstituição histórica educativa do Orfanato Jesus Maria José nos permitirá estudar a sua trajetória, sua missão, seus processos de formação e acolhimento de crianças, as rupturas e permanências que se estabeleceram durante os cem anos de sua existência.

No que diz respeito à relevância da pesquisa, dado o fato da escassez de fontes sobre o assunto, acreditamos que essa possa vir a ser de relevância para a área da História da Educação por ser uma pesquisa que vem a contribuir de forma política e social para a cidade de Juazeiro do Norte – CE e da Região do Cariri cearense. Buscamos ainda contribuir com a reorganização de fontes que se encontram perdidas no espaço de uma região, que tem a sua História política econômica constituída em um cenário mítico, com um acervo complexo e inesgotável de fontes históricas que muito dizem sobre a identidade individual e coletiva de um povo, o que nos faz refletir e pensar sobre a nossa participação como indivíduos produtores dessa História.

Para tanto, como referencial teórico abordamos alguns autores que contribuíram para a elaboração do nosso objeto de estudo e para a construção da nossa problemática. Para um conhecimento sobre a historiografia local, dentro de uma vertente histórica, social, política, religiosa, cultural e econômica da época, contamos com as obras de Della Cava (2014), Forti (1999), Madeira (2008) e Nobre (2011). Sobre a condição feminina nos conventos e recolhimentos no sudoeste do Brasil, e a origem das Casas de Recolhimento a nível nacional e internacional, recorremos a Algranti (1998).

Para uma contextualização do papel da mulher dentro de uma perspectiva histórica no Brasil temos Del Priore (2010), Venâncio (2010). Acerca das instituições educacionais, utilizamos o estudo de Magalhães (2004), que analisa o processo histórico de uma instituição educativa dentro da sua materialidade, organização e funcionamento, levando em conta suas representações, tradições e memórias.

Para a História das Mulheres na Educação e a fundamentação sobre gênero, contamos com os estudos de Holanda (2011, 2012), Del Priore (1997), Louro (2007). Sobre a História da infância e o desenvolvimento desse sentimento no seio familiar e social, contamos com os estudos de Ariès (1978). Nos estudos que abordam o abandono de crianças no Brasil Colônia, as primeiras medidas de recolhimento dos pobres, analisando as relações sociais e familiares instituídas em um processo de crescimento econômico e consolidação do capital, Del Priore

(2007), Souza (1999) e Venâncio (2010) retratam sobre as Casas de Recolhimento no período colonial, o abandono das crianças e as rodas dos expostos no Brasil, dentro de uma perspectiva internacional.

Sobre a História, História da Educação e História Oral, utilizamos dos estudos de Le Goff (2003), Bosi (1994); educação comparada, Nôvoa (2009), Cavalcante (1998, 2000, 2008), Cowen (2010); a História Cultural, Burke, (2011), entre tantos outros que nos deram suporte para a pesquisa.

Essa proposta de estudo foi desenvolvida no âmbito da Linha de Pesquisa em História da Educação Comparada (LHEC), em que se insere o eixo temático Família, Educação e Sexualidade, do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará (UFC).

O estudo sobre o Orfanato Jesus Maria José está inserido tanto no campo das pesquisas sobre História das Instituições Educacionais, História das Mulheres, quanto nos estudos das Histórias da Infância. No entanto, teremos como fio condutor as rupturas e permanências de um determinado objeto histórico nas suas relações com o meio. A definição de tais categorias nos foi essencial para o conhecimento e análise do fenômeno estudado, situando de forma comparativa com as ideias socialmente circundantes de acolhimento à infância pobre ou às crianças desvalidas, em âmbito nacional e internacional.

É importante salientar que as categorias aqui apresentadas se assentam na compreensão de que as rupturas estão ligadas às mudanças acometidas à instituição ao longo do tempo de seu funcionamento, que se caracterizará por mudanças no percurso do seu cotidiano, na gestão, nas parcerias realizadas e nas mudanças das atividades educacionais como: atividades, condutores, professores, materiais pedagógicos, dentre outros. No que se refere à permanência, se constituirão da manutenção do Orfanato, sua existência, seu reconhecimento institucional, seu lugar de abrigar crianças pobres e sua experiência constante sob a ação da Igreja Católica.

Desses momentos, podemos destacar três em que percebemos mudanças na instituição, quando esta nasce sob a ação das Beatas do Padre Cícero¹, como Casa de Recolhimento e de formação de meninas e moças. Ou seja, primeiro, no tocante à parte administrativa, que foi

¹Ao chegar no povoado de Joazeiro, o Padre Cícero cria, em 1885, uma irmandade de mulheres que queriam seguir uma vida religiosa, ficando estas sob a sua autoridade direta. Essa irmandade era constituída por mulheres leigas, “algumas delas tinham sido Beatas da Casa de Caridade do Crato, do Padre Ibiapina e outras, de Joazeiro, tomavam o hábito pela primeira vez”. (DELLA CAVA, 2014, p. 81). Algumas, segundo Della Cava, eram viúvas desprovidas da tutela masculina. Buscavam na religião, uma vida de castidade.

passado das Beatas para a Congregação das Filhas de Santa Teresa, no ano de 1935; segundo, quando se instalou na instituição uma escola de ensino primário, em parceria com o poder Municipal, no ano de 1990, tendo as freiras que se adequarem a uma nova estrutura de ensino, acompanhando o desenvolvimento político e econômico municipal; e o terceiro momento, quando a escola, que funcionava como internato, passou a ser uma instituição filantrópica, sem fins lucrativos, atendendo às crianças das comunidades mais carentes da cidade de Juazeiro do Norte, dando-lhes uma educação complementar.

Quanto à História das instituições, nos referimos ao processo de idealização, construção do Orfanato Jesus Maria José, que se caracteriza como uma instituição educacional, filantrópica de assistência à criança pobre. Sobre a História das mulheres na religiosidade e educação, incide sobre a História as mulheres que fizeram e fazem parte do projeto, suas ações, memórias e práticas educativas. Quanto à História da infância, pobre ou desvalida, constitui sobre a História das crianças que foram recolhidas pelo Pe. Cícero, personagem principal da idealização do Orfanato Jesus Maria José.

1.1 Da organização dos capítulos

Após delineamento da pesquisa, elaboração, classificação e operacionalização das categorias, organizamos o nosso trabalho de forma a responder as questões norteadoras, com o propósito de cumprir os objetivos relatados neste trabalho e apresentar os resultados desta pesquisa, que se estrutura da seguinte forma:

Na introdução, apresentamos a contextualização da temática estudada, a problemática, as questões norteadoras, referencial teórico, o objetivo geral e objetivos específicos, e os procedimentos metodológicos que nortearam esta investigação.

No primeiro capítulo, procuramos desenvolver uma breve contextualização do processo histórico que deu origem ao Cariri Cearense e às duas principais cidades da região, espaço onde está situado o nosso objeto de estudo. Conhecer o processo de construção desses espaços nos possibilitará compreender as intenções política, religiosa e econômica que deram origem à cidade de Juazeiro do Norte-CE, e a idealização do Orfanato Jesus Maria José.

No segundo capítulo, apresentamos um histórico sobre as primeiras Casas de Recolhimento para pessoas pobres e desvalidas a nível nacional e internacional, bem como o processo de desenvolvimento das primeiras medidas sobre o abandono de crianças e a construção das primeiras instituições de recolhimento à infância pobre e desvalida no Brasil, e

posteriormente ao processo de desenvolvimento educacional, no Brasil que nos remete à idealização e construção do Orfanato Jesus Maria José. Procuramos também nas relações estabelecidas entre o Brasil (país colonizado) e a Europa (continente colonizador), as influências das ideias que circularam nesse período, buscando a relação com as ideias dominantes na constituição das primeiras instituições de recolhimento à criança pobre e “desvalida” no Brasil.

O terceiro capítulo, dedicamos à (re) constituição histórica da Instituição Educacional Orfanato Jesus Maria José. Sua estrutura, administração e as ações “pedagógicas” desenvolvidas pelas mulheres responsáveis pela sua administração desde o período da sua criação até os dias atuais, buscando as rupturas e permanências que aconteceram desde a sua idealização, em 1916, até o momento do seu centenário, em 2016.

Nas considerações finais fazemos uma síntese com a intenção de retomarmos as discussões elaboradas nos capítulos anteriores, nos guiando sobre as questões que conduziram nossas reflexões, e apresentamos os resultados da pesquisa que subsidia este estudo.

1.2 Minha relação com o objeto de estudo

Falar sobre as nossas práticas, nossa vida acadêmica, profissional, ou pessoal, requer uma reflexão acerca do nosso papel na sociedade, o que não parece fácil quando nos encontramos em uma sociedade marcada por múltiplas transformações, uma vez que requer do indivíduo, uma revisão de propósitos, valores e procedimentos vigentes constituídos ao longo da História de sua formação pessoal e profissional.

Para tanto, é preciso ter consciência de que o lugar onde nos encontramos hoje é resultado de toda uma trajetória de vida delineada pelas nossas ações que incidem sobre os nossos objetivos, que são trilhados pelas relações estabelecidas em um determinado contexto social.

Em prol da reflexão sobre a minha inserção no espaço da pesquisa do Orfanato Jesus Maria José, e minha relação com objeto de estudo, busquei fazer uma análise através da minha trajetória acadêmica, meio pelo qual tive os primeiros contatos com as principais cidades da região do Cariri, Juazeiro e Crato.

Para tanto, tomei como ponto de partida a memória, onde as lembranças pareciam estar adormecidas. Tal processo me remeteu a minha infância, quando das noites estreladas no céu do interior, um senhor sentava-se na sua varanda rodeado de crianças e as fazia viajar em

um mundo imaginário, onde o céu e as estrelas eram o limite. Como toda História tem sempre um pouco de realidade, contava esse velhinho sobre o Juazeiro do Padre Cícero, uma terra distante, onde o céu era mais estrelado, as árvores com suas copas verdes, onde a peleja do sertanejo tinha um significado. Lá morava um homem que curava as doenças, cuidava dos famintos, e fazia milagres, uma “terra santa, guiada por um santo”, o Pe. Cícero, meu “padim” como assim o chamava. Essa terra era o Juazeiro, onde tudo era possível. Ao lembrar-me das Histórias contadas pelo meu avô, percebo que sempre fiz parte dessa História. Como tantos outros sertanejos, a minha vinda para Juazeiro foi também com a intenção de construir uma vida melhor.

Tal relação se consolidou ainda na minha vida acadêmica como aluna do curso de Pedagogia na Universidade Regional do Cariri - URCA, localizada na Cidade do Crato-CE. A minha vinda para a região se deu exatamente pela intenção de fazer um curso de nível superior, optando pela profissão docente. Como aluna do curso de Pedagogia, como profissional da educação, percebi a necessidade de conhecer e fazer-se conhecer a História da região do Cariri bem como o processo educacional e seus agentes idealizadores.

Assim como a maioria dos estudantes da Universidade Regional do Cariri-URCA, ao concluir a graduação, o mercado de trabalho passa a ser não só um objetivo, mas, uma necessidade. Prestei então concurso para diversos lugares passando, para o Estado de Pernambuco, como Analista Educacional. Durante três anos, passei trabalhando na Escola Barão de Exu, o período para se concluir o estágio probatório e voltar à pesquisa dentro de um espaço acadêmico.

Durante o período de três anos, não deixei de pesquisar e publicar na área da educação. Havia decidido que a docência e a pesquisa eram, de fato, o que eu realmente havia almejado para a minha vida. Após o probatório, ingressei no mestrado na Faculdade de Educação do Ceará – UFC, na Linha de Pesquisa de História da Educação Comparada, na qual dei início à pesquisa sobre o Orfanato Jesus Maria José. Como já havia colocado, o Orfanato é uma Instituição Educacional da cidade de Juazeiro do Norte, e surgiu com o propósito do recolhimento e educação das meninas pobres da região.

Ao decidirmos sobre o foco do objeto de pesquisa ainda na qualificação, com o propósito de ampliação da investigação, busquei de início a inserção no espaço da pesquisa para um maior conhecimento do objeto de estudo. Essa inserção me fez refletir sobre a relação com o *lócus* da pesquisa, a então cidade de Juazeiro do Norte-CE, que se dá na condição de pesquisadora observadora, como também na condição de membro participante no

campo educacional da região do Cariri cearense. A cidade de Juazeiro do Norte, bem como a região do Cariri, faz parte da minha História, tanto pessoal como profissional.

Refletir sobre a minha relação com a região me fez compreender que a escolha pelo objeto de estudo não se deu de forma aleatória. O universo ao qual nos inserimos direta ou indiretamente faz parte da nossa História, da nossa construção como indivíduo ativo no processo de construção histórica, o que nos faz querer compreender as nuances a nossa volta na tentativa de atribuir significados a algo que parece desconhecido. Preencher estas lacunas concerne às nossas práticas como agente participante desse processo. Pesquisar sobre o processo histórico do Orfanato Jesus Maria José é preencher algumas lacunas pendentes na História da Educação da região do Cariri, da qual faço parte.

1.3 O percurso metodológico

A metodologia que norteou esta investigação se dá sobre uma abordagem qualitativa, com base em Minayo (2002) e André (1986), que tem a intenção de explicação e compreensão de uma realidade social, vista sobre a óptica dos indivíduos que a compõe, suas experiências como agentes participativos do processo histórico, vistos como indivíduos “que produzem valores”, causam impactos, capazes de modificar a estrutura social “através da cultura das representações simbólicas” (GILDENS, 2005, p. 24).

Fizemos o uso da História Oral, da qual utilizamos como referencial teórico autores como Le Goff (2003), Jucá (2013), Rodrigues (2007) e Bosi (1994) com o objetivo de uma maior aproximação do objeto de análise, o que nos levou a compreender na pesquisa qualitativa o essencial, relativizando as informações obtidas, sem tomá-las como verdades absolutas. A oralidade se constituiu como as principais fontes para a realização da pesquisa, onde os depoimentos e relatos possibilitaram a valorização dos fenômenos, marginalizados pela História.

Como técnica de pesquisa, para o recolhimento das evidências empíricas optamos por trabalhar com as fontes escritas, como a análise bibliográfica e documental, como também com revistas, jornais e livros, além das denominadas fontes orais, especificadas na nossa pesquisa através dos depoimentos gravados (entrevistas), o que nos possibilitou a complementação de informações que as fontes escritas não nos forneciam para a concretização dos objetivos estabelecidos neste estudo, dado a escassez de fontes documentais sobre a instituição que pudessem nos guiar na nossa investigação. Tivemos que recorrer às fontes orais através de entrevistas abertas ou não estruturadas, que se caracteriza segundo

Minayo, (2002) pela abordagem livre do tema proposto. “É uma conversa orientada, com um propósito bem definido pelo pesquisador”. (MINAYO, 2002, p. 58). Para tanto definimos o nosso propósito, respeitando o tempo e a idade de cada entrevistado.

Participaram das entrevistas atores pertencentes à administração e formação da instituição, bem como membros da sociedade que nos agraciou com depoimentos de lembranças socialmente compartilhadas pela comunidade Juazeirense. Dos agentes participantes da pesquisa, tivemos um total de 10 entrevistados. Dois (2) historiadores pesquisadores da cultura local e cidadãos Juazeirenses: Renato Dantas e Antônio Pereira de Figueiredo; uma (1) ex-professora da Escola de 1º Grau Jesus Maria José: a Sr. Maria Pereira de Sousa; uma (1) ex-aluna interna do Orfanato Jesus Maria José: Cícera; duas (2) religiosas da Congregação das Filhas de Santa Teresa de Jesus que fizeram parte do quadro administrativo: Madre Nobre, irmã Fátima dos Anjos; uma (1) ex-religiosa da Congregação das Filhas de Santa Teresa: Terezinha, atualmente professora voluntária da instituição; três (3) religiosas que fazem parte do quadro atual da administração do Orfanato Jesus Maria José: Irmã Zenilda Maria, Francimária Cristina, Maria Aldenira Máximo.

Conhecendo melhor os nossos entrevistados temos:

- ✓ Antônio Pereira de Figueiredo, natural de Juazeiro do Norte, professor, historiador e pesquisador da História da região;
- ✓ Renato Dantas, historiador, artista, ex – secretário de Cultura de Juazeiro do Norte e pesquisador da cultura local;
- ✓ A Sra. Maria Pereira de Sousa, professora aposentada do município de Juazeiro do Norte-CE. No ano de 1967, foi professora da escola do Orfanato Jesus Maria José, natural de Juazeiro, mora até hoje na região;
- ✓ Madre Nobre foi designada pela Congregação para ajudar durante três meses na administração do Orfanato. Mora atualmente na Cidade do Crato, nas dependências da casa abrigo Jesus Maria José;
- ✓ Irmã Fátima dos Anjos, religiosa da Congregação das Filhas de Santa Teresa, fez parte do quadro administrativo do Orfanato, e mora atualmente em Sousa, na Paraíba, em um colégio da Congregação, o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora;
- ✓ Irmã Zenilda Maria, religiosa da Congregação das Filhas de Santa Teresa, chegou à região no ano de 1994 para morar nas dependências do Orfanato. Mora e coordena o Orfanato até os dias atuais;
- ✓ Francimária Cristina, uma das mulheres religiosas que administram atualmente a instituição;

- ✓ A religiosa Maria Aldenira Máximo integrou-se ao projeto do Orfanato assumindo a coordenação das comemorações dos cem anos do Orfanato;
- ✓ Terezinha, ex-religiosa, pertencente à Congregação das Filhas de Santa Teresa, chegou à instituição como religiosa, porém não chegou a fazer os votos. Casou-se com um cidadão Juazeirense, tem duas filhas e mora atualmente na Cidade de Juazeiro do Norte, nas proximidades do Orfanato. Hoje trabalha como professora voluntária da instituição.
- ✓ Cícera, ex-aluna interna do Orfanato, a entrevistada chegou à instituição aos 13 anos de idade, na fase adulta continuou trabalhando na instituição e hoje reside na Cidade de Juazeiro do Norte em uma residência ao lado da instituição.

A coleta de dados se deu em vários espaços que pudessem nos reservar evidências sobre a pesquisa em questão, lugares como: bibliotecas públicas e particulares; instituições educacionais, como o próprio Orfanato; e Secretaria Municipal de Educação, na cidade de Juazeiro do Norte-CE. Visitamos ainda a biblioteca do Seminário Episcopal; biblioteca do Instituto Cultural do Cariri – ICC, no município do Crato; arquivo da Cúria Diocesana do Crato; biblioteca da URCA, no município do Crato; biblioteca do Memorial Padre Cícero, em Juazeiro do Norte. Arquivos acadêmicos como: CEDOC, Arquivo do Departamento de História da Universidade Regional do Cariri, arquivos do NETED/URCA, arquivos do Instituto de Pesquisa do Cariri – IPESC – URCA.

Fizemos ainda uso de trabalhos publicados, como artigos, teses e livros, valiosos estudos que contribuíram para algumas respostas das questões elaboradas, como: Madeira (2008), Queiroz (2008), Cá (2015), Lopes (2015), estudos realizados na Linha de Pesquisa História da Educação Comparada - LHEC, que nos permitiram ancorar nossas afirmações. Também de documentos da instituição como estatuto, histórico e álbuns de fotografias do Orfanato Jesus Maria José, e ainda fotos encontradas nos acervos particulares.

No percurso metodológico, seguimos alguns passos para a realização da pesquisa. Iniciamos pela fase exploratória: recolhimento dos dados empíricos, tanto sobre o Orfanato Jesus Maria José, como o espaço social ao qual estava inserido, nesse caso, a cidade de Juazeiro do Norte-CE; delimitação do problema e do objeto de estudo; a escolha do material bibliográfico para elaboração do referencial teórico; formulação dos objetivos e premissas; realização de reuniões com os agentes participantes da pesquisa; inserção no campo para a coleta das entrevistas, as quais tivemos o cuidado de marcar previamente deixando o horário e o local a critério dos entrevistados, adequando-se a situação de cada indivíduo; análise dos dados; transcrição das entrevistas todas realizadas pelo pesquisador, que teve o cuidado de

transcrevê-las mantendo a originalidade das falas; análise e separação das entrevistas em categorias para que pudessem adequar-se ao objeto de estudo de acordo com os objetivos propostos; análise dos dados; elaboração de relatórios e produção de conhecimento teórico para se chegar aos resultados.

1.4 Abordagem qualitativa

A abordagem qualitativa nos pareceu capaz de auxiliar em todo o processo de investigação dada a sua forma de “trabalhar com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis” (MINAYO, 2002, p.22).

Sobre a pesquisa de natureza qualitativa, segundo André (1986), vai se caracterizar por um contato direto do pesquisador com a situação, as pessoas ou grupos selecionados. Sua preocupação se dá em retratar a perspectiva dos participantes, e tem como características a flexibilidade no plano proposto. Solicitada pelas pesquisas sociais, ela possibilita estudar a realidade social, que não é possível quantificar. “Trabalha com a vivência, com a experiência, com a cotidianidade e também com a compreensão das estruturas e instituições, como resultados das ações humanas objetivadas” (MINAYO, 2002, p. 24).

A escolha pelo uso da pesquisa qualitativa parte da configuração que pretendemos dá a nossa pesquisa, em explicitar a memória histórica educativa do Orfanato Jesus Maria José, dando ênfase à História dos sujeitos que fizeram parte deste percurso centenário, sendo a memória uma importante fonte de estudo, dado a escassez de fontes, ocasionado tanto pelo período da sua criação, como também a importância de se documentar, a História de uma instituição idealizada para os marginalizados e excluídos da sociedade.

1.5 Perspectiva Comparada

Estabelecer uma análise sobre os deslocamentos e as transformações sociais, para construir modelos e tipologias que nos possibilitem identificar semelhanças e diferenças nas determinações que regem os fenômenos sociais requer a utilização de métodos da educação comparada, o campo de pesquisa no qual se insere a dissertação proposta. Uma ciência que surgiu com uma perspectiva que se propõe a pesquisar, analisar, diagnosticar e intervir nos processos de transformações sociais.

Justificamos assim, apoiar a nossa pesquisa também na abordagem da Educação Comparada, numa perspectiva sócio histórica e cultural como forma de estabelecer uma maior articulação entre o campo da História da educação e o da educação comparada, cujas propostas oferecem diversos métodos e análise dos processos de difusão e apropriação dos conhecimentos educacionais relacionados às teorias do sistema mundial moderno dentro de uma perspectiva global.

A articulação entre as duas perspectivas resulta em um trabalho interdisciplinar, onde se valoriza os vínculos entre as pessoas e ideias através das culturas, “a construção linguística, as inter-relações entre as nações, estabelecem as bases para a tensão fundamental entre o universalismo e o pluralismo cultural” (COWEN, 2010, p.116). E ainda:

[...] A dimensão histórica contribui para clarificar e articular conceitualmente a comparação, mas não segundo uma concepção historicista do conhecimento. [...] Fortemente impregnadas de certas correntes da História das ciências, da sociologia do conhecimento e das teorias da comunicação, os autores da abordagem sócio histórica buscam novas formas de racionalidade científica, baseadas não apenas na relação entre fatos observáveis, mas, sobretudo, em sistemas de relações [...] O objeto da comparação é, por isso, reconstruído: a análise já não tem por referência os contextos definidos a partir da visibilidade dos seus contornos “físicos”, mas pela invisibilidade das práticas discursivas que os habitam. (NÓVOA, 1998, p. 79-80)

Essa articulação interdisciplinar possibilita perceber a educação através das fronteiras geográficas e históricas que tendem a separar “o eu colonizador do eu colonizado” (NÓVOA, 1998, p. 80). Os valores culturais não perdem o seu significado com as transformações e evoluções da sociedade, mas modificam-se no momento em que a sociedade evolui, assim, surgem novas significações, que são influenciadas por fatos e eventos de cada época.

No entanto, não podemos deixar de considerar as influências do processo civilizatório das nações europeias sobre os países colonizados, onde se inaugurou uma nova época de encontro e desencontros, que produziram respostas políticas e institucionais diversificadas, “relacionadas com os contextos históricos e as condições culturais, bem como a forma de definição do processo de escolarização entre as metrópoles e as colônias”. (MADEIRA, 2008, p. 126). A educação teve um papel essencial no processo histórico de construção das identidades nacionais, ao impor universalmente uma cultura dominante, constituindo como cultura nacional legítima, o sistema escolar.

As influências do processo civilizatório instituíram para o mundo, através da perspectiva de uma História universal, uma cultura única, revestida de características europeias como modelo hegemônico, na construção da História da sociedade brasileira. A educação teve um papel essencial nesse processo de circulação de ideias e difusão mundial de um único modelo relativo a uma cultura dominante.

Diante das transformações sociais, percebemos no mundo das ideias, nas práticas discursivas, um rompimento com a noção de História universal. Dando espaço a outra abordagem sobre a História, pautados nos princípios da antropologia que consisti no estudo de casos, partindo do pressuposto de que não há sociedade que não carregue em seu desenvolvimento histórico significações culturais que se modificam de acordo com os fatos sociais, acreditando que a História da humanidade não se dá de forma cronológica, nem muito menos linear.

A cultura passa a ser vista como produtora de valores de concepções que causam impactos sociais e cria também a liberdade em relação ao determinismo social e econômico para os indivíduos que foram silenciados pela História tradicional.

Diante do contexto marcado pelos efeitos da revolução cultural, e da crise da historiografia pautada em uma abordagem quantitativa, surge a necessidade de se repensar, uma nova abordagem para os estudos comparados. Os novos desafios propostos para a educação comparada podem resumir-se na definição de novos problemas, “novos modelos, novas abordagens, baseadas num alargamento do repertório metodológico do trabalho comparativo (desde as análises macroeconômicas e políticas até as perspectivas etnográficas)” (NÓVOA, 2009, p.51). Segundo Nóvoa, os novos comparatistas se distanciam de uma abordagem quantitativa da História, e buscam articulação com a antropologia para uma nova concepção de historiografia voltada para os estudos dos temas culturais.

Passa a olhar o mundo como um texto, para compreender de que forma os discursos fazem parte dos poderes que unem e dividem os homens e as sociedades, como eles desencadeiam situações de dependência e lógicas de discriminação, de que forma constroem maneiras de pensar e de agir que definem novas relações com o saber e com a investigação. (NÓVOA, 2009, p.51)

A partir dessas mudanças, percebe-se também uma reconfiguração no processo educacional. A crise da historiografia universal cria a necessidade de se construir novas medidas com o fim de apontar caminhos para o futuro. Analisar um processo histórico requer do pesquisador novas configurações, dentro de uma abordagem histórica social, voltada para a História dos silenciados, dos excluídos.

Essas discussões possibilitaram a sistematização da ciência histórica. “A História tornou-se, portanto, um elemento essencial da necessidade de identidade individual e coletiva” (LEGOFF, 2003, p. 10). Parte dessa renovação teve sua aceleração com o processo da revolução cultural, e da articulação da História com a antropologia. Um processo iniciado com a “revista dos Annales”, fundada por Bloch e Febvre, em 1929, que diante do processo evolutivo social, desempenhou “um papel importante sobre uma nova concepção do tempo

histórico". (LE GOFF, 2003, p.9).

Uma nova História veio a se contrapor a narrativa histórica dos acontecimentos políticos e militares, apresentando-se como a História dos grandes feitos e grandes homens. (BURKE, 2011). A visão etnocêntrica da História passa a ser questionada e a prioridade historiográfica recai sobre a antropologia, a filosofia, e a psicologia social.

Uma nova visão sobre as fontes amplia-se e surge outra concepção sobre as relações estabelecidas entre as sociedades, do chamado “Mundo Ocidental, no qual se insere o Brasil por meio de um processo envolvendo três aspectos intimamente articulados entre si: a colonização, a educação e a catequese” (SAVIANI, 2006, p.26), aspectos impulsionadores do desenvolvimento, político e econômico do mundo moderno. Uma ruptura que se dá por meio de ciências que visam articular as perspectivas do sistema mundial com a perspectiva sócio histórica.

A perspectiva comparada, hoje nos permitirá buscar novas Histórias que foram silenciadas por intermédio das influências da Europa sobre os países colonizados, “como se a Europa fosse a única categoria teoricamente capaz de ser reconhecida, e todas as outras Histórias não tivessem direito senão a um estatuto empírico” (NÓVOA, 2009, p.24). Limitar-nos à cultura ocidental seria chegarmos à conclusão da ausência de identidade de toda uma nação, sua cultura, seus costumes, não podem ser sucumbidos por uma falsa polarização de que a cultura dos colonizadores é a única e a melhor. A nova configuração da perspectiva comparada nos permite construir outras Histórias, “aqueelas que não puderam ser contadas até agora”(NÓVOA, 2009, p.24).

A abordagem comparada vem ampliar as possibilidades no campo da pesquisa científica e da pesquisa histórica, “um olhar que faz parte de um campo de poderes dentro do qual se organizam centros e periferias, constroem-se práticas discursivas que consagram sentidos e definem limites” (NÓVOA, 2009, p.24). É uma ciência que busca a percepção do outro invisível aos olhos da História. Sua subjetividade é objeto de estudo, para delinear perfis e construir uma História do sujeito dentro da sua realidade e tempo histórico. O que podemos colocar como uma nova perspectiva do conhecimento que define a pesquisa centrada no sujeito, no tempo histórico, nos discursos, além da materialidade dos fatos educativos.

A pluralidade de sentidos substitui, assim, a hegemonia das aplicações singulares, recolocando a ciência humana no centro das ações que não dependem de uma verdade científica qualquer, ampliando-se o campo de atuação “dos objetos, das fontes e técnicas de pesquisa”. (NÓVOA, 2009, p.35)

A preocupação sobre a subjetividade, as ações culturais, os vínculos entre as pessoas,

passam a ser conceituados como História do indivíduo, na perspectiva do outro, da coletividade, o que influencia no processo de construção da identidade do ser.

A comparação está também “inscrita nas práticas sociais e políticas, no jogo das ideologias, na circulação de ideias, na constituição de mercados nas disputas territoriais e religiosas, nas conquistas tecnológicas” (CAVALCANTE, 2008, p. 266). Enfim, assim como coloca Cavalcante (2008), trabalhar com a comparação pressupõe um confronto inevitável entre o tempo, por ser a comparação, “um componente indissociável da cognição e do conhecimento, seja isto racionalmente concebido ou acto espontâneo da experiência social, cultural e científica” (CAVALCANTE, 2008, p. 266).

Ainda sobre o tema, a autora nos alerta para a importância dos estudos comparados, no tocante à circulação de ideias entre as nações, o que possibilitou a construção do conhecimento humano, expandindo o campo de atuação da perspectiva comparada no campo de atuação das ciências e da História. (CAVALCANTE, 2008).

Nos estudos de Nóvoa (2000), também podemos perceber a importância desses espaços de circulação de ideias para a ampliação da educação comparada, onde a articulação as relações que fortalecem a educação comparada em âmbito internacional está relacionado diretamente ao ambiente político e econômico mundial. Para Cowen (2010), essa relação fortalece, assim, os vínculos entre as pessoas e ideias através das culturas, a construção linguística, as inter-relações entre as nações, estabelecem “as bases para a tensão fundamental entre o universalismo e o pluralismo cultural” (COWEN, 2010, p.116).

A utilização dos estudos comparados na organização histórica do Orfanato Jesus Maria José se justifica pela análise, não só dos aspectos que originaram a História da instituição, mas contribui de forma significativa para evidenciar os sujeitos presentes e participantes dessa História, dada a preocupação do campo da educação comparada com “o outro que serve de modelo ou de referência, que legitima as ações ou que impõe silêncios, que se imita ou que se coloniza” (NÓVOA, 2009, p. 24). O que nos propiciou perceber as diferenças, semelhanças, rupturas e permanências dentro do espaço de tempo que pretendemos analisar, reservado aos seus personagens, seus hábitos, costumes, suas identidades, uma História do sujeito, excluído ou não evidenciado pela História tradicional.

1.6 História e História Oral

A pesquisa em questão trata-se da análise tanto do passado quanto do presente, para tanto, achamos necessário recorrer a várias estratégias de pesquisas, visando abranger tanto a

área da História da Educação quanto a Área da Política Educacional, para uma análise do caráter sociológico, cultural, político e religioso do espaço da pesquisa em questão. Para tanto utilizamos também da História Oral, assim como os demais procedimentos metodológicos, como um caminho que viabilizará uma melhor aproximação com o objeto de análise e nos levará a compreender na pesquisa qualitativa o essencial, relativizando as informações obtidas, sem tomá-las como verdades inquestionáveis.

Segundo Jucá (2013), a oralidade, no processo de construção histórica se caracteriza desde o seu reconhecimento como uma fonte capaz de estabelecer o diálogo entre o pesquisador e o pesquisado, abrange todas as áreas das ciências humanas, exercendo o papel da “transdisciplinaridade”, trazendo assim, uma nova concepção metodológica no resgate do processo de reconstrução histórica da sociedade e seus protagonistas.

Rodrigues (2007) traz as vantagens de se trabalhar com fontes orais, constatando que “as fontes orais têm a vantagem da interatividade. Têm ainda a vantagem de: (i) oferecer oportunidade de expressão ao que não se expressa por escrito ou por meio de relatórios oficiais ou registros técnicos [...].” (RODRIGUES, 2007, p. 73). Assim, a relevância do estudo da memória se dá pela compreensão de que:

[...] o campo do imaginário é também um terreno de investigações de diferentes áreas das ciências sociais, possibilitando-nos uma aproximação das significações sociais que cada grupo e cada sociedade construiu e constrói um determinado momento histórico. (OLIVEIRA, 2001, p. 19).

O ato de rememorar traz lembranças boas e ruins, fato que leva o pesquisador a ser paciente na busca de atingir os objetivos de sua pesquisa. Acreditamos que as reminiscências sobre a reconstituição histórica do Orfanato Jesus Maria José poderá contribuir significativamente para a “aproximação entre as perspectivas teóricas e os fatos empíricos” analisados (CAMARGO, 1994 apud OLIVEIRA, 2001, p. 20).

Entre os autores que trabalham conceitos, tendências e abordagens teórico-metodológicas associadas às investigações, citamos também Ecléa Bosi, em seu livro “Memória e Sociedade: lembranças dos velhos” (1994). Nele, a autora atribui “à memória coletiva um poder de influência sobre a memória individual, onde o passado se conserva e o presente se prepara” (CHAUI prefácio BOSI, 1994, p. 46-47). As lembranças, a memória, estão diretamente ligadas às práticas sociais, desenvolvidas em cada época, e vividas no passado acabam por influenciar o presente.

A memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo “atual” das representações. Pela memória, o passado não vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, “desloca” estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A

memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora. (BOSI, 1994, p.46-47).

A memória e as lembranças, mesmo sendo individuais elas são construídas de forma coletiva, dentro de uma determinada cultura. Bosi (1994) nos relata que a memória pode permitir uma articulação do presente com o passado, e possivelmente uma forma de articulação para o futuro, cabendo ao pesquisador analisar a memória dentro de uma perspectiva social.

Le Goff (2003, p. 422) nos lembra, que o estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da História, uma forma de manterem vivas as memórias construídas através das configurações sociais estabelecidas pelo tempo.

Assim, concordando com Le Goff (2003), buscamos percorrer um caminho com o intuito da reconstituição histórica do Orfanato Jesus Maria José, através das memórias socialmente compartilhadas por indivíduos que fazem parte de um mesmo contexto social, onde as lembranças se constituem por elementos comuns entre grupos. Compreendemos que, individuais ou coletivas, cada lembrança, “cada fala é determinada por um contexto histórico, temporal e cultural” (MINAYO, 2002, p. 107), ambas sofrem limites que se expressam no tempo e no espaço, “os acontecimentos históricos são auxiliares na nossa memória; não desempenham outro papel, senão as divisões do tempo assinaladas em relógio ou determinadas pelo calendário” (HALBWACHS, 1990, p. 291).

O estudo da memória é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da História. É uma fonte capaz de estabelecer diálogo entre o pesquisador e o pesquisado, onde abrange todas as áreas das ciências humanas, exercendo o papel da “transdisciplinaridade”, trazendo assim uma nova concepção metodológica no resgate do processo de reconstrução histórica da sociedade e seus protagonistas.

A possibilidade de interação entre o entrevistado e o entrevistador nos parece, de certa forma, uma vantagem, dada a possibilidade de presenciar expressões que não se expressam por escrito ou por meio de relatórios oficiais ou registros técnicos. A utilização da oralidade e da memória para uma (re) constituição da História educacional, política, econômica ou cultural, assim como coloca Bosi (1994), está diretamente ligada e influenciada pelo posicionamento teórico e ideológico do pesquisador, o que nos leva a buscar na História Oral meios de compreensão de reconstituição histórica através das experiências vividas, compartilhadas e até mesmo herdadas dos antepassados que protagonizaram fatos passados e transformaram o presente. Este caminho viabilizará uma melhor aproximação com o objeto de estudo e nos levará a compreender na pesquisa qualitativa o essencial, relativizando as

informações obtidas sem torná-las como verdades inquestionáveis.

1.7 As entrevistas

Para a obtenção dos dados, utilizamos como técnica de trabalho de campo, a entrevista, não estruturada ou aberta. A utilização desse instrumento de pesquisa se deu por ser um importante componente da pesquisa qualitativa, que possibilita ao pesquisador obtenção de informações contidas na fala dos autores sociais.

Por meio da entrevista, tivemos a possibilidade de complementação de dados que os documentos oficiais não nos revelaram, tais como as emoções, as lembranças, a memória dos que protagonizaram ou fazem parte do contexto histórico, o que faz da memória oral um fator de suma importância para a reconstituição histórica. “Na narrativa de fatos vividos pelos recordados, podemos reencontrar o ponto de interseção entre a História e a vida de seus protagonistas” (BOSI, 1994, p.19). Buscamos nas falas, a subjetividade, que não se encontra nos registros da História oficial.

As entrevistas nos forneceram a complementação histórica necessária para a concretude do trabalho proposto. Realizamos entrevistas abertas com indivíduos pertencentes à sociedade local e conhecedores dos fatos relacionados ao assunto aqui abordado. Para tanto, foram previamente selecionadas pela pesquisadora, que realizou contatos deixando-os informados sobre o projeto em questão e os objetivos propostos.

Como pesquisadora, tive o cuidado de focar a minha atenção aos depoimentos, respeitando o tempo, o espaço e a capacidade de lembrar, de cada entrevistado, que muitas vezes se perdiam no tempo, onde as lembranças fluíam de um passado equidistante, mas que para eles pareciam falar do presente. De certa forma, era algo esperado por nós, pois, assim como coloca Bosi, (1994, p. 3) a “lembraça é um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento”, e provavelmente vão aflorando depois de um bom tempo de conversa, dependendo da relação que se estabelece entre pesquisador e entrevistado, “que resultou de um amadurecimento de quem deseja compreender a própria vida revelada do sujeito” (BOSI, 1994, p.3). A relação entre pesquisador e pesquisado, foi tornando-se cada vez mais próxima. As lembranças pareciam aflorar assim como pétalas de rosas, onde faz se necessário o cuidado com o seu manuseio, cabendo ao pesquisador os cuidados e a compreensão da vida do sujeito.

2 EDUCAÇÃO, RELIGIÃO E TRABALHO NO CARIRI CEARENSE.

Neste capítulo, faremos uma contextualização sobre o espaço social que constituiu a pesquisa, para tanto, buscamos seguir uma cronologia quanto à formação das cidades, sendo o Juazeiro do Norte o nosso ponto de convergência. Porém, sua formação se deu por intermédio do processo de construção a partir do Cariri cearense, onde a educação, religião e o trabalho, foram cruciais para a formação e transformação dessas cidades.

Para tanto, as cidades de Juazeiro do Norte e Crato serão evidências por ambas terem relações que competem à formação do objeto investigado. Juazeiro do Norte por ser o espaço onde está inserido o objeto de pesquisa, Crato por fazer parte das tensões e disputas que consolidaram a cidade de Juazeiro como uma das mais importantes da região. No entanto, não podemos ignorar os fatores, sócio políticos, religiosos e econômicos que deram origem à cidade e à identidade do povo de Juazeiro. Uma volta ao passado nos parece um tanto necessário.

Não temos a intenção de privilegiar o passado, a História dos acontecimentos, dos grandes homens e seus grandes feitos, como faz a História oficial, “mas não podemos rejeitá-lo” (LE GOFF, 2003, p.227). Devemos utilizá-lo em função da busca por raízes e identidade dos sujeitos que foram excluídos ou não evidenciados. Para tanto, compreender o espaço e as demarcações temporais, as condições sócias e econômicas sem que se constituísse o Orfanato Jesus Maria José, nos levarão à revitalização e compreensão da sua idealização e dos seus idealizadores.

2.1 Espaço social da pesquisa

A localização do Orfanato Jesus Maria José, está relacionada diretamente ao processo de formação e construção das cidades da região do Cariri. Sua idealização nos diz muito sobre esse contexto histórico de formação, por estar inserido em um período de crescimento econômico “conflitos e disputas, no campo do religioso, do místico e do simbólico” (NOBRE, 2011, p.35)². Esta situação é marcada pelo cenário que se inicia em 1877, seguindo-se de

²A Cidade de Juazeiro teve em sua construção uma verdadeira batalha entre o campo do religioso e do político. Em 1889 foi palco de um cenário religioso, considerado como o “milagre” da hóstia sagrada, o que fez do pequeno povoado de Joazeiro, “a Nova Jerusalém”. No campo do político, a Cidade de Juazeiro enfrenta, no ano de 1914, as forças políticas do governo federal em uma luta armada que ficou conhecida como a Revolução ou sedição de Juazeiro. “Através dela, a cidade converteu-se no reduto político mais importante do Nordeste

quatro décadas de secas, ocasionando perdas para a economia do Ceará, dado o número de emigrantes para outros Estados e o grande número de mortes, transformando a região em um cenário calamitoso.

Em um único ano, a seca de 1879, a fome ceifou 57 mil vidas entre os flagelados que haviam fugido do interior para os abrigos provisórios de Fortaleza; outros 55 mil foram vítimas de um programa de emigração financiada pelo governo e obrigados a embarcar para outros estados quando a seca terminou, em meados de 1880, cerca de 300 mil pessoas, mais de um terço da população do Ceará tinham emigrado ou morrido de fome e doenças. (DELLA CAVA, 2014, p.158).

As secas de 1888, 1898, 1900 e 1915, assim como coloca Della Cava (2014), “tiveram consequências desastrosas para a economia do Ceará” (DELLA CAVA, 2014, p.163), ocasionando um fenômeno emigratório entre os sertanejos que buscavam formas de sobrevivência em outros Estados, o que diminuiu a mão de obra do Ceará que fomentava a economia local. “Sem mão de obra abundante e barata, a agricultura tradicional do Nordeste árido – algodão e gado – era incapaz de recuperar-se nos anos em que não havia seca, sendo assim de fato ameaçada de extinção” (DELLA CAVA, 2014, p.163).

Nestes períodos de secas, segundo Della Cava (2014), o processo emigratório que atingia o Ceará teve um efeito contrário no povoado de Joazeiro e no vale circunvizinho³. Ao invés de perder força de trabalho, a região com suas terras férteis e fontes perenes acabaram por atrair capital humano.

A notícia sobre o Milagre⁴ de Joazeiro que trazia a figura de um santo protetor dos pobres atraiu um grande número de pessoas para o lugar, movidos por crenças religiosas e pelo contexto histórico do lugar. Passaram estes a ser considerados como romeiros, que vinham em busca do vale e da proteção divina. “Verdade é, também, que a partir de meados do século XIX suas terras despovoadas tinham a tradição de abrigar os flagelados do sertão à sua volta”. (DELLA CAVA, 2014, p.164). Tal fenômeno, segundo Della Cava (2014), se deu tanto pelas terras férteis do Vale quanto pela popularidade que o Padre Cícero havia

brasileiro”. “Ela, também, fez do Patriarca da “Nova Jerusalém” um poderoso coronel de envergadura nacional”. (DELLA CAVA, 2014, p. 254).

³O nome de Vale do Cariri se dá pelo fato da região ter uma situação geográfica e climática diferenciada de algumas regiões do nordeste brasileiro. A região é agraciada com terras férteis e fontes perenes de água. “Graças a esses recursos naturais, constituía o Vale do Cariri um verdadeiro oásis cercado por todos os lados de infinitas extensões de terras planas”. (DELLA CAVA, 2014, p. 58).

⁴No ano de 1889, na primeira sexta-feira do mês de março, o Padre Cícero celebra a missa na Capela de Nossa Senhora das Dores. Ao dar a comunhão para a Beata Maria de Araújo, “a hóstia consagrada se transformava em sangue! Jesus Cristo se manifestava nas terras ressequidas do sertão cearense e a Beata Maria de Araújo tinha sido a escolhida! A notícia “correu o mundo” e, num gesto de fé, de aceitação, de reverência e de louvor o povo ia, em romaria, a terra agora abençoada por Deus” (FORTI, 1999, p. 18).

conquistado por intermédio do Milagre e se espalhado entre as camadas mais pobres da sociedade.

A lealdade fervorosa que o patriarca inspirava entre os adventícios dava margem a que ele surgisse como indiscutível “czar da mão de obra” do árido Nordeste. Nenhum romeiro, por exemplo, empreenderia qualquer tarefa nem aceitaria qualquer emprego sem antes obter seu conselho ou comando. Por outro lado, nem os empreendimentos agrícolas do Vale do Cariri nem os subsequentes programas de obras públicas financiadas pelo governo federal no Nordeste, teriam progredido se não fosse a força de trabalho fornecida pelo Padre. (DELLA CAVA, 2014, p.164).

O Padre Cícero havia se tornado o protetor dos pobres e desvalidos, enquanto a Vila de Joaseiro, a nova terra santa, foi assim batizada pelos romeiros que convergiam de todos os lugares do sertão. “Em 1898, a população da cidade mais que duplicou, ultrapassando 5 mil habitantes; em 1905, subiu para 12 mil; em 1909, chegou a 15 mil” (DELLA CAVA, 2014, p. 156). Um crescimento que superou a população das outras cidades da região, que só foi possível com as peregrinações de romeiras que se instalaram em Joaseiro e se colocaram sobre a proteção do santo Padre.

Segundo Della Cava (2014), os motivos que levavam os romeiros até o Joaseiro estavam relacionados apenas à motivação religiosa, sem nenhuma pretensão política. Eram, em sua maioria, analfabetos e inertes politicamente, buscavam na ação divina respostas para a sua condição social de extrema pobreza. Os enfermos buscavam a cura para suas doenças, os criminosos a curar-se da sua natureza. “Joaseiro era de fato, uma “cidade santa” presidida por um santo Patriarca que era o padrinho dos doentes, dos desabrigados, dos que tinham fome, dos criminosos e dos pecadores” (DELLA CAVA, 2014, p. 161).

Um fato relatado pelo autor nos leva à visualização da idealização do Orfanato Jesus Maria José, quando relata em seus estudos sobre os pedidos feitos ao santo de Joaseiro, pelos devotos, muitos através de cartas e bilhetes. Além da cura para os criminosos e enfermos, a súplica dos romeiros ligava-se também à ruptura da vida familiar. Principalmente mulheres de todos os Estados buscavam conselhos sobre o que fazer depois da família se encontrar desfeita, fosse por causa da fome, por morte de crime, ou por abandono do marido. Essas mulheres, em sua maioria, ficavam com a responsabilidade de prover a família com vários filhos. Muitas dessas famílias migraram para Joaseiro por acreditarem na proteção do Santo Padre. Tamanha era a devoção que lhes entregavam as suas vidas, seus filhos, suas famílias. A proteção que buscavam estas mulheres muito nos remete à época de idealização do Orfanato quando a vida social da mulher estava ligada aos domínios da figura masculina.

A princípio, o Orfanato Jesus Maria José surgiu como um espaço para abrigar as meninas, pobres órfãs e desvalidas da região, um espaço de recolhimento em sua fase inicial,

onde mais tarde passou a ser uma opção de educação e formação para as meninas carentes, oferecendo uma educação baseada nos princípios morais da época pregados pela Igreja Católica, o que segundo Madeira (2008) era uma educação voltada para o controle sobre o comportamento feminino que “era visto como objetivo de maior atenção e vigília, porque nela estaria a possibilidade de modelar uma sociedade, tanto em direção à moralidade pública e cristã, como para o contrário” (MADEIRA, 2008, p. 107). Isso alude à existência de um modelo ou modo de tratar o significado da mulher na sociedade, que foi se constituindo e modificando através das transformações sociais.

Tais transformações se davam também no período da construção do Orfanato, quando se discutia, em nível nacional, a importância sobre o papel da educação para a modernização do país. “As críticas ao abandono educacional em que se encontrava a maioria das províncias estavam presentes nos debates do parlamento, dos jornais e até mesmo dos saraus”. (LOURO, 2007, p. 444). Segundo Louro, o Brasil caminhava para o século XX e a maior parte da população continuava analfabeta tanto nas cidades, nos povoados, e por todo o território constituído como rural, mesmo depois de instituídos alguns decretos pelos legisladores, ainda em 1827, sobre as escolas de primeiras letras a serem implantadas nos lugares mais populosos do império.

De fato, não se pode dizer que não existia um modelo educacional instituído. Porém, era pequeno o número de escolas e, em sua maioria, eram destinadas aos meninos, e algumas para as meninas. Essas escolas estavam sobre os domínios da Igreja católica, fundadas por congregações e ordens religiosas, femininas ou masculinas, sendo algumas:

Mantidas por leigos – professores para as classes de meninos e professoras para as meninas. Deveriam ser eles e elas, pessoas de moral inatacável; suas casas ambientes descentes e saudáveis, uma vez que as famílias lhes confiavam seus filhos e filhas. As tarefas desses mestres e mestras não eram, contudo, exatamente as mesmas. Ler, escrever e contar, saber as quatro operações, mais a doutrina cristã, nisso consistiam os primeiros ensinamentos para ambos os sexos; mas logo algumas distinções apareciam: para os meninos, noções de geometria; para as meninas, bordado e costura. (LOURO 2007, p. 443)

Mesmo com a determinação de escolas de primeiras letras ainda no império, a educação continuava sendo privilégio para poucos. “Proclamada a independência parecia haver, ao menos como discurso oficial, a necessidade de construir uma imagem do país que afastasse seu caráter marcadamente colonial, atrasado, inculto e primitivo” (LOURO, 2007, p. 443). No entanto, a educação feminina ainda se pautava na educação voltada para o lar, sem perder de vista os princípios da religião católica e da moral cristã.

Se aproximarmos ou compararmos esta experiência com as instituições como os conventos, vamos perceber que estes eram também uma forma de manter as meninas sobre

vigilância e cuidavam ainda das suas formações tanto para o casamento quanto para a vida religiosa das moças da elite. Naquele período, as experiências de escolas católicas também tinham um viés para a formação de senhoras com o somatório de ser, inicialmente, um espaço para a formação do feminino ligado à elite dirigente e local, em que somente quem podia pagar tinha acesso à formação educacional.

Quanto ao Orfanato Jesus Maria José, era uma instituição que se diferenciava dentre as demais instituições criadas nesse período. Era uma Casa de Recolhimento para meninas pobres, sem a intenção de formá-las para uma vida religiosa, e ainda se constituía em um lugar de institucionalização de um grupo social, de caráter étnico e de gênero, o que o diferencia das demais instituições, quando o público ao qual se destinavam não tinha condições econômicas favoráveis a uma educação formal. Tais fatos aludem “evidentemente às divisões de classe, etnia e raça que tinham um papel importante na determinação das formas de educação utilizadas para transformar as crianças em mulheres e homens” (LOURO, 2007, p. 444).

Assim como a criação dos conventos e das escolas para as meninas da elite, algumas ordens religiosas femininas dedicaram-se também à educação das meninas órfãs, com a preocupação de preservá-las da “contaminação dos vícios” (LOURO, 2007, p. 445); outras religiosas voltaram-se “aos cuidados das moças sem emprego e daquelas que se desviaram do bom caminho”. (LOURO, 2007, p. 445). Essas moças aprendiam a ler e a escrever, aritmética, recebiam uma educação religiosa, e aprendiam noções básicas para o lar, eram preparadas para o casamento, o que parecia “normal” aos olhos da sociedade da época.

O Orfanato Jesus Maria José assemelhava-se muito a estas instituições educacionais da época. Além do viés religioso, pretendia dar assistência, abrigo, formação religiosa e educação para as filhas das famílias que foram deixadas de fora desse processo de institucionalização educacional. Passou a ser considerado pela população Juazeirense como uma alternativa para o recolhimento e a formação das crianças pobres e desvalidas da região do Cariri Cearense. Tornou-se símbolo de uma ação de caridade, de um Patriarca preocupado com os menos favorecidos. Um projeto caritativo que vem resistindo há um século, sua História encontra-se nas memórias e nas práticas dos cidadãos Juazeirenses.

O Orfanato Jesus Maria José surgiu, assim, no contexto das rupturas familiares, das mortes, do abandono de crianças, da seca, da fome. A pobreza, o desespero, e o descaso do poder público levaram o homem do sertão a buscar na pessoa do Padre Cícero, a esperança de dias melhores. Ao receber os romeiros era movido pela compaixão, pelo acolhimento, era o verdadeiro homem enviado por Deus, com a missão de redentor da sociedade.

Porém, acreditamos que além da permanência histórica durante o período investigado, o Orfanato Jesus Maria José passou também por alguns momentos que caracterizamos como possíveis rupturas, tanto no processo estrutural, como nas ações desenvolvidas pelos seus administradores na concepção de instituição educativa. São características que nos remetem a um projeto centenário. Para tanto, analisar esses processos nos possibilitará a compreensão dos elementos que constituíram a instituição, o conhecimento dos seus idealizadores e mantenedores, tanto do passado quanto do presente.

2.2 O Cariri Cearense

O Cariri cearense está localizado geograficamente ao extremo Sul do Estado do Ceará. Sua extensão compõe a aglomeração de diversos municípios cearenses, surgindo da ligação entre as cidades de Crato, Juazeiro e Barbalha, que forma o conhecido triângulo CRAJUBAR. Estas cidades constituem um elo entre as demais cidades que formam a região do Cariri cearense, entre elas, a cidade de Juazeiro do Norte, reconhecida hoje como a sede da região metropolitana do Cariri. Dispõe da maior economia da região, é considerada como a maior e mais importante cidade do interior do Ceará, com 263 mil habitantes (IBGE – 2013).

A região do Cariri cearense é uma região conhecida pela sua diversidade de paisagem e a longa extensão de terras abundantes e férteis. No início, suas “pastagens cobriam-lhes os terrenos, havendo também matas fechadas com grandes árvores” (OLIVEIRA, 2001,41). Habitada por povos indígenas, entre eles, os “*Kariris*”, nome que deu origem ao Vale.

Conhecida pelo clima agradável em época de verão e frio no inverno, bem como pelo seu aspecto ecológico, a preservação de espécie, e pela sua diversidade cultural, o que a classifica como uma região especial, com indicações de que concentra um dos maiores redutores da cultura popular do Nordeste (LOPES, 2015).

Sua colonização, segundo Della Cava (2014, p.58) se deu ainda no século XVIII, por criadores de gado da Bahia e de Pernambuco. Esses criadores chegaram ao vale do cariri, atraídos pela promessa de terras férteis e pelas fontes perenes de água.

Segundo Queiroz (2008), a Província do Cariri Novo foi criada em 14 de agosto de 1839, pelo Senador Martiniano de Alencar. Sua condição climática, fez com que a região atingisse o nível máximo de crescimento populacional se destacando no contexto estadual.

Quanto à sua economia, Della Cava (2014, p. 59) destaca que: mesmo o Vale do Cariri desfrutando dos recursos naturais que o constituía como um verdadeiro “oásis”, com vastas extensões de terras, o Cariri quase não produzia por ser assolado ciclicamente pelas secas.

Mesmo assim, o vale ainda era dotado de recursos que vieram possibilitar o desenvolvimento da agricultura, especialmente a cana de açúcar, a predominar sobre as atividades pastoris.

Pelo final do século XVIII, grande parte dos rebanhos tinha sido forçada a emigrar em direção ao norte, para uma zona menos fértil do vale e, também, rumo ao leste e ao sul, além da imponente Chapada do Araripe, penetrando nas terras ressecadas, de mato ralo, dos estados vizinhos da Paraíba, de Pernambuco e do Piauí. (DELLA CAVA, 2014,p.59)

A então cidade do Crato, ainda no século XVIII, como coloca Della Cava, teve destaque na região por possuir os melhores solos, o que a constituiu como o “centro mais importante de distribuição no interior de manufaturas europeias importadas” (DELLA CAVA, 2014, p. 59) recebendo a denominação de “Pérola do Cariri”, na época uma das cidades mais populosas do Vale do Cariri.

Ainda a luz de Della Cava (2014), a expansão comercial no Vale do Cariri está diretamente ligada às relações estabelecidas pelas elites agrárias e mercantis, que estabeleceram alianças políticas com a cidade de Recife por possuir, na época colonial, o principal porto atlântico do Nordeste.

Do assentimento político com a cidade de Recife, o Crato eleva a posição da região do Cariri, onde a coloca de forma privilegiada em relação às demais regiões do Nordeste, o que possibilitou a expansão da economia, tornando a cidade do Crato a principal produtora e fornecedora de alimentos para todo o Sertão árido.

Os laços com Recife foram de importância política crucial durante o primeiro quartel do século XIX. A cidade – porto era o foco de fermentação de movimentos nacionalistas e separatistas cujas ideologias e cujos programas políticos foram introduzidos no Vale do Cariri por muitos cratenses ilustres. Assim, tornou-se o Crato um centro de exércitos patrióticos que, no Ceará, buscavam a independência, após uma luta árdua contra os antigos senhores portugueses de Fortaleza e Icó, os outros dois únicos centros cearenses importantes, em população e riqueza, naquele tempo. (DELLA CAVA, 2014, p. 59).

As relações estabelecidas com o Estado pernambucano, na época elevaram o Cariri Cearense ao mais importante núcleo de povoamento do interior do Nordeste no Período Colonial. A cidade do Crato, antiga Missão do Miranda, foi “tomada como cidade pela Lei Provincial de nº 628, de 17 de outubro de 1853” (QUEIROZ, 2008, p. 145), se constituindo como uma das principais cidades da região, sendo o Juazeiro pertencente a essa formação.

Sua proximidade com a cidade de Recife, na época a capital da Província de Pernambuco, fez com que houvesse além das alianças políticas e econômicas, uma proximidade também com o viés educacional dado a fragilidade da região quanto ao acesso à instrução. Figuras ilustres cratenses tiveram a sua formação na cidade de Olinda, o que influenciou a política local pelos acontecimentos relativos da época, em prol da independência

política Nacional. Os ideais republicanos se estendiam até o conservador Vale do Cariri, tendo o Crato como palco principal dos movimentos, entre monarquistas e republicanos.

Vários estudos sobre a formação religiosa e estrutural do Vale do Cariri ressaltam as missões instituídas por Padres capuchinhos, catequizadores da época colonial, quando no século XVIII, o Vale do Cariri recebe missionários religiosos que se fixaram na região, com missões em prol da salvação do povo caririense por meio da religião. Esses Padres foram também responsáveis pela criação de aldeamentos, hoje cidades pertencentes à região do Cariri.

A atual cidade de Missão Velha, como coloca Nobre (2011), foi fruto de um aldeamento criado ainda no século XVIII pelos capuchinhos italianos. Em 1743, criaram também um aldeamento chamado “Missão do Miranda, que deu origem a atual cidade do Crato” (NOBRE, 2011, p.52).

Os capuchinhos instituíram nos aldeamentos “práticas religiosas baseadas na condenação do pecado, na busca pela salvação e no medo perante o fim dos tempos” (DELLA CAVA, 2014, p. 62), focavam principalmente nas práticas de caráter devocional coletivas como festas, procissões e novenas. Práticas que assim como coloca Della Cava, contribuíram para enaltecer a crença no divino, de um Deus acima de tudo, estando à salvação do Mundo e da humanidade em suas mãos.

Para Della Cava (2014), pregar “a ira de Deus e a perdição iminente do homem por causa do pecado contribuía para gerar um emaranhado de crenças supersticiosas” (p.62). Uma espécie de dominação e domesticação popular foi proferida pela Igreja, onde tudo se justifica na visão do criador. Uma visão hierárquica de Mundo que leva a passividade e a aceitação da ordem social existente, uma forma de disseminar valores culturais e ideológicos, sem questionamentos ou reações contrárias.

Segundo Della Cava (2014), um quadro preocupante na economia do vale veio a marcar o pós-independência do Império Brasileiro. De 1824 a 1850, a economia do Vale do Cariri entra em declínio, agravando a situação por causa da difícil comunicação com o litoral, que usufruía do auge do seu crescimento econômico, o que se agravava mais ainda com a estiagem causada pelas secas na região, que abalou tanto a economia quanto as concepções ideológicas, hora instituídas pela ação dos Padres missionários.

As secas entre os anos de 1824 a 1845agravaram ainda mais a situação do Cariri, provocando o “surgingimento do banditismo generalizado chegando a acarretar a ruína até da economia do vale” (DELLA CAVA, 2014, p.61). O catolicismo ortodoxo que antecedeu as décadas de 1860 encontrava-se segundo Della Cava (2014, p. 61), “em estado de

decomposição”. No Vale do Cariri não se deu de forma diferente, “o número de Padres era inadequado, e grassava a imoralidade clerical”, o que também deteriorava “a vida religiosa coletiva do vale” (DELLA CAVA, 2014, p.61).

Como bem nos mostra a História no período de secas, as desigualdades sociais se afloram ainda mais no Sertão nordestino, provocando situações de extrema pobreza, mortes e pestes que chegam a dizimar parte da população carente, abandonados à sorte, buscam na fé uma intervenção divina que venha a acabar com o sofrimento do povo sertanejo. No Vale do Cariri a seca acabou por aproximar mais ainda os pobres da religião, aumentando as práticas litúrgicas e a crença na condenação do pecado.

Em nítido contraste com o catolicismo ortodoxo, predominavam em ambas as classes práticas para litúrgicas e credícies populares. Sobre tudo entre os pobres, eram as credícies o meio mais eficaz para coibir a dureza e as adversidades da vida. Era comum que se fizessem promessas aos santos na esperança de obter saúde, felicidade, fortuna, enquanto, entre os trabalhadores rurais, o plantio era precedido de preces, numa tentativa de afastar os maus espíritos, aos quais invariavelmente se atribuíam as más colheitas. (DELLA CAVA, 2014, p. 62)

Assim como coloca Della Cava (2014), ao caracterizarem as secas como um castigo de Deus por meio da degeneração do homem, “Padres e proprietários de terras praticavam uma liturgia antiga e complexa, carregando as imagens dos santos padroeiros das paróquias, em procissão, e implorando chuva a Deus” (DELLA CAVA, 2014, p. 63). Na tentativa de restabelecer as atividades coletivas e religiosas, as procissões e as missas, serviam também para instituir um conjunto de regras padrões de comportamentos e posicionamentos morais que mantinham os indivíduos ligados a Deus, “com o intuito de sanar os males do mundo – esse que até meados da década de 1850, era, no tocante ao Vale do Cariri, dissoluto e anárquico”. (DELLA CAVA, 2014, p. 63).

Após 1850, o Vale do Cariri retoma o seu desenvolvimento, tanto econômico como estrutural. Vários municípios da região passaram a ter independência administrativa, política e reestruturação religiosa. A economia, a qual havia entrado em declínio teve uma expansão fomentada pelo crescimento demográfico de vários Estados nordestinos. “A crescente necessidade europeia de matérias-primas, nos anos de 1860, principalmente o algodão, transformava, aos poucos, da subsistência para a produção comercial exportadora, as economias de muitas zonas do interior” (DELLA CAVA, 2014, p. 63).

Esse movimento foi importante para o Vale do Cariri, em especial no Crato, “onde a revitalização política, econômica e religiosa, era a mais sensível” (DELLA CAVA, 2014, p. 63). A partir da cidade do Crato, podemos perceber a consolidação e o crescimento de outras cidades da região, em destaque as cidades de Barbalha e Juazeiro do Norte, que tiveram o

desenvolvimento do seu movimento de criação dentro do contexto desse cenário de reestruturação do Vale do Cariri.

Com a consolidação do povoado de Joáseiro, o Cariri teve a sua importância elevada. O seu crescimento populacional e estrutural se deu com o grande fluxo constante de romeiros, o que produziu impactos tanto na economia, como no crescimento estrutural do Vale do Cariri.

Para tanto, reconhecer a importância do potencial político e econômico que teve a região do Cariri para o processo de independência do Ceará nos parece inevitável quando tomamos conhecimento do seu percurso de desenvolvimento e das várias formas de resistência, nas inúmeras disputas que teve que enfrentar.

No século XIX e início do século XX, a região do Cariri, assim como o restante do país, passa por um processo de produção agrícola para se adaptar às novas formas de produção. O processo de industrialização alimenta a economia nacional e, consequentemente, a Região do Cariri se insere no novo cenário da economia.

No entanto, em meio a esse processo ainda percebia na região a fragilidade que se tinha com a instrução educacional. Por falta de instituições educacionais, os filhos das elites eram encaminhados para estudar na capital e nos Estados vizinhos. É nesse processo de desenvolvimento econômico que:

[...] as instituições escolares aparecem para formar suas elites e dar formação profissional para o povo, na perspectiva de tornar a região, atrativa para novos investimentos, bem como para expandir seu domínio sócio - político – econômico. (QUEIROZ, 2008, p. 146).

Nesse período, a religião católica vai se efetivar e firmar raízes de forma institucionalizada no Cariri, tendo como marco a criação do Seminário São José, fundado em 1875, no interior do Ceará, localizado na cidade do Crato e consolidando-se, em seguida, com a criação da Diocese do Crato pelo Papa Bento XV, em 20 de outubro de 1914.

Em março de 1915, Monsenhor Quintino foi nomeado primeiro Bispo diocesano de Crato e a instalação da Diocese se realizou no dia 1º de janeiro de 1916. No Ceará, a única Diocese que existia até o momento era a de Fortaleza, “que já não dava conta da imensa tarefa que lhe cabia: cuidar da evangelização de todo o povo cearense” (SOUZA, s/d, p.02).

Diante do exposto, e dos estudos já realizados sobre o processo educacional na região do Cariri, podemos constatar que a Igreja católica foi uma das pioneiras na implementação de um sistema educacional na região, o que fez do Cariri, polo propagador da educação no sul cearense através da construção de um sistema educacional, sob a égide da Igreja Católica,

passando a exercer grande influência na educação, nas ações sociais, se destacando na criação de escolas em regime de internato, tanto para moças como para rapazes que quisessem estudar, bem como seguir uma vida religiosa.

2.3 A Formação da cidade de Juazeiro do Norte- Ceará

A cidade de Juazeiro do Norte tem como marco inicial, a data de 1827, quando se deu o lançamento da pedra Fundamental, da capela de Nossa Senhora das Dores, no antigo sítio conhecido por Taboleiro Grande, de propriedade do Padre Pedro Ribeiro de Carvalho, primeiro capelão nomeado pelo então Vigário do Crato, o Padre Miguel Carlos da Silva Saldanha.

A fazenda Taboleiro Grande era conhecida por sua imensa extensão de terras, que iniciava no atual Município de Crato e se expandia até a Serra de São Pedro. No ponto mais alto da fazenda, nas proximidades “próximo ao rio Salgadinho, havia três grandes juazeiros (juá), destacando-se entre as demais árvores” (OLIVEIRA, 2001, p. 42). Suas sombras serviram de descanso para os feirantes das cidades de Missão Velha, Barbalha e de outras cidades vizinhas, que se deslocavam até a então cidade do Crato para vender e comprar alimentos, fato que deu origem ao nome da cidade de Juazeiro.

No ponto principal da fazenda foi erguida uma capela, consagrada a Nossa Senhora das Dores, sendo a pedra Fundamental sentada em 15 de Setembro de 1827, iniciando assim, o marco do povoado de Joaseiro, oficializada em 1835, ainda sobre os cuidados do Padre Pedro, que permaneceu até 1856, ano da sua morte.

Após a morte do Padre Pedro, a capela recebeu “de 1827 a 1871, a presença de quatro Capelães” (OLIVEIRA, 2001, p.54), encarregados de celebrarem as missas e cuidarem espiritualmente da população daquele povoado.

No ano de 1871, a capela encontrava-se sem capelão e os moradores da localidade sem um orientador espiritual. Em véspera de Natal, o Padre Cícero Romão Batista, recém-chegado à cidade do Crato, recebe de seus amigos um convite para celebrar a Missa do Galo, e ficar dando assistência religiosa ao povo de Joaseiro, mesmo morando na Cidade de Crato. Aceitando o convite, o Padre chega ao povoado de Joaseiro, para então celebrar a sua primeira missa na Capela de Nossa Senhora das Dores, onde se compromete a acompanhar espiritualmente os moradores até a chegada de outro capelão. Nesse período, o povoado era composto por “doze casas de tijolos e telha e vinte casas de taipa e palha” (IBGE, 1959).

Segundo Della Cava (2014), em abril de 1872, movido por um sonho onde o próprio

Jesus Cristo havia ordenado que o Padre Cícero cuidasse do povo daquela localidade, resolve o Padre fixar de vez sua residência no povoado de Joaseiro, junto com seus familiares, passando a ser o sexto capelão da capela de Nossa Senhora das Dores, onde passou a ministrar missas, confissões e a realizar matrimônios naquela localidade, dando início à vida religiosa de Joaseiro, e à História de um Patriarca que prezava pela vida do seu povo e preocupava-se tanto com a religião como com o trabalho e a educação.

Começa então, sobre os olhares e a direção do Padre Cícero, a organização do espaço da cidade de Juazeiro do Norte, tendo como principal objetivo colocar em prática a política de moralização do clero e dos leigos, estipulado pela Igreja, na época, “salvar almas e reformar os costumes semibárbaros desses sertões, assim como havia ordenado o Sr. Bispo, ao qual devia obediência.⁵ (SILVA, 1982, p.117).

Em 1874, o povoado de Joaseiro estava organizado sobre a direção do Pe. Cícero e seguia uma dinâmica de crescimento populacional que se dava com a chegada de inquilinos vindos de outros Estados que fixavam residência em Joaseiro, proporcionando ao povoado uma pequena independência quanto a sua economia em relação à cidade do Crato. Com as pequenas plantações de arroz, milho e feijão, e a cana-de-açúcar, ampliou-se o espaço e o povoado de Joaseiro, logo constituiu um pequeno comércio que abastecia o lugarejo.

No entanto, essa dinâmica de desenvolvimento foi interrompida pela seca de 1877, que levou a população a mais extrema pobreza, provocando uma situação de calamidade para os pobres do Ceará, agravando-se no interior dada a falta de políticas públicas e o compromisso dos governantes para com o povo marginalizado do Sertão, restando-lhes apenas a graça divina.

No ano de 1889, o povo de Joaseiro seguia as suas vidas sobrevivendo com o que a caatinga oferecia, e das poucas ajudas que apareciam. Os moradores buscavam através das orações a consolação divina, que eram conduzidas por preces e práticas religiosas, acompanhadas pelos Padres da região.

Em 1º de abril de 1889, o Padre Cícero Romão Batista ao celebrar uma das suas missas como de costume, todas as sextas-feiras do mês, em honra ao Sagrado Coração de Jesus, no dado momento da comunhão, a Beata Maria de Araújo, ao receber a comunhão das mãos do Padre Cícero a hóstia se transforma em sangue na sua boca. “O fato extraordinário repetiu-se todas as quartas e sextas-feiras da Quaresma durante dois meses; do domingo da

⁵ (Carta do Padre Cícero Romão Batista, Joaseiro, 19 de Novembro de 1914) publicada por Antenor de Andrade Silva, no ano de 1982.

Paixão até o dia de festa da Ascensão do Senhor, por 47 dias, voltou a ocorrer todos os dias” (DELLA CAVA, 2014, p. 84).

Um acontecimento que veio a transformar a pacata realidade de um povoado, ganhando uma enorme repercussão social, transformando o Joazeiro em um espaço de constantes movimentos, peregrinações e demonstrações de fé, por gente de todos os lugares. O Padre Cícero passa de um simples capelão para um Santo aos olhos do povo cearense, crescendo sua popularidade por todo o Nordeste brasileiro.

Para Della Cava (2014), o Milagre da Beata Maria de Araújo foi um fator principal para a propagação da religião popular, tendo as Beatas como propagadoras – chaves da religião, tanto as de Juazeiro como as do Crato, o que fez de Maria de Araújo “um oráculo de inspiração divina com o poder de intervenção junto a Deus” (DELLA CAVA, 2014, p.79).

Forti (1999) em seu livro intitulado “Maria do Juazeiro, a Beata em terras do Padre Cícero” (FORTI, 1999, p. 17) relata sobre a importância da mesma na construção de Juazeiro, em todo o movimento sócio - político que veio a surgir na região. Sobre Maria de Araújo, Forti, explica:

[...] foi contemporânea de Pe. Cícero. Viveu, portanto, na segunda metade do século passado, e teve uma participação fundamental – isso mesmo, relacionada aos fundamentos – na criação e formação não só da cidade de Juazeiro do Norte, cujo “inventor” e fundador é o Pe. Cícero Romão Baptista, o *Padim Ciço*, mas de todo movimento sócio – religioso surgido naquela região e fortalecido pela memória construída e preservada em torno do Padre.

Maria de Araújo fez um milagre. Um fato extraordinário: a hóstia consagrada que recebia, em inúmeras ocasiões, sangrava em cada boca. (FORTI, 1999, p. 17)

As ações, experiências e os relatos por intermédio das práticas desenvolvidas pelas Beatas e os crentes no Sangue Precioso transformaram Juazeiro em um lugar místico, onde a popularização da religiosidade se propagou e construiu Juazeiro como espaço de salvação para o povo sofrido do Sertão.

Após o milagre, a cidade de Juazeiro se coloca em uma nova vertente, havendo uma ampliação em seus espaços, tanto religiosa, como política e econômica. O seu crescimento populacional se intensifica com a chegada de romeiros, peregrinos que criam raízes no Cariri, “o que transformou o lugarejo num acampamento que se constituía no posto avançado do renascimento espiritual” (DELLA CAVA, 2014, p.117).

O episódio ocasionado do milagre levou o Padre Cícero a ser afastado das suas atividades sacerdotais para com o povo de Juazeiro. Porém, não podendo exercer seus direitos sacerdotais dos quais estava privado desde 1892, o Padre Cícero não descuidou do povo de Juazeiro, que o respeitava cada vez mais como autoridade local. A população de Joazeiro só

aumentava, e recebia cada vez mais emigrantes de outras regiões atraídos pelo milagre, pela popularidade do Padre, e pela fertilidade do vale.

A movimentação de emigrantes para Juazeiro contribuiu para aumentar a mão de obra da região, o cultivo das terras e as plantações de mandioca, de milho, feijão e o plantio da cana-de-açúcar, o que acabou por impulsionar a economia local e colocar o Cariri em um patamar de importância comercial para o Nordeste brasileiro.

O povoado de Joaíseiro crescia e tomava uma dimensão econômica cada vez maior, o que levou o Padre Cícero e outras autoridades do povoado a vislumbrarem a independência do povoado da cidade do Crato, onde forma-se um movimento pro – independência de Juazeiro, tendo à frente o Pe. Joaquim de Alencar Peixoto, que lançou uma campanha para não mais pagar impostos à cidade do Crato, para assim impulsionar a independência de Juazeiro.

Nesse período, a direção política do Estado do Ceará encontrava-se nas mãos da família Accioli, tendo como governador Antônio Pinto Nogueira Accioli, e por aliados os chefes políticos municipais, por intermédio de um acordo político pelo qual o governo concedia aos governos municipais “reconhecimento político, controle fiscal e distribuição dos favores e cargos estaduais e federais. Em troca, exigia apoio eleitoral e solidariedade partidária” (DELLA CAVA, 2014, p. 170).

Os municípios acabavam por ser um elo importante na manutenção do governo estadual, politicamente e economicamente, dado os impostos arrecadados e enviados para o governo. Por outro lado, o cargo de chefe político municipal acabou por desencadear uma verdadeira luta armada na região do Cariri, entre os coronéis que almejavam o poder. Esse período foi marcado pelas disputas políticas entre os grandes donos de terras (coronéis), e pela derrubada de líderes políticos do vale, segundo Della Cava, (2014).

A política do “oligarca”, assim como o crescimento econômico acelerado dessa região, tornará o governo municipal mais apetitoso do que nunca. Entre 1901 e 1910, os chefes políticos de oito municípios do vale foram violentamente derrubados por rivais e vários outros foram ameaçados de deposição. Nenhuma facção hesitou em armar seus trabalhadores (capangas ou cabras bons) ou recrutar mercenários (jagunços ou cangaceiros) no sertão de Pernambuco e da Paraíba, com o intuito de apoderar-se do poder ou retê-lo nas mãos (DELLA CAVA, 2014, p. 171).

Esse período levou o Cariri a mergulhar durante dez anos em uma luta política, e Juazeiro e o patriarca, como coloca Della Cava (2014), “mantiveram-se afastados dessas contendas” (p.172). O Padre Cícero, diferente dos políticos dos outros municípios, manteve-se “neutro” nas disputas políticas travadas pelos coronéis na briga pelo poder municipal. O patriarca transforma Juazeiro em um “abriga político para os chefes rivais do vale, independentemente de suas posições” (DELLA CAVA, 2014, p.172).

A postura do patriarca na recusa de aderir a um lado, segundo Della Cava (2014), estava de certa forma ligada à esperança que o Padre tinha em sua reintegração clerical e na intenção que o patriarca tinha em transformar Juazeiro na Cidade de Deus. “A necessidade de manter a solidariedade dos chefes do vale, a fim de conseguir o restabelecimento de suas ordens, justificava, sem dúvida, sua política de neutralidade” (DELLA CAVA, 2014, p.172).

A neutralidade da qual o patriarca assegurava-se, foi quebrada quando seu procurador legal, Dr. Floro Bartolomeu da Costa, inicia uma luta armada contra o poderoso chefe do Crato, o coronel Antônio Luiz Alves Pequeno, e as demais cidades do vale, em busca de defender os interesses do Padre, mapeando as suas terras, pelo vale.

As consequências sobre a atitude de Floro Bartolomeu contribuiu para que o Padre Cícero saísse da neutralidade envolvendo-se diretamente com a política aceitando o cargo de prefeito da cidade de Juazeiro, que se deu após a criação do município no ano de 1911, tendo por sede a povoação de Juazeiro.

Inicia-se a vida política do Padre Cícero na cidade de Juazeiro do Norte, tendo como braço direito o Dr. Floro Bartolomeu da Costa, que havia chegado ao Juazeiro no ano de 1908, vindo de Salvador, sendo acolhido pelo Padre Cícero, tornou-se seu médico particular e foi nomeado pelo Padre como seu procurador “mentor político e finalmente dono exclusivo de Juazeiro onde não se podia arredar uma palha sem seu conhecimento” (OLIVEIRA, 2001, p.171).

Com o progresso de Juazeiro, o desenvolvimento da cidade e o crescente número da população, aumentavam também os problemas sociais que se agravavam ainda mais em épocas de secas. O ano de 1900 foi caracterizado pelo Padre como uma das mais violentas secas que já atingiram o Ceará. Sua indignação, expressa muitas vezes em cartas, sobre a falta de ajuda e o descaso ao qual estava fadado o povo nordestino, diante do seu poder administrativo sofre com a violência do fenômeno, que chegou a ocasionar para o povo muito sofrimento, ignorado pelas autoridades.

Em 22 de Julho de 1911, o município de Juazeiro do Norte teve a sua emancipação pela lei Nº 1.028, tendo por sede o povoado de Joaseiro então elevado à categoria de vila. A inauguração do Município se deu em 4 de outubro do dito ano, sendo nomeado como primeiro prefeito o Padre Cícero. Com a Resolução de 1914, no dia 23 de julho, Juazeiro foi elevado à categoria de cidade.

2.4 Da terra dos Cariris a emancipação de Juazeiro do Norte

Nas leituras das quais tivemos acesso sobre a atual cidade do Crato, nos deparamos de início com uma elevação do espaço geográfico ao qual se formou lembrado por suas fontes perenes e grande extensão de terras propícias para o cultivo, e ainda por suas experiências antropológicas, políticas e mística, que constitui a História das cidades, constitutivas da região do Cariri, centro oficial da memória de uma sociedade.

Sua formação política, religiosa, cultural e moral encontram-se enraizadas em um passado, lembrado por vários historiadores como o início da criação de uma cidade, dos que servem de baliza ou marco totalizador e quase mítico para a articulação de estratégias sócio, econômica e política de uma cidade. No entanto, buscamos através da formação civilizatória da sociedade cratense, a construção desse espaço. A gênese dessa formação está intimamente ligada à História da colonização brasileira por colonizadores europeus, o que se estendeu por todo o território brasileiro, chegando às terras do Cariri. Assim como na História do Brasil, as terras caririenses, tiveram como primeiros habitantes povos indígenas denominados de “*Kariris*”, nome que deu origem à região.

Alguns historiadores datam o século XVII como o início da ocupação indígena nas terras do Cariri. “Considerados nômades, descendentes remotos dos primeiros imigrantes protomalaios” (SOBRINHO, 1950, p.317), chegados às costas americanas do Pacífico, buscavam em terras brasileiras regiões adequadas ao seu estilo de vida, que se dava em prol da sobrevivência. Para tanto, o Sul do Ceará, em particular o Crato, oferecia condições adequadas tanto para a caça como para o plantio, o que se tornava o local adequado para a sobrevivência indígena.

No entanto, no período que decorre de 1660 e 1680, os índios *Kariris* foram alvejados por exploradores, provenientes da Bahia e Pernambuco, o que impôs sobre a cultura indígena a subjugação dos seus povos, e a expulsão das suas terras.

Esse processo de exploração das terras indígenas como bem nos conta a História, se deu em todo o Brasil, gerando conflitos, mortes e a aculturação do povo indígena pelos colonizadores europeus, o que impôs a destruição das ricas sociedades indígenas existentes na época.

Assim como aconteceu no Brasil, no Cariri não se deu de forma diferente, os índios que permaneciam na região foram afastados das suas terras, passando a morar em um aldeamento chamado Missão do Miranda, construído por Padres Capuchinhos Italianos, Missionários, recém-chegados na região. Tiveram os povos indígenas que adaptar-se a outra cultura e conviver com a religião que pregavam os Padres nos aldeamentos.

Expulsos de suas terras, os indígenas foram obrigados a adaptar-se a outra cultura, não

faziam parte do projeto civilizatório que se instituía na região. As forças políticas trataram logo de transferir os índios Kariris para vilas existentes na capitania do Ceará, junto a outros povos indígenas, considerados como mansos, provocando assim a extinção e o esquecimento dos primeiros habitantes do Cariri Cearense.

Para tanto, relatar a História do Cariri e da cidade do Crato torna-se impossível sem mencionar os seus primeiros habitantes. Através das suas presenças nas terras caririenses, podemos contar como se deu o processo de construção do espaço que chamamos hoje de Crato, “pérola do Cariri”.

As terras antes pertencentes aos indígenas foram doadas aos homens brancos, colonos que se instalaram nas redondezas, dando início às primeiras demarcações de terras na cidade do Crato, em 1702 e 1703, o Crato teve seus primeiros concessionários de sesmarias. Constituíam-se, então, na cidade do Crato as primeiras experiências de organização do espaço sobre uma perspectiva de projeção do futuro, baseado no progresso deliberado por uma minoria dominante.

Durante o período de 1750, a economia da região era dominada pela vida pastoril até a chegada dos primeiros engenhos vindos de Pernambuco, o que deu início ao desenvolvimento industrial da região baseado na cultura da cana-de-açúcar, com a produção de rapadura, fato que beneficiou alguns cidadãos e deu início a formação da aristocracia rural do Cariri. O desenvolvimento e o progresso eram perceptíveis sobre a economia da região que tinha o Crato como a mais importante cidade.

Nesse processo de desenvolvimento estrutural e econômico, o Crato que era chamado de Missão do Miranda ou Cariris - Novos, nomes dados ao aldeamento decorrente das missões de Padres capuchinhos responsáveis por instituir a religião católica e pela construção de Igrejas na região, recebe o nome de Vila Real do Crato no ano de 1764, e de comarca, em 1816, tendo sido a segunda comarca no Ceará e a primeira do interior.

A ascensão do seu povoamento, assim como coloca Della Cava, se deu ainda no século XVIII por criadores de gado provenientes da Bahia e de Pernambuco atraídos pelos atributos oferecidos pelo vale do Cariri. Foi igualmente nesse século que, a cidade do “Crato surgiu como a mais populosa e o centro mais importante do vale, recebendo a denominação de pérola do Cariri” (DELLA CAVA, 2014, p. 59).

Possuidora de um dos melhores solos da região, essa cidade tornou-se a principal produtora e, por conseguinte, fornecedora de excedentes de alimentos para o Sertão árido, chegando a ser considerada a capital do Cariri, dada a abrangência de vários municípios, inclusive a cidade de Juazeiro, a qual era distrito do Crato. Na época mantinha relações

políticas e econômicas com a cidade de Recife Capital da Província de Pernambuco, sendo a região mais próxima em relação à capital do Ceará. Além das alianças políticas e econômicas com Pernambuco, a cidade do Crato manteve também proximidade com o viés educacional, onde vários cidadãos cratenses concluíram os seus estudos na cidade de Olinda, entre eles, o Padre Cícero Romão Batista.

A cidade do Crato, diante de sucessivas etapas de progresso, assinalada pelo desenvolvimento urbano e crescimento de suas riquezas, passa de um aldeamento para a então cidade mais importante da região do Cariri, instituído pela Lei Provincial de nº 628, de 17 de outubro de 1853, sendo o Juazeiro constituído nesse processo de formação.

Segundo Della Cava (2014), nas décadas seguintes, a cidade do Crato assim como no Cariri teve um aumento no seu desenvolvimento comercial, com a chegada de comerciantes icoenses, oriundos da Vila de Icó, dispostos a investir o seu capital naquela localidade, causando um aumento no seu desenvolvimento social e estrutural. Della Cava (2014) destaca como figura importante nesse processo, o comerciante Antônio Luiz Alves Pequeno, cujo filho do mesmo nome era padrinho de crisma de Padre Cícero e financiador de sua educação no seminário.

Embora os comerciantes levassem meio século para adquirir poder político compatível com sua riqueza, e mesmo assim, via de regra, só com o apoio dos fazendeiros, estimularam a demanda de serviços municipais mais amplos, como melhores transportes, serviços médicos e sobre tudo escolas. Sua presença na cidade atraiu coletores, advogados e até jornalistas. Membros do quarto poder desceram até o Crato, em 1855, onde foi fundado o semanário *O Araripe*, o primeiro jornal regional, destinado a prosperar durante mais de dez anos. (DELLA CAVA, 2014, p. 65)

É fato incontestável que a aplicação de capital pelos comerciantes na cidade do Crato elevou a cidade a um patamar de capital, passando a exercer uma influência bem maior na região do Cariri devido principalmente à expansão de sua economia urbana e pela forte presença de aspectos ligados à cultura e à educação. Porém, a consolidação da institucionalização educacional veio a se consolidar pela presença da Igreja Católica ainda nesse período, ao se efetivar e firmar raízes de forma institucionalizada no Cariri.

Como já havia expressado, foi fundado em 1875 na cidade, o Seminário São José, e em seguida, em 20 de outubro de 1914 foi construída na Cidade do Crato a Diocese tendo como responsável o Papa Bento XV. Tais fatores vieram a possibilitar o crescimento econômico e populacional da região e consequentemente da cidade do Crato.

Segundo Della Cava, o progresso que se estabelecia em meados do século, reavivou a contida ambição política do vale, que tinham como projeto estender a sua autoridade não só por todo o Sul do Ceará, porém almejavam também exercer domínio sobre os Estados

vizinhos, como Piauí, Paraíba e Pernambuco. Um projeto um tanto audacioso, que foi “momentaneamente bloqueado pela conservadora corte imperial” (DELLA CAVA, 2014, p. 66).

Para Della Cava (2014), o povo caririense mostrou seu poder de resistência durante os cem anos seguidos. Os políticos cratenses apresentaram várias propostas de autonomia, quase “sempre artifícios táticos que permitissem negociar” (DELLA CAVA, 2014, p. 66), o que de fato, ainda nas palavras de Della Cava (2014), possibilitou ao Crato vantagens nas negociações e barganhas regionais.

Porém, esse sonho de alargamento do Cariri só veio a tomar forma novamente, em meados do século XX, através da figura do Padre Cícero com o processo que levou à emancipação da cidade de Juazeiro, em 1911, até então distrito da cidade do Crato.

2.5 Padre Cícero e as práticas caritativas no Cariri Cearense

Até boa parte do século XIX a religiosidade institucional no Brasil foi resultado de ações muito raras de religiosos itinerantes. Padres missionários percorriam as regiões mais pobres, na tentativa de amenizar a dor e a fome causada pelas terríveis secas que assolavam o nordeste brasileiro. Desenvolviam obras de caridade, construindo casas para recolhimento para os pobres e desvalidos, construíram açudes, cemitério, e serviam de conselheiros religiosos para a população. Segundo Nobre (2011), esses Padres chegavam aonde as ações governamentais falhavam, ou até mesmo nem chegavam.

Como resultado dessas ações, encontramos ao sul do Ceará vários experimentos imbuídos do espírito filantrópico, católico, realizado pela pessoa do Padre Ibiapina. Paz (1998) configura a pessoa do Padre Ibiapina⁶ como exemplo de caridade e fé para com o povo nordestino ainda nesse período que decorre do ano de 1862 a 1883, iniciando as obras de caridade no Cariri, o que deu origem também ao processo educacional para meninas. E após esse período podemos caracterizar a continuidade desse processo caritativo pela pessoa do Pe. Cícero Romão Batista.

Padre Ibiapina, como missionário religioso, chegou a fundar 22 casas de caridade, espalhadas por todo o Nordeste, sendo algumas dessas casas construídas na região do Vale do

⁶ José Antônio Pereira Ibiapina, nascido em 1806 na cidade de Sobral. Estudou direito em Olinda e ingressou na carreira política cearense de modo promissor, interrompendo-a quando os maus fados políticos e pessoais o forçaram a deixar o Ceará, em 1837. Retornando a Recife, exerceu a advocacia e logo tornou-se conhecido como defensor dos pobres. Em 1853, com 47 anos de idade, trocou a toga pela batina. Sua “conversão” e ordenação revestiam-se de mistério. (DELLA CAVA, 2014, p. 66-67)

Cariri. Quando recebeu duas visitas prolongadas do Padre no período que decorre de outubro de 1864 a fevereiro de 1865, e de outubro de 1865 a julho de 1869. Durante essas duas estadas no Vale do Cariri, segundo Della Cava (2014, p.68) “Padre Ibiapina, construiu casas de caridade nos quatro principais municípios do Vale – Crato, Barbalha, Milagres e Missão Velha”, e ainda, nas suas ações pelo Nordeste:

[...] Mobilizou trabalhadores submissos e crédulos não apenas para a realização de reparos nas Igrejas e nos cemitérios, mas também na construção de açudes e na abertura de poços e cacimbas, bem como no planejamento de novas estradas, melhorias essas que foram acolhidas com entusiasmo pelas elites do interior, desejosas, sobretudo depois de 1865, de aproveitar o surto de prosperidade que as exportações de algodão ainda lhes proporcionariam por mais cinco anos. (DELLA CAVA, 2014, p. 68)

As ações desenvolvidas pelo Padre Ibiapina, na região do Cariri, assim como coloca Della Cava, continuam sendo lembradas e, de fato, “com suas casas de caridade ele difundiu no interior do Ceará as primeiras instituições educacionais para mulheres” (DELLA CAVA, 2014, p.69), sendo mais tarde dado continuidade pelo Pe. Cícero, em Juazeiro do Norte.

Após a passagem do Pe. Ibiapina pela região, o Pe. Cícero foi para os flagelados da seca muitas vezes a única esperança com a qual podiam contar, um homem considerado por muitos como santo, “se assemelhava ao Pe. Ibiapina pelo zelo e pela ação independente e obstinada (DELLA CAVA, 2014, p.80). A exemplo do Pe. Ibiapina, recrutou mulheres solteiras do povoado para uma irmandade, sendo algumas destas mulheres Beatas das casas de caridade do Padre Ibiapina, o que deu início a várias formas de caridade por parte de um sacerdote, que veio do povo para representar o povo. Também se assemelhava ao Pe. Ibiapina a sua preocupação com a instrução dos habitantes daquele povoado.

Portanto, não tem como não falar sobre o Pe. Cícero e as práticas caritativas sem antes falar sobre o Pe. Ibiapina, até por que os motivos pelos quais trouxeram o Padre Ibiapina ao interior do Ceará estão de certa forma, ligados à História da vida do Padre Cícero, quando resolve partir para o interior do Ceará para ajudar os atingidos pela seca e pela epidemia de cólera que assolava o Ceará, e dizimou parte da população cratense, sendo uma das vítimas da epidemia o pai do Padre Cícero.

Após a morte do seu pai, Cícero Romão Batista, sendo ele o filho mais velho e único homem da família, teve que deixar os estudos para cuidar da sua mãe e irmã. Em 1864, aos 20 anos de idade, entra no Seminário de Fortaleza para ordenar-se Padre. Segundo Oliveira (2001), dada à pobreza de recursos do Padre Cícero, os planos que tinha de se ordenar Padre quase que foram interrompidos, se o Cel. Antônio Luiz Alves Pequeno não tivesse ajudado, garantindo assim a educação do seu afilhado que passou a estudar como pensionista até o ano

de 1870, quando se ordenou Padre.

De volta à região do Cariri, morando na cidade do Crato, o Padre Cícero é convidado para celebrar uma missa no Natal na Capela de Nossa Senhora das Dores, no povoado de Joazeiro, que se encontrava sem capelão. Logo após, o Padre resolve mudar-se para o povoado, onde foi exercer a função de capelão na capela de Nossa Senhora das Dores. Nesse período, “o povoado de Joazeiro ainda não passava de um insignificante lugarejo, situado na extremidade nordeste do município do Crato”(DELLA CAVA, 2014, p. 78). Pe. Cícero, além de assumir a responsabilidade pela sua família, assume também a responsabilidade de cuidar de um povoado, que lhe foi designado por Deus por intermédio de um sonho.

O jovem Padre recém ordenado tinha muito em comum com o pequeno lugarejo e com os seus poucos moradores. Era pobre e tinha sido vítima da epidemia que dizimou parte da população. Segundo Della Cava, (2014), “o Padre era tão pobre, que benfeiteiros e amigos ricos do Crato costumavam fornecer-lhe batinas, sapatos e até os cobres para pagar seus cortes de cabelo” (DELLA CAVA, 2014, p.81), o que se estendia a sua família, que muitas vezes necessitava da ajuda de terceiros para sua alimentação. O Padre, que se prontificou a cuidar de um povoado com a missão de salvá-lo, foi também uma vítima das consequências causadas pela seca.

Estando apenas cinco anos no povoado de Joazeiro, o Pe. Cícero teve que enfrentar uma das piores secas do nordeste, no ano de 1877, sendo seguida por tantas outras, cada vez mais violentas, o que levou a população a migrar para a capital. Na esperança de sobreviverem, muitos morreram de fome e de sede nas estradas que levavam do interior à capital. Os que ficavam no povoado sobreviviam com as orações e os ensinamentos do Padre sobre como utilizar os produtos que a terra oferecia.

No ano de 1889, o Padre Cícero foi protagonista do “milagre da hóstia sagrada”, que se transformou em sangue ao dar a comunhão para uma das suas Beatas, Maria de Araújo. Esse fato elevou a popularidade do Padre Cícero entre os nordestinos, sendo denominado como Santo protetor dos pobres. “Fez a pequena povoação de Juazeiro, tornar-se conhecida em todo Nordeste brasileiro” (OLIVEIRA, 2001, p.75), transformando-se em uma das maiores e mais importantes cidades comerciais da região do Cariri.

O acontecido no povoado de Joazeiro toma uma dimensão social inesperada para a Igreja. A notícia do “milagre da hóstia sagrada” logo se espalha e o povoado de Joazeiro transforma-se em um verdadeiro campo de investigação. “A hierarquia eclesiástica transforma a “Beata” Maria de Araújo na principal acusada de atentar contra as leis da Igreja, quanto ao controle das práticas devocionais dos cultos e das imagens” (BORGES, 2005, p.5).

A notícia do milagre, assim como as manifestações de apoio ao Pe. Cícero se estendia por toda a região, quando “uma estranha sucessão de fatos “miraculosos” ocorreu nas cidades de Joazeiro, Icó, Aracati e União”, o que criou a impressão, segundo Della Cava, de que se tratava mais de uma coordenação “diabólica” do que propriamente de uma ordenação divina (DELLA CAVA, 2014, p. 120). As manifestações de eventos semelhantes ao de Maria de Araújo, que surgiram por todos esses lugares, levaram o clero a tomar medidas que viessem restaurar o seu controle sobre os leigos.

Após sete meses do ocorrido em Joazeiro, o Bispo D. Joaquim apresenta a primeira declaração pública sobre o milagre, considerando todas as ações e fatos divulgados pela Beata como prodígios vãos e supersticiosos. Advertia os fiéis “contra os vícios opostos a nossa santíssima e divina religião. Embora não tendo condenado o milagre, desacreditou da sua legitimidade e estimulou os membros da diocese a ignorá-los de todo o suposto milagre”.(DELLA CAVA, 2014, p. 84)

No entanto, a eminência dos fatos não se deu como o esperado pela Diocese, pois mesmo com as declarações do Bispo e as advertências sobre qualquer ato que viesse a tornar público o milagre de Joazeiro, as manifestações dos fieis sobre o ocorrido só cresciam, e as peregrinações para a cidade de Juazeiro aumentavam.

Tal repercussão do “milagre” ocasionou, em 1892, o afastamento do Padre Cícero do povoado de Joazeiro e a suspensão da ordem por uma portaria redigida e assinada por Dom Joaquim, na qual proibia o Padre de “pregar, confessar e orientar os fiéis. Deixou-lhe apenas a faculdade de celebrar a missa”(DELLA CAVA, 2014, p. 121). O afastamento do Pe. Cícero das suas funções e do povoado foi uma forma encontrada pelo clero de obter controle sobre a propagação da religião popular que havia se estabelecido no povoado de Joazeiro, onde o Padre se tornaria a figura principal responsável pelo acontecido.

A religião que ora se estabelecia adivinha da população carente que buscava nas obras divinas a salvação do povo. O Padre Cícero havia se tornado para o povo Joazeirense, um exemplo de fé e caridade. O fato gerou tanta repercussão que foi levado à mais poderosa hierarquia do clero, a Congregação do Santo Ofício, em Roma - a Inquisição, para ser julgado de acordo com as normas canônicas.

Em 1893, o povoado de Joazeiro entra na clandestinidade. Não podendo ter nenhum ato coletivo na capela, levou o povoado ao ostracismo espiritual, o que ocasionou por parte da população diversas formas de resistência, criando uma forma de expressar a sua fé através de ações coletivas, de demonstração de fé e lealdade ao seu mentor espiritual. “Privado de comemorar suas festas religiosas, o povo logo encontrou outras práticas para manifestar sua

lealdade. Enfeitava as casas com retratos de Padre Cícero e de Maria de Araújo, que eram tidos e estimados como *novos santos*" (DELLA CAVA, p. 126).

Em Julho de 1894, a Sagrada Inquisição Roma Universal torna público o veredito ao qual proibia o Padre de exercer seus direitos sacerdotais, com ameaças de excomunhão caso não cumprisse com o veredito. Tais ações desenvolvidas pela Igreja ortodoxa contra o acontecido no povoado vieram, segundo Della Cava, a enfraquecer os apoios políticos, financeiros e ideológicos, até então conquistados pelo Padre Cícero.

No ano de 1898, o Padre Cícero é absolvido pelo Papa Leão XIII, o que ocasionou a sua volta para o povoado, no entanto, continuava proibido de celebrar missas. Para Della Cava (2014), se o objetivo do afastamento do Pe. Cícero pela hierarquia eclesiástica se dava em acabar com a nova concepção religiosa que se estabelecia no povoado, acabou por não cumprir com o esperado. As mudanças que haviam acontecido não foram significativas a ponto de influenciar a propagação dos fatos do milagre. Peregrinos continuavam a visitar a cidade, embora houvesse por parte da ortodoxia, uma tentativa de parar a propagação da religião popular.

A volta do Padre Cícero ascendeu na população a renovação na fé. Com a volta do novo santo, não podendo celebrar missas, o povoado de Joazeiro contou com a presença de outros vigários, como o Padre Quintino Rodrigues de Oliveira e Silva, que permaneceu até o ano da sua consagração como primeiro Bispo da Diocese do Crato, sendo substituído pelo Pe. Pedro Esmeraldo da Silva⁷. Porém, o Pe. Cícero não descuidou da população juazeirense na luta contra as secas.

Ainda tentando se recuperar da seca de 1877, o povo de Joazeiro enfrenta em 1900 mais uma vez uma terrível seca, porém não tão violenta quanto a dos anos anteriores, mas ainda assim causou muitas mortes no interior do Ceará. O povoado de Joazeiro veio a enfrentar além da seca uma epidemia de varíola, que dizimou parte da população. Uma situação enfrentada pelo Pe. Cícero com vacinas e a criação de um cemitério para enterrar os bexiguentos.

A preocupação constante do Pe. Cícero, muitas vezes demonstrada em cartas destinadas aos seus amigos da capital, onde relatava as consequências da seca para a população, pedindo para que pudesse intervir junto ao Governo Estadual ou Federal em prol do povo cearense. Tal fato podemos constatar em uma das cartas do Pe. Cícero, endereçada ao Pe. Clímério, datada de 6 de dezembro de 1900. Quando relata a situação do povo cearense,

⁷Pe. Esmeraldo foi nomeado em 1917 primeiro vigário de Juazeiro.

em época de seca.

O nosso Ceará passa por uma crise tão medonha que está ficando despovoado. Ainda que tenha visto o que dizem os jornais sobre a seca do Ceará, não faz uma ideia do que seja. Parece não ter mais um tempo da população. Morre-se de pura fome, e a imigração no maior desespero de escapar a vida, atirando-se os pobres sem nenhum recurso. É um horror e cada dia aumenta mais. Meu amigo cada cearense deve ser uma trombeta na imprensa e em toda parte, gritando com toda força pedindo socorro para um grande naufrágio do Ceará. Pode ser que esses governos que tem o dever de salvar os Estados nas calamidades públicas desistam, e não queiram passar por assassinos deixando caprichosamente morrer milhares de vidas que podiam salvar e não querem (SILVA, 1982, p. 116).

Nesta carta, o Padre relata sobre o cenário ao qual se encontrava o povo cearense, bem como denuncia a negligência por parte do governo na época. Enquanto isso buscava junto aos líderes religiosos do Vale do Cariri, soluções divinas para superar a seca que causava sofrimento ao povo caririense. O Padre Cícero, junto ao Padre Felix de Moura e Padre Fernandes Távora, então vigário do Crato, uniram suas preces e fizeram uma promessa.

Caso Deus atendesse ao pedido e terminasse a seca, os três clérigos ergueriam uma enorme Igreja em honra ao Sagrado Coração, no alto da serra do Catolé, na extremidade setorial de Joazeiro. Dizem que algumas chuvas caíram na região; pouco depois, o capelão de Joazeiro pôs-se a trabalhar para cumprir a promessa (DELLA CAVA, 2014, p. 83).

Assim como coloca Della Cava, os méritos da chuva que logo começou a cair e trazia certo alívio ao Vale do Cariri, foi atribuído ao “Padre Cícero e a sua santidade singular” (DELLA CAVA, 2014, p. 84).

Em meio a esse cenário, além das medidas imediatas no combate à seca, o Pe. Cícero se destaca pelas suas obras de caridade desenvolvidas no povoado mesmo com os poucos recursos que lhes restava, construiu cemitérios em época de epidemia, reconstruiu a Capela de Nossa Senhora das Dores, em 1884, construiu casas para abrigar os romeiros, hospital para os doentes, enfim, “suportou heroicamente o flagelo” (DELLA CAVA, 2014, p. 83).

Embora Padre Cícero não fosse conhecido nem pela liderança de sociedades penitentes nem por seus dons de oratória, não resta dúvida de que o povo simples de Joazeiro sempre lhe atribuiria qualidades excepcionais de santidade e profecia. Ao lado do reconhecimento público das alegadas visões do clérigo, não se pode negar que até suas ações mais ordinárias eram frequência tidas como de inspiração sobrenatural. Quando em 1877, mandou para as terras devolutas do alto do Araripe muitas vítimas da seca, que haviam fugido do sertão em busca do vale, obrigando-as a plantar mandioca para aliviar a fome, os sobreviventes agradecidos, mais tarde, atribuíram sua salvação ao Padre, a quem consideravam santo. (DELLA CAVA, 2014, p. 83).

Lembradas até hoje as secas que quase dizimaram a região, encontramos através da memória, exemplos que elevaram a figura do Pe. Cícero, à popularidade da sua santidade. Oliveira (2001) conta dos esforços que o Padre fazia para tentar encontrar saídas para a

população, “dava tudo que recebia”, ensinavam a preparar “a macambira, a mucunã das quais tiravam uma espécie de massa que faziam angu ou mingau” (OLIVEIRA, 2001, p.67), e ainda incentivou o plantio da mandioca.

O Padre Cícero Romão Batista morreu no ano de 1934, mas deixou o seu legado também na educação. Assim como Pe. Ibiapina foi também responsável pela institucionalização da educação para crianças tanto das mulheres como dos meninos da região, ainda das décadas de 1916 a 1933, período de fundação de várias escolas na cidade de Juazeiro do Norte. Seu objetivo era a educação, aprender a ler e a escrever e ensinar-lhes um ofício, para que pudessem ter uma profissão.

No ano de 1916, o Pe. Cícero idealiza e funda como prática caritativa o Orfanato Jesus Maria José, construído logo após a terrível seca de 1915. São vários os exemplos que temos sobre a idealização do Orfanato, vários autores, dentre eles, os naturais da cidade afirmam que em época de seca, as crianças que ficavam sem seus pais eram entregues ao Pe. Cícero, para que ele tomasse de conta daquelas crianças, sendo estas acolhidas pelo Padre em sua residência, às vezes entregues a famílias para serem suas domésticas.

Com o crescente número de crianças na sua residência, o Pe. resolveu colocar todas as crianças em um lugar onde lhes fornecesse os cuidados, educação e aprendessem um ofício, para que na vida adulta tivessem como sobreviver na sociedade.

Nos registros dos quais tivemos acesso, encontramos dados sobre instituições educacionais criadas na cidade de Juazeiro do Norte, voltadas para a educação das meninas da região. Estas escolas eram, em sua maioria, de cunho particular, mantidas pelo Padre Cícero. A exemplo, temos uma das primeiras escolas criada e mantida pelo Padre, a Escola de Izabel Montezuma, onde a professora teve as suas primeiras turmas. “Em 1941, fundou-se o 1º colégio secundário em Juazeiro” (QUEIROZ, 2008 p. 19), tendo como figura importante nessa construção o Padre Cícero. Assim como coloca Oliveira, concordando com as suas palavras, o Padre Cícero foi em parte o grande responsável pelo desenvolvimento da cidade de Juazeiro e muito contribuiu para o desenvolvimento da região do Cariri.

2.6 Irmandade das Beatas do Juazeiro do Norte

Padre Cícero Romão Batista ao se instalar no povoado de Joáseiro, um pequeno lugarejo no interior do Ceará, coloca em prática ações destinadas ao crescimento daquela pequena população. Para auxiliar em sua jornada para com o povo Joáseirense, desde o início da sua chegada ao povoado passa a recrutar moças solteiras, que tinham a intenção de seguir

uma vida religiosa.

Baseado nos princípios canônicos, o Padre Cícero cria, em 1885, uma irmandade de mulheres que estaria sob a sua autoridade direta. Essa irmandade era constituída por mulheres leigas, “algumas delas tinham sido Beatas da Casa de Caridade do Crato, e outras, de Joazeiro, tomavam o hábito pela primeira vez”. (DELLA CAVA, 2014, p. 81). Algumas, segundo Della Cava, eram viúvas desprovidas da tutela masculina e buscavam na religião, uma vida de castidade.

Faziam também parte da irmandade das Beatas do Juazeiro, mulheres instruídas, que vieram a contribuir com a educação da juventude joazeirense. Como exemplo, temos: Izabel da Luz, “que se tornou uma das mais notáveis professoras da juventude do povoado” (DELLA CAVA, 2014, p. 81). Outras se entregaram a uma vida de devoção e caridade, como foi o caso da Beata Maria de Araújo.

Faziam parte ainda dessa irmandade as Beatas que administraram o Orfanato Jesus Maria José, Beata Mocinha, Raimunda da Cruz Neves, entre outras. Muitas dessas mulheres viviam na casa do Padre Cícero, junto a sua família, e foram destinadas pelo patriarca para gerir os cuidados com as crianças órfãs que o Padre acolhia.

Na idealização da irmandade das Beatas, o Padre Cícero muito se assemelhava ao Padre Ibiapina, ao recrutar moças que se entregassem:

[...] simplesmente a uma vida de piedade de oração e caridade. Essas mulheres entregavam-se ao ensaio ocasional do catecismo a participação exuberante nos serviços anuais da semana Santa e nos autos do natal, o que sob a orientação do Padre Cícero, se destinava a edificação dos habitantes incalcando - lhes fervor à Igreja e as suas doutrinas. (DELLA CAVA, 2014, p. 81)

Essas irmandades caracterizavam-se como organizações religiosas no âmbito da paróquia que congregavam o laicato e incluíam homens e mulheres. Em Juazeiro, o Padre Cícero cria também a irmandade dos beatos, que muito contribuíram com a formação religiosa e organização do povoado.

Em entrevista com o professor e historiador Renato Dantas (2016), o mesmo relata que esta casa instituída pelo Padre Cícero acabou por abrigar mulheres que já vinham de uma experiência de recolhimento com o Padre Ibiapina, quando em suas missões pelo Nordeste cria as casas de caridade, onde abrigavam essas mulheres.

No ano de 1889, o Padre Ibiapina seria expulso da região e proibido de fundar essas casas por não terem autorização canônica da Igreja, para quem as casas de caridade foram entregues. Nas palavras do Historiador Renato Dantas, a irmandade das Beatas criada pelo Padre Cícero, muito tinha haver com as Casas de Caridade do Padre Ibiapina, para ele é

importante saber que:

[...] a História do Orfanato, inicia com as Beatas do Padre Ibiapina quando ele fundou as Casas de Caridade na região e de repente o Bispo se fica responsável pelas casas por ocasião da saída do Padre Ibiapina da região, essas Beatas acreditam eu, não aceitando as normas do Bispo e dado a forma do Padre Cícero trabalhar que era muito parecida com a de Ibiapina, muitas das mulheres que eram Beatas do Padre Ibiapina, saem da Casa de Caridade e vem morar em Juazeiro. É tanto que eu acho fundamental saber é que em 1985, quando ele forma a irmandade das Beatas de Juazeiro, essas Beatas para mim, primeiro tinham muito das Casas de Caridade, do Padre Ibiapina, várias delas vieram de Missão Velha se não me engano do Crato, Barbalho nem tanto e Milagres também. (Renato Dantas, entrevista concedida a pesquisadora, Juazeiro 04. 02. 2016).

Nas palavras de Renato Dantas, percebe-se que as Beatas, temendo ficar sem o seu mentor espiritual, deixam as casas de caridade que antes estavam sobre a coordenação do Padre Ibiapina e vão para o Juazeiro para juntar-se ao Padre Cícero. Algumas dessas mulheres nas palavras de Renato Dantas faziam parte das Casas de Caridade do Padre Ibiapina, nas cidades vizinhas, constituindo assim a irmandade das Beatas do Juazeiro em uma casa na Rua Padre Cícero, chamado o casarão das Beatas. Cabe ressaltar que no ano de 1985, o Padre Cícero, passa a recrutar moças da região que queriam seguir uma vida religiosa. Porém, algumas das Beatas já moravam na casa do Padre Cícero, como foi o caso de Joana Tertuliana de Jesus, a Beata Mocinha, como ficou conhecida, e Maria de Araújo, que “consagraram-se ao serviço de Deus”. Tornaram-se as Beatas vestidas de manto preto, tendo o Padre Cícero como o seu mentor espiritual.

Desde o ano de 1914, Joana Tertuliana de Jesus passou a cuidar da casa do Padre Cícero, assumindo depois o papel de governanta. Além de realizar o trabalho de governanta, realizava também o papel de enfermeira, segundo Geraldo Menezes Barbosa, a Beata mocinha:

[...] passou a ser uma espécie de secretária, autorizada a comprar e vender terras, contrair empréstimos para saldar dívidas médicas com tratamento e operações e sendo uma exímia organizadora do movimento geral da casa (Geraldo Menezes Barbosa, entrevista cedida ao Jornal Folha da Manhã, 1996).

Segundo Geraldo Menezes a Beata mocinha, tornou-se a terceira pessoa mais importante no Juazeiro e na vida do Padre Cícero.

Assim como nas Casas de Recolhimento do Padre Ibiapina, o Padre Cícero cria na cidade de Juazeiro uma Casa de Recolhimento para crianças do sexo feminino, órfãs e desvalidas, e entrega a sua administração para as Beatas, que faziam parte da irmandade. Essas casas eram mantidas através de doações, esmolas e subsídios do governo. Essas mulheres tinham a missão de desenvolver práticas caritativas para com os pobres vitimados

pelas secas que atingiam constantemente o Nordeste.

A direção do Orfanato foi deixada nas mãos das mulheres de confiança do Padre Cícero, as Beatas, uma delas foi Joana Tertuliano de Jesus, que se tornou Beata do Padre Cícero no ano de 1885, e passou a ser chamada por Beata Mocinha. Residia na casa do Padre, e era a pessoa de sua confiança, responsável pela coordenação da sua casa, sendo também responsável pela direção das casas de caridade e pelas órfãs acolhidas pelo Padre Cícero. Segundo Menezes e Alencar (2011), a Beata Mocinha era:

[...] desembaraçada, atenciosa e comunicativa, Joana Tertuliano logo conquistou restrita confiança do Sacerdote, de quem se tornara governanta e tesoureira, funções em que se mantivera ininterruptamente até a morte do seu Senhor (MENEZES e ALENCAR, 2011, p.23).

A importância da Beata Mocinha na vida do Padre Cícero foi relatada por historiadores locais, como uma mulher caridosa, dotada de bons modos. Utilizava das suas virtudes para orientar as órfãs, acolhidas pelo Padre Cícero, tanto para o trabalho quanto para a educação. Segundo Araújo (2012) a Beata Mocinha, exerceu na cidade de Juazeiro, desde 1888:

[...] os cargos de co-fundadora e primeira diretora do Orfanato Jesus Maria José”, co-fundadora do Matadouro Modelo, zeladora e primeira tesoureira do apostolado da Oração, tesoureira da Associação do sagrado Coração de Jesus e Governanta e tesoureira da casa do Padre Cícero. (ARAÚJO, 2012, p. 67)

Podemos perceber nestes relatos a importância da Beata Mocinha na vida do Patriarca. De acordo com Araújo, os cuidados que a Beata tinha em relação às crianças pobres e abandonadas, assim como os cuidados com o povo de Juazeiro, fez da Beata mocinha “a terceira pessoa mais importante na hierarquia do poder de Juazeiro” (ARAÚJO, 2012, p. 69).

A segunda pessoa escolhida pelo Padre Cícero para administrar o Orfanato junto à Beata Mocinha, foi a Beata Raimunda da Cruz Neves, que passou a morar no Orfanato para cuidar das meninas. Esta, conhecida como Minda, recebeu o hábito de Beata em 1885, se consolidando como Beata do Padre Cícero.

Em entrevista com o historiador Antônio Figueiredo, ele nos relata que Minda, junto à Beata Mocinha, “foram á fortaleza do Orfanato, uma cuidava da parte financeira e a outra administrativa, e recebiam muitos romeiros ainda na Rua São José” (Renato Dantas, entrevista, concedida a pesquisadora, 06.02.2016). A Beata Raimunda da Cruz Neves ficou no Orfanato como administradora até o ano de 1930, quando foi assumido por Gertrudes Almeida Dias, esta permanecendo até o ano de 1932.

Além da irmandade das Beatas, outras foram criadas em Juazeiro, bem antes do Milagre, segundo Della Cava (2014), essas irmandades desempenharam um importante papel

na propagação do milagre em Juazeiro. Para o autor:

[...] os veículos-chave nos quais, Lobo se baseava, eram curiosamente, as irmandades, organizações religiosas no âmbito da paróquia, que agregavam o laicato e incluíam homens e mulheres. Duas dessas associações ligas pelo menos o Apostolado da Oração do Sagrado Coração de Jesus e a Conferencia de São Vicente de Paulo -, foram criadas antes do “Milagre” de 1889 e, como já se viu, desempenharam um papel nada desprezível na gestação da crença nos “milagres de Joazeiro”. (DELLA CAVA, 2014, p. 141)

Diante do exposto, podemos perceber que a irmandade das Beatas, assim como as outras serviram de alicerce para o Padre Cícero na construção e defesa de Juazeiro. Segundo Della Cava (1976, p. 79), as “Beatas vieram a ser propagadoras-chave da religião popular”. Atuaram elas como grupo de mulheres religiosas, obedientes e trabalhadoras, que dedicaram as suas vidas à espiritualidade e à caridade para com o povo juazeirense, sendo outorgado a essas mulheres a oportunidade de solucionar os problemas de sobrevivência cotidiana, ao mesmo tempo, auxiliavam tantas outras, que eram vistas como pobres e desvalidas. Com isso, a ação missionária do Padre Cícero que as dirigia podia ganhar corpo e significado social numa cidade onde ele era considerado líder espiritual e político, um verdadeiro Patriarca.

3. AS MEDIDAS DE RECOLHIMENTO PARA PESSOAS POBRES E DESVALIDOS A NÍVEL NACIONAL E INTERNACIONAL E AS PRIMEIRAS CASAS DE RECOLHIMENTO PARA A INFÂNCIA POBRE E DESVALIDA NO BRASIL

Neste capítulo, construímos uma breve contextualização histórica, sobre as primeiras Casas de Recolhimento para pessoas pobres e desvalidas, em âmbito nacional e internacional que se constituíram como políticas assistencialistas, a população desprovida de poder econômico, surgindo às primeiras instituições de amparo às crianças pobres e desvalidas, que foram rejeitadas ao longo dos séculos, sujeitos que fazem parte do nosso objeto de estudo. Embora tenha mudado o conceito que se dá à infância, ainda repercute nas camadas mais pobres o mesmo sentimento de abandonados, enjeitados.

3.1 Origem das primeiras medidas de recolhimento para pessoas pobres, e desvalidos em âmbito nacional e internacional.

Nos estudos de Algranti (1993), em sua tese de doutoramento sobre a condição feminina através dos conventos e recolhimentos do sudoeste (1750 – 1822), podemos situar as ideias que deram origem a estas instituições no Brasil, situando-as em âmbito internacional. Algranti (1993) retrata a origem das instituições ao mundo Europeu, dada à preocupação que o Estado burguês tinha em retirar das ruas os pobres e mendigos.

As primeiras instituições de recolhimento dos pobres marcam, segundo Algranti (1993), sua aparição no século XVI, na Inglaterra, “quando são construídas as primeiras Bridwells⁸ e Workhouses⁹”. A Holanda e a Alemanha acompanham seus passos com o

⁸Na idade moderna, diante da crise socioeconômica que abalou a Europa e que resultou no grande número de pessoas extremamente pobres, as quais se dedicavam à mendicância ou a prática de atos delituosos para sobreviverem, fez-se necessário estabelecer nova política criminal para conter o crescimento e a ação deste grupo. Nesse contexto, o clero inglês pediu auxílio ao Rei de Londres, que autorizou a utilização do castelo de Bridwell para que ali fossem recolhidas as pessoas vadias, os ociosos, os ladrões e os praticantes de pequenos delitos com o objetivo de serem disciplinados. (ELIZABEBA REBOUÇAS TOMÉ PRACIANO: “O DIREITO DE PUNIR NA CONSTITUIÇÃO DE 1988 E OS REFLEXOS NA EXECUÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE”. Dissertação apresentada ao programa de Pós – Graduação em direito, Fortaleza, 2007.<http://www.ibamendes.com/2011/03/origem-e-evolucao-da-prisao.html>: acessado em 01/05/2016 às 18:29.

⁹ Na História britânica, uma workhouse era um lugar onde as pessoas pobres que não tinham com que subsistir podiam ir viver e trabalhar. O exemplo mais antigo de *workhouse* data de 1652 em Exeter, embora existam provas escritas da presença de instituições similares anteriores a essa data. Alguns documentos escritos referem uma *workhouse* em Abingdon por volta de 1631. As origens da Workhouse podem ser traçadas até a Poor Law de 1388, que procurou resolver a situação de falta de mão de obra posterior à Peste Negra, restringindo o deslocamento dos trabalhadores, e tornando o Estado responsável por ajudar no sustento dos pobres: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Workhouse>: acessado em 01/05/2016 às 18:42.

objetivo de pôr fim ao desemprego e controlar a mendicância. Os pobres eram recolhidos e colocados “em casas de internamento ou de trabalho, uma prática difundida pela Europa inteira” que se dava ou por intermédio do Estado ou do poder eclesiástico (ALGRANTI, 1993, p.49).

Porém, através dos estudos de Algranti, podemos perceber que o movimento de recolhimento dos pobres se inicia bem antes na Inglaterra, quando a autora relata sobre “um estatuto de 1530, anterior as primeiras Poor Laws (1572)¹⁰, que já estabelecia o registro dos vagabundos” (ALGRANTI, 1993, p. 48). Uma prática que, segundo a autora, pode se caracterizar como uma ação elitista para se livrar do desconforto que a miséria poderia ocasionar para as famílias das classes dominantes. Na verdade, eram medidas tomadas pela elite do período, com o objetivo de afastar das ruas os famintos, e se precaverem das reações ocasionadas por esta condição, ou seja, a elite temia pela sua segurança quanto à formação de bandidos ou desocupados pelas ruas.

Na França, ainda em 1532, tais práticas relacionadas à pobreza eram tratadas pela burguesia através de medidas coercitivas, com a criação de decretos que pudessem expurgar das ruas os miseráveis, que incluía em sua maioria crianças abandonadas em situação de mendicância, quando para sobreviver praticavam pequenos furtos.

Em Portugal, a prática de recolhimento dos pobres, data do século XV, quando da preocupação da monarquia com os mendigos, pobres e doentes, espalhados pelas ruas. A Coroa Portuguesa, mesmo expressando sua preocupação com a pobreza, confiava muitas vezes a guarda e defesa destes ainda à Igreja, e a Padres que faziam trabalhos individuais de caridade para com os pobres, mendigos e doentes.

Outro exemplo sobre a atuação do clero português em relação ao grande número de mendigos e doentes que vagavam pelas cidades do Reino nos séculos XVI e XVII são os conhecidos relatos sobre a vida de célebres Padres caridosos. Figuras como D. Frei Bartolomeu dos Mártires (1504-1590) e D. Teotônio de Bragança (1530-1602) são constantemente lembradas na literatura religiosa portuguesa por sua atuação nas epidemias e pestes que assolararam o país. Também os mosteiros distribuíam diariamente esmolas, recolhiam e tratavam os mais necessitados (ALGRANTI, 1993, p.49)

De acordo com a autora, Algranti, (1993), no imaginário da época a situação de pobreza e miséria pela qual passava a classe dos menos favorecidos levava, em suma,

¹⁰As **Poor Laws** foram um sistema de ajuda social aos pobres em Inglaterra e Gales, que se desenvolveu a partir da Idade Média tardia e das leis Tudor, antes de ser codificado em 1587-1598. O sistema das **Poor Lawssubsistiu** até ao surgimento do Estado de bem-estar moderno depois da Segunda Guerra Mundial. https://pt.wikipedia.org/wiki/Poor_Laws: acessado em 01/05/2016 às 18:42

mulheres “donzelas e viúvas à dissolução dos costumes e, em última instância, à prostituição”, (ALGRANTI, 1993, p.49). Isso levava a Igreja católica e indivíduos religiosos a buscar medidas que pudesse resolver tais problemas das camadas abastadas principalmente relacionado à recuperação da moral das mulheres da época. Para tanto, se construíam Casas de Recolhimento para amparar órfãs pobres, mulheres desamparadas ou que apresentavam um comportamento sexual incompatível com a moral da época, com o intuito de preservar a virtude e honra da família. Entretanto, estas instituições não tinham a intenção de preparar a mulher para uma vida religiosa, pois estavam voltados para a preparação da mulher para a vida familiar, como ser mãe e esposa, dentro dos preceitos da época.

Mesmo na idade média havendo uma preocupação com os pobres, incluindo as crianças abandonadas, foi somente na Idade Moderna que “a preocupação com a criança abandonada mostrou-se mais cadente, no momento em que a pobreza se tornou onerosa ao Estado e a ideia de que o aumento populacional embasava as riquezas das nações tomou contornos definidos” (DEL PRIORE, 1992, p. 52).

No início da Idade Moderna era possível encontrar em Portugal, Casas de Recolhimento para as órfãs pobres e desamparadas de Lisboa. D. João II, pouco antes de morrer, fundou o recolhimento das “órfãs donzelas e nobres”. “Logo depois, foram surgindo outras, como o recolhimento de Santa Martha de Santarém, criado por D. Sebastião, para viúvas e filhas das vítimas da peste” (ALGRANTI, 1993, p.52). Tais Casas de Recolhimento tinham um propósito educativo com finalidade de “ajudar famílias pobres, acolhendo suas filhas para dotá-las no momento do matrimônio, ou de se tornarem religiosas” (ALGRANTI, 1993, p.52).

Paralelo à criação de instituições de internamento para pobres e órfãs, continuava ainda em Portugal:

[...] a prática da caridade cristã de auxílio individual, herdada da Idade Média exercida por ordens religiosas e pelas irmandades leigas ou associações de classe, prática apoiada por monarcas, Bispos, e leigos, o que se estendeu também à Colônia Americana. (ALGRANTI, 1993, p. 49)

Com o processo civilizatório, os males que atingiam o mundo europeu foram também preocupações decorrentes do Novo Mundo descoberto através do Atlântico. A expansão europeia sobre os países “da África, Ásia e América” contou com “o recrutamento compulsivo dos mendigos profissionais, vagabundos e cadastrados, que eram alistados à força para serviço militar no ultramar, por período que variava de alguns anos até a vida inteira”, (ALGRANTI, 1993, p.50),

Nas expedições brasileiras, a presença de vários homens, entre eles, degenerados, “acabou por criar entre os colonos a imagem tão difundida ainda hoje de uma colonização empreendida por criminosos e vagabundos, na América Portuguesa” (ALGRANTI, 1993, p.50), o que veio a gerar situações de pobreza entre a população e prostituição para as meninas e mulheres das colônias.

A situação de pobreza e prostituição nas colônias levou os jesuítas a constituírem as primeiras medidas de recolhimento de pessoas pobres e desvalidas no Brasil, destinadas às meninas índias. Os jesuítas colocaram em prática as primeiras ações educacionais, que se deram por intermédio da conversão do povo indígena à religião cristã, ainda em aliança com o Império Português. Baseado nisso, vai sendo delineado com o tempo uma estratégia religiosa de educação em regime de “recolhimento e santidade”. Os recolhimentos criados no Brasil sofreram algumas mudanças em relação à metrópole, porém acabaram por preservar os mesmos ideais.

De início, a educação dos jesuítas voltava-se somente para os meninos, uma prática iniciada com os órfãos que eram trazidos de Portugal e que seriam os futuros colonos, parte do projeto de povoamento das colônias traçado pelo governo português e se estendeu às crianças indígenas e às mulheres pobres e decaídas.

Segundo Algranti (1993), o fluxo de homens em terras brasileiras decorrente das expedições acabava por gerar problemas tanto para a Coroa como para as mulheres das colônias. Tal situação levava “ao concubinato dos portugueses com as índias e negras” (ALGRANTI, 1993, p.52), situação que contrariava tanto os interesses do Estado metropolitano como os interesses da Igreja romana. Segundo Nunes (1992) “a formação de uma população mestiça, sem o contrapeso de uma população branca de raízes Lusitanas, seria perigosa e inquietante para os projetos da Coroa”. Porém, “poucas eram as mulheres que acompanhavam seus maridos na travessia perigosa do Atlântico” (NUNES, 1992, p.484), resultando em um grande número de homens nas colônias, com poucas mulheres brancas para contraírem matrimônio e concretizar os projetos da Coroa portuguesa.

Preocupados com o despovoamento da colônia e com a falta de mulheres brancas, o governo português busca medidas para o controle absoluto dos colonos, e para garantir que estes continuassem em terras brasileiras. Fazer com que eles constituíssem vínculos no Brasil seria uma garantia da sua permanência. “Daí a necessidade de que mulheres brancas das classes altas, órfãs pobres, ou até mesmo prostitutas viesssem de Portugal cumprir aqui sua função de reprodutoras biológicas e sociais” (NUNES, 1992, p.48), com o objetivo de garantir a hegemonia branca da Metrópole na colônia.

Essas moças eram oriundas de recolhimento para pobres, órfãs, e desvalidas, onde eram preparadas dentro dos princípios da Igreja, e educadas para serem esposas e mães capazes de cuidar do seu lar, responsáveis pela formação do núcleo familiar, no qual o seu papel se resumia em ser mãe e esposa, responsáveis pela cultura e pelo bom desempenho educacional dos colonos. Um projeto que adivinha da preocupação de se constituir matrimônios dentro dos princípios da Igreja, instituído nos moldes europeus. Assim como coloca Algranti (1993, p. 70) “o sacramento do matrimônio ligava-se, assim, à política de povoamento e exploração da Colônia e destinava às mulheres o papel de reprodutoras, esposas e mães”.

O casamento era visto, portanto, não só como uma forma de aumentar a população, mas de aumentá-la por meio das leis da Igreja Católica, de forma a disciplinar os colonos, tomá-los mais assentados, presos aos laços familiares, dificultando a sua volta à Metrópole (ALGRANTI, 1993, p.70).

O casamento, além de servir para o aumento da população, servia como forma de disciplinamento dos colonos. Mantê-los em terras brasileiras garantiria ao Governo português, a exploração das tão sonhadas terras, além de garantir a defesa das fronteiras.

Para tanto, o Governo português toma, nos dois primeiros séculos, inúmeras medidas para incentivar o casamento, desde o envio de órfãs e até mesmo prostitutas de Portugal. Assim como:

[...] a concessão de cargos importantes aos funcionários da Coroa que contraíssem matrimônio com as filhas dos altos funcionários da Coroa mortos em serviço de El Rei. Ao serem enviadas para o Brasil, essas mulheres deveriam se casar com homens de igual condição de seu pai, para que de alguma forma fosse compensada a ausência do pátrio poder e garantido o seu *status* social. (RODRIGUES, 2012, p. 38)

E ainda, por ordem do Estado metropolitano, estava proibido de se instalar conventos em terras brasileiras, para que fosse possível garantir mulheres que pudessem procriar, por a clientela que frequentava os conventos serem mulheres pertencentes à elite brasileira. E ainda a proibição de envio de moças para os conventos em Portugal a partir de 1732.

Cabe ressaltar que as regras sobre os Magistrados portugueses que se encontravam no Brasil, para não se casarem com mulheres nascidas na colônia, poderiam ser revistas diante das condições econômicas e étnicas da mulher em questão. Ou seja, se fossem mulheres brancas e ricas.

Quanto às mulheres negras e índias destinavam-se as relações em concubinato, a prostituição e a exploração que a pobreza lhes reservava. Tal situação a qual estavam submetidas às mulheres brasileiras se dava desde o início do período exploratório das colônias, por estar marcado tanto pela escravidão, como pela exploração dos povos negros e

indígenas. Situação que marcou também o início de “relacionamentos entre os sexos nas possessões portuguesas da América, como também estabeleceram de imediato profundas diferenças entre as mulheres da colônia, separando-as em categorias” (ALGRANTI, 1993, p.60), mulheres brancas, negras, “livres ou escravas”.

Tais relações nos levam a perceber nitidamente as relações étnico-raciais e de classe que se estabeleciam nas colônias, tendo a mulher como personagem principal desse enredo. Sua condição de indivíduo mulher pertencente à classe explorada, fazia com que os colonizadores lhes reservassem o “abuso sexual consentido ou forçado de índias, negras, ou mulatas, a despeito do que fizessem os missionários para combater semelhantes práticas” (VAINFAS, 1989, p.51).

A condição da mulher estava relacionada a sua condição de classe e etnia. Para as brancas, cabia-lhes a educação mesmo que voltada para o lar, para assim contrair o matrimônio. Para as mulheres e crianças pobres, a prostituição e uma vida de exploração. Tal situação deu início às primeiras práticas de caridade com as construções de Casas de Recolhimento para os pobres, miseráveis, das crianças órfãs e desvalidas, desenvolvidas por Padres missionários vindos de Portugal, assim como na Europa, na Idade Média, as casas eram destinadas para: “reabilitar para garantir cidadãos honestos da mesma forma que a disciplina do trabalho evitava a ociosidade, periculosidade dos homens vadios” (ALGRANTI, 1993, p. 52).

A restrição à criação de conventos e o envio de moças da elite para Portugal ocasionava para o Governo um desconforto entre os senhores da elite brasileira, que segundo Algranti (1993), nem sempre reservava para suas filhas uma vida de casada, mas sim uma vida religiosa, que era sinônimo de prestígio social na época. O pedido para a criação de conventos era constantemente feito ao Conselho Ultra marinho. Temendo revoltas entre a elite brasileira, a Coroa portuguesa libera através de decreto a criação de casas de Reclusão para mulheres. Para tanto, algumas condições eram estipuladas, para que estas instituições não tivessem a mesma conotação dos conventos. As instituições de recolhimento deveriam ser leigas e sustentadas por particulares, e deveriam preservar as mulheres do perigo da desonra, preservando a sua pureza até o casamento e ainda uma educação moral. A partir do século XVII, a criação de recolhimentos se deu em terras brasileiras e posteriormente “a criação de conventos, a exemplo, temos o convento de Santa Clara, na Bahia, erguido em 1677” (RODRIGUES, 2012, p.38). Estas instituições eram regidas por alvarás e deveriam ser destinadas às mulheres pobres, órfãs, mas poderia acolher também pensionistas.

A Coroa tinha sobre essas casas o cuidado para que não se tornassem religiosas. Mesmo sendo apoiadas pela Igreja Católica, “estas deveriam estar submetidas ao Governador e ao Bispo, mas embora tutelada por esse, não se constituía uma instituição religiosa propriamente dita” (RODRIGUES, 2012, p.42). Porém, o poder espiritual das casas era atribuído ao Bispo, sendo coordenada por ordens religiosas femininas.

No Brasil Colônia foram instituídos vários tipos de recolhimentos, “os destinados à vida monástica, que se organizava e pretendia se transformar em conventos, os reservados às mulheres que não pretendiam ter uma vida religiosa. Dentre estes últimos, havia ainda diferentes objetivos e clientela”, (RODRIGUES, 2012, p.42). Entre tantos recolhimentos, destacamos os:

[...] criados para a educação de meninas indígenas, junto a matronas virtuosas, abrigando, posteriormente, meninas órfãs sustentadas pela filantropia local. Este modelo de Recolhimento fazia parte do projeto de evangelização, no Novo Mundo, da Companhia de Jesus, fundada por Santo Inácio de Loyola em 1540, cujos membros eram conhecidos como Jesuítas ou inacianos. (RODRIGUES, 2012, p. 42)

As ações desenvolvidas pelos jesuítas diante do período exploratório repercutiram sobre as políticas de formação educacional brasileira, bem como no desenvolvimento estrutural do país, dada as suas influências e participação na criação de vilas, cidades e instituições educacionais. E ainda, voltaram-se para os pobres com obras de caridade, entre elas, a criação de recolhimentos para as mulheres pobres, “fundados por iniciativa do jesuíta Gabriel Malagrida” (RODRIGUES, 2012, p.43), a partir do ano de 1751, por todo o Nordeste brasileiro com o objetivo educacional, religioso e moral.

Com o desenvolver da Idade Moderna, podemos assistir um novo redirecionamento nas formas que se estabeleceram para recolhimentos dos pobres e miseráveis. A prática de recolhimento que se estendia a todos os pobres e miseráveis, passam a ter formas definidas, com a construção de cadeias, Orfanatos junto ao surgimento de instituições leigas de reclusão destinadas a mulheres que fossem pobres ou ricas visando preservar a honra e controlar a sexualidade feminina. Segundo Algranti (1993), essa reorganização “trata-se, portanto, da expressão de mais um elemento próprio do processo de “laicização” da cultura e do individualismo característico da Idade Moderna” (ALGRANTI, 1993, p. 53), sendo esse modelo articulado de vida religiosa com a criação dos conventos instituídos no Brasil somente “no final do império, com o advento da república e no contexto da reforma da Igreja Católica” (NUNES, 1992, p. 492). Com as consequências da Revolução Francesa na Europa, ocasionou a vinda de religiosos (as) para o Brasil dados os conflitos de ordem “ideológica”, que proibia religiosos da sua atuação social. Estes encontraram na vinda para o Brasil uma forma de

continuidade das suas missões religiosas. “O trabalho educativo nos colégios, o cuidado com os doentes, das crianças e dos velhos em Orfanatos e asilos constituíram suas principais atividades” (NUNES, 1992, p. 492).

Os colégios religiosos por sua vez, veiculam uma educação de caráter fortemente conservador centrada na manutenção do modelo familiar cristão tradicional. As devocções difundidas a partir das escolas e das novas associações religiosas, das quais as mulheres são as maiores divulgadoras, têm na supervalorização da figura da Virgem Maria uma de suas principais características. O simbolismo da figura de Maria, virgem e mãe, é marcante para as mulheres; concentra uma ambiguidade extrema pela valorização concomitante da virgindade e da maternidade. Erigindo a virgindade em culto, é o controle da sexualidade feminina e a normatização dos comportamentos sexuais que a Igreja visa. (NUNES, 1992, p. 495)

Instala-se também no Brasil uma nova concepção sobre a família, e a mulher passa a ter uma nova função dentro do núcleo familiar. “A importância da família no projeto de evangelização “tridentino” concedeu à esposa e à mãe um novo papel: o de educadora” (ALGRANTI, 1993, p.53), em que o seu comportamento passa a ser de constante vigília por se assemelhar a virgem Maria, símbolo de “pureza”. Para que a mulher pudesse desempenhar esse papel, assistimos ao redirecionamento dos modelos pedagógicos para a formação feminina que se adaptaram “aos diferentes níveis sociais”. “Criaram-se pensionatos, geralmente junto aos conventos para as jovens mais privilegiadas, ou escolas caritativas para as indigentes”(ALGRANTI, 1993, p.53).

As mudanças em relação ao comportamento sobre as mulheres não se deram de forma imediata, foram se moldando de acordo com as transformações sociais, onde as mulheres foram sendo inseridas conforme as necessidades do modelo de sociedade que estava sendo instituído. Essa ruptura se deu somente no final do século XVIII, quando as instituições religiosas encontravam-se em decadência, porém a prática de reclusão feminina encontrava-se segundo Algranti, (1993), plenamente estabelecida.

A mulher passa a ser reconhecida como membro importante na construção e formação familiar, o que abre espaço para o processo educacional feminino.

No lugar dos recolhimentos e conventos, espaços de múltiplas funções conjuntas surgirão no século XIX, instituições de caráter menos vago e diferenciado como as escolas de meninas, penitenciárias para mulheres e conventos de religiosas. Cada um deles em edifícios separados e estatutos bem definidos (ALGRANTI, 1993, p. 53).

Nos estudos de Algranti (1993), podemos perceber que mesmo com mudanças sobre o papel da mulher na sociedade e no núcleo familiar, o “enclausuramento” de mulheres leigas, “foi sempre praticado em nome de princípios morais da preservação dos bons costumes e da castidade feminina” (ALGRANTI, 1993, p.52), substituído na idade moderna pela família patriarcal.

De certo, não podemos colocar a condição de dominada da mulher de forma generalizada, a História nos mostra que muitas mulheres utilizaram-se dos conventos como forma de fugir do casamento ao qual estavam destinadas, caracterizando assim uma forma de resistência ao domínio da figura masculina, fosse do seu pai ou do seu marido. Mas, o que não podemos esquecer é que a estrutura da família brasileira foi moldada dentro dos princípios da família patriarcal, em cujo papel da mulher por muito tempo se resumiu a ser uma mulher do lar, fortalecendo assim as opressões e as formas de exploração feminina na estrutura social.

Os recolhimentos expressavam as vontades e os valores masculinos e moldavam-se às necessidades da sociedade, fazendo que nas diversas instituições que existiram fosse aceito o ingresso de mulheres pelos mais diversos motivos, os quais variam entre religiosos, caritativos, educativos e punitivos. Os ingressos definitivos ou passageiros por um recolhimento servem para evidenciar que, quando a reclusão doméstica não se mostrava eficiente, o homem não se omitia em recorrer à reclusão institucional para punir e preservar a honra (RODRIGUES, 2012, p. 46).

Inspirado nesse modelo idealiza-se o Orfanato Jesus Maria José, uma casa de amparo às meninas órfãs pobres e desamparadas, carentes de uma tutela masculina. Não se constituiu como instituição religiosa, mas está submetida a uma figura masculina, membro da Igreja Católica, de início o Padre Cícero, e nos dias atuais o Bispo da Diocese do Crato, mantido com recursos particulares e coordenados por uma ordem feminina, de início as Beatas e atualmente as Filhas de Santa Teresa de Jesus.

O Orfanato Jesus Maria José, carrega em sua História padrões europeus no tocante ao recolhimento das meninas órfãs e desvalidas bem como, a prática desenvolvida pelo Padre Cícero ao buscar trabalho para as meninas que lhes eram entregues aos seus cuidados. “Tendo a disciplina do trabalho como forma de evitar a ociosidade”, (RODRIGUES, 2012, p. 46), revela proximidades e semelhanças com as práticas difundidas na Europa por Padres religiosos, em específico, em Portugal.

3.2 Um breve histórico da infância pobre e desvalida no Brasil

A História da infância no Brasil carrega uma forte tradição sobre a utilização da mão de obra infantil que se caracteriza desde o Período Colonial, estendendo-se ao Império, quando as crianças das famílias mais pobres eram submetidas tanto ao trabalho doméstico como na exploração ligada às elites.

O sentimento de infância nas famílias desprovidas de condições econômicas está carregado de tragédias, vividas por meninos e meninas desde o abandono, à exploração, e à condenação a uma vida de penúrias, iniciada ainda no período colonial, dado o processo de

civilização instituído pela Coroa Portuguesa, que ao chegarem ao Brasil colocaram em prática junto a Igreja Católica representada pelos jesuítas, uma política de catequização aos indígenas através do “adestramento físico e mental, com o objetivo de incluir valores civilizatórios e religiosos para o povo indígena, que segundo os jesuítas eram desprovidos de alma” (DEL PRIORE, 2010, p.15).

Segundo Venâncio (2007), a presença dos colonizadores em terras brasileiras acabou por gerar vários problemas para os povos indígenas que vinham a ser preocupação dos eclesiásticos e administradores das colônias. Os males trazidos pelos colonizadores, um dos fatores responsáveis pelas condições de doenças e extrema pobreza que acometeu as tribos indígenas nesse período, culminando com a extinção de várias tribos, e a presença de crianças desamparadas.

O contato entre colonizadores e indígenas resultou em consequências nefastas para os índios, em especial no que se refere às doenças que acompanhavam a chegada das caravelas; doenças para as quais os índios não possuíam defesa orgânica alguma. Tal fato acabou gerando uma multidão de órfãos desamparados; o que acabou levando os jesuítas a criarem os colégios de meninos, instituições destinadas a abrigar legiões de indiozinhos sem pai, de tribos dizimadas pela peste, fome e conflitos com os brancos (VENÂNCIO, 2007, p. 189)

Nesse mesmo período, temos indícios das primeiras medidas tomadas em atendimento à criança desprovida de seus familiares e às pessoas pobres, em condições de mendicância. Segundo Venâncio (2007), esse problema desde o século XVI era causa de preocupação tanto para os eclesiásticos quanto para os administradores, que buscaram medidas de atendimento a essa parcela da sociedade. Tais medidas ficaram sob a responsabilidade da Igreja católica, que pensando em resolver o problema cria as Santas Casas de Misericórdia, para o atendimento aos doentes, aos pobres, às crianças órfãs, às viúvas e aos demais desamparados. “No Brasil, apenas Salvador, Recife e Rio de Janeiro estabeleceram tais Rodas no Período Colonial” (VENÂNCIO, 2007, p. 191).

Essas casas auxiliavam no trabalho de atendimento à pobreza, “pelos irmandades, confrarias, ordens, e outras organizações de caráter religioso” (VENÂNCIO, 2007, p. 119), que viam nos pobres sujeitos necessitados de caridade, dando origem também às primeiras instituições filantrópicas ou assistencialistas no Brasil.

Na realidade, passar a responsabilidade para a Igreja era nada mais que uma forma de eximir o Estado do cumprimento dos deveres com a população carente e os direitos da criança, que até então não tinha um papel definido no seio familiar.

Segundo Ariès (1978), o sentimento de infância vai variar de acordo com as condições econômicas, passando a existir de fato apenas pelas camadas mais nobres da sociedade. Tendo

esse processo evoluído através dos séculos. “Até boa parte do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la” (ARIÈS, 1978, p. 50). Ainda conforme o autor, a ausência da não representatividade da infância na iconografia Medieval não se deve a uma simples incompetência, ou a uma mera falta de habilidade dos artistas. Para ele, seria “mais provável que não houvesse lugar para infância nesse mundo” (ARIÈS, 1978, p. 65), o que poderia justificar a não representatividade da infância nesse período.

Ainda à luz de Ariès, pode-se compreender que a descoberta da infância de fato se deu no século XIII, e “sua evolução pode ser acompanhada na História da arte e na iconografia dos séculos XV e XVI”. Porém, Ariès (1987), nos traz dados capazes de mostrar que os primeiros sinais de desenvolvimento da importância da criança no seio familiar “tonaram-se particularmente numerosos e significativos a partir do fim do século XVI e durante o século XVII” (ARIÈS, 1987, p. 65), em que a criança passou a ter a sua representatividade no núcleo familiar, sendo considerada como ser individual na sua representatividade, até se chegar ao conceito moderno de infância.

Assim embora as condições demográficas não tenham mudado muito do século XIII ao XVII, embora a mortalidade infantil se tenha mantido um nível muito elevado, uma nova sensibilidade atribuiu a esses seres frágeis e ameaçador uma particularidade que antes ninguém se importava em reconhecer: foi como se a consciência comum só então descobrisse que a alma da criança também era imortal. É certo que essa importância dada à personalidade da criança se ligava a uma cristianização mais profunda dos costumes. (ARIÈS, 1987, p. 61).

A cristianização, de fato, no Brasil, também serviu como impulsionador da importância da criança, que após ser batizada passava a ter alma, o que viabilizou a construção das Casas de Recolhimento para os menores abandonados, de início pelos brasileiros, nos séculos XV e XVI.

No século seguinte, segundo Venâncio (2007), assistiu-se no Brasil, o abandono de crianças, também pelas famílias portuguesas. Com o crescimento dos centros urbanos, o tráfico livre de escravos, a diversificação nas atividades comerciais, fez com que houvesse um aumento do crescimento populacional, especialmente nos principais centros portuários. Até meados do século XVIII, “a população aumentou significativamente, multiplicando por dois ou até mesmo por quatro as modestas cifras do início do século” (VENÂNCIO, 2007, p.189). Como efeito global, expandia-se também a economia, e as tragédias relacionadas aos grandes centros urbanos.

Esses diferentes ritmos de crescimento pelo qual passava o mundo colonial tinham uma repercussão direta com as condições de vida das crianças, que passaram a ser abandonadas, principalmente nas cidades. “No campo, espaço de transformações lentas, o

abandono raramente ocorria e vários enjeitados acabavam sendo adotados como “filhos de criação” ou agregados por famílias estruturadas” (VENÂNCIO, 2007, p.187), as crianças acabavam por serem amparadas, mesmo que em condições de trabalho, quando a prática da adoção se dava para os afazeres domésticos. “Para camponeses sem escravos e pescadores pobres, a força de trabalho familiar ocupava um papel fundamental na sobrevivência da unidade doméstica” (VENÂNCIO, 2007, p. 192).

Nas cidades com o número crescente da população, as situações de abandono das crianças se davam de forma desumana. Sem casa o suficiente para acolher, sem mercado de trabalho que pudesse abranger a população “a cidade agregava os pobres e não sabia o que fazer com eles” (VENÂNCIO, 2007, p.191).

Tal situação levava a população pobre das cidades ao “desequilíbrio e à selvageria”(VENÂNCIO, 2007, p.191). O abandono de crianças recém-nascidas era constante. As famílias deixavam nos piores lugares onde a criança não teria nenhuma chance de sobrevivência, as “calçadas, praias e terrenos baldios, conhecidos por berço dos monturos, as lixeiras, tornaram-se locais de abandono de menores tendo por companhia cães, porcos e ratos que perambulavam pelas ruas” (VENÂNCIO, 2007, p. 190).

Na verdade, a origem dos enjeitados variava de caso a caso, como também a forma de se abandonar crianças guardava especificidade próprias. Na maioria das vezes, evitava-se deixar o bebê em calçadas e ruas. Mães, familiares ou simples intermediários portadores de expostos procuravam protegê-los do perigos das ruas, da chuva e do frio da noite; evitavam, por assim dizer, o abandono selvagem. Muitos depositavam a criança na soleira da porta, fazendo barulho para chamar atenção dos moradores e fugindo em seguida para os arrabaldes, onde se escondiam até terem certeza de que a criança fora bem acolhida. Outro método consistia em fazer das parteiras cúmplices, encarregado - as de levar o bebê a uma família interessada em recebê-lo. (VENÂNCIO, 2007, p. 193)

Tal situação de calamidade acabou por despertar a indignação e o sentimento religioso da sociedade, herdado ainda da cultura europeia. Segundo Venâncio (2007) a “inquietação diante do futuro espiritual dos enjeitados, culminou com ações desenvolvidas por religiosos, políticos e comerciantes ricos”, (p. 193) que passaram a auxiliar a manutenção das Santas Casas de Misericórdia, para que pudessem receber as crianças abandonadas por seus familiares.

Como forma de garantir a clandestinidade dos pais que enjeitavam as crianças, foi implementada nas Santas Casas de Misericórdia a roda dos expostos nas principais cidades coloniais, uma prática difundida em Portugal. Consistia em um cilindro que unia a rua ao interior da casa, em que as pessoas que não podiam criar seus filhos os deixavam sem que alguém pudesse testemunhar tal prática.

Diante destas situações, cabe a nós perguntar o que levava de fato a essa situação calamitosa em que se encontravam as crianças? Para Venâncio, tal situação não pode ser analisada por questões puramente econômicas, em parte, a situação de pobreza pela qual passava uma grande parcela da população era em suma uma das responsáveis, pelo abandono de crianças. No entanto, o abandono para Venâncio consistia também em atribuir a dupla moral, as famílias brasileiras, à mulher, principal personagem desse enredo. De modo que caia também sobre a mulher branca, burguesa a responsabilidade da constituição familiar, e da manutenção da moral e dos bons costumes. Engravidar antes ou fora do casamento ocasionava também o abandono de crianças nos conventos e nas casas de misericórdia.

Diante das transformações sociais, era moldado um novo modelo de família burguesa. A classe dominante caminhava para um novo modelo capitalista, no qual as famílias se pautavam pelos princípios da moral e dos bons costumes. As mulheres eram objeto de vigília constante, eram responsáveis por garantir às famílias a posse das terras através dos seus herdeiros, assim, cabia à mulher procriar para garantir os privilégios da classe dominante da época que se fazia capitalista.

As mulheres das classes, média e alta passaram a ser responsáveis pela formação familiar de uma elite pura que se formava dentro de uma estrutura patriarcal. Para as mulheres brancas assumirem um filho fora do casamento ilegítimo, fruto de amores proibidos seria romper com os princípios da nova ordem familiar, e ficava, assim, a mulher sujeita à condenação moral, “enquanto para as mulheres negras ter um filho “ilegítimo não desonrava a mãe” como a mulher branca”. (VENÂNCIO, 2007, p. 193). Ou seja, a nova ordem de valores da nascente família burguesa não incluía as famílias negras. Essa dupla atribuição moral advém da divisão racial do período escravocrata, quando o preconceito racial vira ideologia, “o racismo”, no período de transição para a sociedade capitalista.

Segundo Venâncio (2007), a instalação da Roda nas Santas Casas servia também como forma de proteção para as mulheres brancas não serem acusadas de crimes morais, e “ao mesmo tempo evitava o infanticídio” (VENANCIO, 2007, p.194). A Roda tinha por finalidade precípua não constranger pessoa alguma, nem quem levava a criança, tampouco quem a recolhia. A sociedade acobertava o abandono dos menores, “principalmente quando ele não adquiria feições selvagens, colocando em risco a vida do bebê” (VENANCIO, 2007, p. 194).

Essa situação de abandono de menores está relacionada ao surgimento e expansão das cidades e seu crescimento populacional. Paralelo ao crescimento das cidades, temos o espaço do campo. Como já havia colocado o sentimento de colaboração ainda se fazia presente,

sendo a situação do abandono quase inexistente. Quanto a isso, Venâncio destaca que no meio rural as práticas desenvolvidas na lavoura e nos trabalhos domésticos incluíam a criança como membro ativo nesse processo, o que fazia com que as famílias mantivessem os filhos no seio familiar, adotando também a prática de cuidar das crianças órfãs das proximidades.

Quanto aos filhos dos escravos, “a ausência de um sistema escravista estruturado protegia mulheres e crianças do abandono” (VENANCIO, 2007, p.192). Portanto, a criança era tratada como um adulto em miniatura, e dependendo das condições econômicas e familiares, estes pequeninos eram logo inseridos no trabalho, ou seja, o sentimento de infância para os escravos era inexistente.

A preocupação com as crianças órfãs, abandonadas ou desvalidas, que viviam a perambular “nos grandes núcleos urbanos do país, crescia à medida que se caminhava para a extinção da escravidão” (SOUZA, 1999, p.30), segundo Souza.

A lenta dissolução das relações de trabalho escravista, durante a segunda metade do século XIX, colocou na ordem do dia a preocupação com o suprimento e a organização da mão-de-obra livre que garantisse a continuidade da concentração de riquezas e poder político nas mãos da elite. (SOUZA, 1999, p.30)

As relações estabelecidas entre as classes sociais vinham a definir a concepção de infância. Para os filhos dos escravos, a passagem da infância para o mundo adulto se dava em uma pequena escala de tempo, tão logo ficassem de pé, eram drenados ao mundo do trabalho.

Segundo Souza (1999), com a criação da Lei do Ventre Livre, em 28 de setembro de 1871, tornando livre todas as crianças, filhos de escravos, a partir de sua promulgação, chegou a modificar as relações parentais e o destino das crianças. Em síntese, essa regulamentação que tratou do acesso à liberdade para os libertos ingênuos até que completassem 21 anos, consistiu em garantir aos senhores de mães escravas e ao Estado ou às associações, o direito de utilizarem gratuitamente os serviços desses menores, sob a condição de criá-los e procurar-lhes colocação apropriada ao fim do tempo de serviço. “Alguns senhores de escravos estimulavam abertamente o envio do filho da escrava à assistência pública, principalmente após concederem alforria à pequena cria” (VENÂNCIO, 2007, p. 202).

As crianças que permaneciam com seus pais continuavam em condições de escravidão, sendo vistas como seres desprovidos de direitos, à medida que os seus pais continuavam sendo escravos. De certa forma, acabava por tirar do Estado a responsabilidade de cuidar dessas crianças, “livres”, mas filhos de pais escravos. E ainda tratavam de evitar que “um grande contingente de crianças e jovens livres ou libertos ficassem entregues a ociosidade, principalmente nos grandes centros urbanos” (SOUZA, 1999, p. 31).

Paralelo a esse contexto, assistimos a virada do século XIX, que caminhava para o

processo de industrialização, modificando as estruturas econômicas e políticas dos países em desenvolvimento, onde foi possível assistir a presença de crianças no trabalho fabril, sofrendo acidentes e distante de qualquer proteção da lei.

O Brasil se insere nesse contexto de reestruturações econômicas e sociais, onde o processo de urbanização e crescimento demográfico toma uma dimensão de grande escala, com uma grande parcela da população migrando do campo para a cidade. Tal fenômeno ocasionou por aumentar consideravelmente o índice de pobreza, entre a maioria da população, “agravados ainda mais por sucessivas epidemias e as precárias condições sanitárias, aumentando cada vez mais o número de crianças órfãs, abandonadas e pobres pelas ruas das cidades”. (SOUZA, 1999, p.31)

Surge, então, uma preocupação das elites com as crianças em situação de abandono nos grandes centros urbanos. Como já havia colocado essa preocupação vinha sendo expressa pelas elites urbanas desde o início do século XIX, que buscavam formas no “sentido de prover, as cidades de instituições que pudessem recolhê-las e dar-lhes um destino mais conveniente e mais útil a sociedade” (SOUZA, 1999, p. 31), de início através de ações desempenhadas por membros da Igreja Católica e o poder público.

Retirar das ruas as crianças em mendicância era para a elite uma forma de se precaver dos problemas futuros, que poderiam vir a enfrentar com os novos adultos que se formariam. Movidos pela mesma preocupação, as elites, o poder público e a Igreja passaram a construir casas de asilos com o objetivo de recolher as crianças órfãs e desvalidas, mulheres viúvas, doentes e os demais pobres que necessitassem de caridade.

Segundo Algranti (1993) as Casas de Recolhimento no Brasil foram criadas após a restrição da criação de conventos pela Coroa Portuguesa “para driblar a Coroa”. Estas Casas de Recolhimento foram criadas com o intuito de formar jovens que queriam seguir uma vida “religiosa e ao mesmo tempo fugir do casamento” (ALGRANTI, 1993, p.84).

Porém, o termo de “recolhimento era também atribuído às casas de repouso, abrigos, pousadas, asilos, principalmente em Portugal onde existiam vários conventos” (Idid, idid). Nas Colônias Brasileiras, também foram construídos estabelecimentos leigos para as órfãs ou mulheres decaídas que foram chamadas de recolhimento, como ocorria no reino. Portanto, “utilizava-se o termo de recolhimento para identificar todas as instituições femininas de reclusão que não tivessem sido fundadas com o apoio do papa, mas erguidas com fins devocionais, caritativos ou educacionais” (ALGRANTI, 1993, p. 90).

Esses estabelecimentos que também surgiram no Brasil, “desapareceram com o tempo e foram substituídos por Orfanatos, colégios de freiras, asilos ou prisões” (ALGRANTI, 1993,

p. 92). Ou seja, os estabelecimentos que hora tinham o objetivo de recolhimento dos pobres das ruas, foram de certa forma, adequados sobre os princípios do novo modelo de sociedade que caminhava para o processo de industrialização. As instituições de recolhimento aos pobres tão logo se adequaram ao novo projeto de sociedade das classes dominantes de acordo com seus interesses econômicos.

A responsabilidade sobre o recolhimento dos pobres e crianças passa para as mãos do poder público, que cria mecanismos para o controle desta parcela da sociedade. As ações que eram impulsionadas por um sentimento religioso passam a ser tomadas pelo sentimento de preocupação e manutenção de um modelo de sociedade que prezava pela moral e o bom costume. Portanto, quem tivesse fora destes princípios e mostrasse qualquer ameaça a essa sociedade, estava fadado a pagar com a sua liberdade. As questões sociais acabavam por virar uma questão policial.

Durante o século XIX, a sociedade, como já havia expressado anteriormente, sofreu um grande número de transformações: com a consolidação do capitalismo, o desenvolvimento estrutural, e consequentemente, as mudanças das relações sociais, e o conceito de família, de modo que a criança passa a ser percebida como sujeito de direitos. Inicia-se, então, o processo de escolarização.

Com o advento da escolarização, passa a se discutir um novo conceito de infância, dada a entrada de emigrantes europeus no Brasil, que vinham de países onde a educação era uma realidade e a criança tinha um papel importante no núcleo familiar.

No Brasil, a conceituação de infância passou por etapas seguindo um modelo europeu. A criança começa a ganhar a feição de reizinho do lar, que até a metade dos anos 80 eram empregados como mão de obra e, portanto, não tinham infância.

O descaso com o conceito de infância advém desde o período da idade média, seguido pelo sentimento das relações de classe, na construção de uma vida burguesa que vai se cristalizar no Brasil a partir da segunda metade do século XIX. Segundo Ariès (1978), esse sentimento de inferioridade da criança presente desde a idade média, se dava também em relação à mulher. As crianças e as mulheres não tiveram uma representatividade na vida familiar, nem muito menos na sociedade, tratadas como inferiores e muitas vezes desconhecidos pela História. Ariès (1978), nos mostra através da iconografia medieval, o desconhecimento de infância, por esta não ser representada na arte medieval.

Foi no século XIX que surgiu a preocupação com a educação da criança, constituindo assim um modelo de educação diferenciado para as classes sociais. Aos pobres, o ensino se pautava na profissionalização, aprender um ofício e inserir-se no mercado de trabalho, já para

a elite, as escolas adotavam um sistema de valorização da cultura erudita europeia, onde a formação intelectual era primordial para os filhos da elite.

Essa dicotomia entre trabalho profissionalizante e educação para formação integral, vai atravessar a História da educação até os anos de 1910 e 1920, momento de forte industrialização no Brasil, quando este recebe muitos imigrantes europeus subvencionados pelo Estado, para construírem o novo projeto de nação.

O Orfanato Jesus Maria José vai se inserir nesse contexto, com objetivos educacionais e formação profissional. Tinha como propósito de recolhimento das crianças órfãs e desvalidas, que se encontravam nas ruas a perambular, ou com famílias que não tinham condições de sustentá-las, tanto por consequências das secas quanto pelo aumento da pobreza. No entanto, faz-se necessário situar às ideias que deram origem a estas instituições, através das influências que se constituíram por intermédio das relações interculturais.

3.3 A institucionalização educacional no Brasil

Historicamente, podemos constatar que até boa parte do século XIX, a religiosidade institucional no Brasil foi resultado de ações raras desempenhadas por religiosos itinerantes, assim como as primeiras instituições de recolhimento à infância pobre e desvalida, bem como o processo de institucionalização da educação, decorrente do processo de civilização.

A forte presença da Igreja católica na História da formação brasileira se deu simultaneamente com o período de colonização, decorrente das expedições europeias em busca de terras desconhecidas. “O Brasil nasceu à sombra da Cruz” (VENÂNCIO, 2010, p. 22), decorrente da união da Igreja e do império, uma época em que a religião tinha sobre o mundo um sinônimo de identidade, uma forma de estar inserido em um grupo social. Sua aliança com o império resultou na mais poderosa arma de colonização, tanto de terras quanto das almas consideradas inferiores. Uma forte união entre “religião e poder” (VENÂNCIO, 2010, p.22).

No Brasil, a presença da Igreja católica se intensificou a partir de 1549, com a chegada dos jesuítas da Companhia de Jesus, que tinham como missão catequizar, salvar o povo indígena dos seus próprios costumes, da sua cultura. As missões cristãs se constituíram como força motriz das colonizações, o que fortaleceu a presença da Coroa Portuguesa em terras brasileiras. Segundo Cavalcante (2012):

[...] a construção da República brasileira foi feita em meio a entendimentos diversos, mistura de ideologias, pertenças políticas ambíguas e localismos, quanto de inclinações nacionalistas, nascidas da repulsa por subjugações e ânsia por liberdade

de ganhos, sentimentos estes inspirados pela ambiência de circulação intensa de mercadorias e ideias revolucionárias e laicizadas da burguesia europeia. (CAVALCANTE, 2012, p. 231)

A República brasileira, ainda conforme Cavalcante se constituiu de culturas, de vários povos, inclinados sobre o desejo de conquistas, riquezas e poder. Para tanto, instituiu-se um processo de aculturação baseado nas ideias de uma elite dominante, sobre a égide da Igreja e do Estado.

Como já havia expressado o projeto de criação de um novo mundo, idealizado assim pelos jesuítas, pode ser também percebido nas palavras de Venâncio (2010), quando coloca que, ao chegarem a solo brasileiro “os portugueses ignoram a identidade dos povos indígenas, acusando-os de não ter religião ou de desconhecer a agricultura” (p. 22). Considerar os índios uma civilização inferior, era para a Igreja e o Estado uma forma de justificar a exploração e a catequese obrigatória de tribos inteiras. Os Portugueses, ao se aventurarem no mar em busca de novas terras a descobrir, ao chegarem ao Brasil acharam-se no direito de tomar posse das terras indígenas, sucumbirem a sua cultura e o controle das suas almas.

Um projeto de colonização que se dava também na conversão dos povos indígenas, caracterizados pela Igreja como um povo sem alma, homens não cristãos, a convenção se dava como forma de domínio de controle, uma prática de escravidão que se estendeu a índios e negros, fortalecida pela união Igreja e Império.

A colonização das almas indígenas não se deu apenas porque o nativo era potencial força de trabalho a ser explorada, mas também porque não tinha “conhecimento algum do seu Criador, nem de cousa do Céu”. Isso foi fundamental para dar uma característica de missão à presença de homens da Igreja na América Portuguesa. D. João III não deixou dúvidas quanto a isso ao escrever a Mem de Sá: “A principal causa que me levou a povoar o Brasil foi que a gente do Brasil se convertesse à nossa santa fé católica”. (VENÂNCIO, 2010, p.22)

A Igreja tinha seus interesses sobre os nativos e os portugueses sobre suas terras, por tanto convertê-los à religião católica ou obrigá-los a aceitar um Deus, o qual não conheciam, facilitariam a colonização portuguesa. Uma aliança entre religião e poder, converter para dominar.

Por muito tempo, os missionários atuaram na conversão dos nativos, em aliança com a Coroa Portuguesa exercendo o papel de catequizadores, professores, médicos e administradores entre as populações indígenas, com o objetivo de consolidar um projeto de um Novo Mundo, por eles idealizado, baseado nos moldes europeus.

Os jesuítas pertencentes à companhia de Jesus não pouparam esforços na busca pela aceitação e realização dos seus objetivos para com os indígenas. Para tanto, aprender a sua língua seria o primeiro passo para os ensinamentos da religião cristã, o que de certa forma

ignoravam a identidade indígena, sobrepondo a esta uma concepção europeizada do ser cristão.

Utilizaram-se das várias técnicas e conhecimentos dos quais dominavam a música e o ofício da arte. Eram utilizados como uma forma de ganhar a confiança dos indígenas, que ao primeiro contato com os colonizadores demonstraram ser “gente formosa e alegre. Ao som da gaita de Diogo Dias, almoxarife, os índios folgaram e dançaram” (VENÂNCIO, 2010, p. 14).

O trabalho dos jesuítas em território brasileiro, os esforços desempenhados por eles na organização, e construção de uma civilização cristã livre dos males que assolavam a Europa e que muito conheciam, resultou de certa forma na organização de vilas, e até mesmo cidades. Seus conhecimentos na economia, na agricultura e na formação, muito contribuíram para a construção social, histórica e educacional da população brasileira, que se deu em estreita relação com a Coroa portuguesa.

Sem dúvidas, os religiosos ligados ao clero, de início os jesuítas, estabeleceram uma ligação entre o povo brasileiro e a Coroa Portuguesa. Procederam como “uma espécie de missionários oficiais da Coroa até o ano de 1580, por conta do anexo de Portugal à União Ibérica (1580-1640)” (VENÂNCIO, 2010, p. 24), o que culminou com um processo de mudanças quanto à hegemonia das ações missionárias dos jesuítas em solo brasileiro. Os interesses de Portugal sobre os rumos do novo mundo mudaram e a aliança com a Igreja não era mais conveniente para o governo.

O rompimento dos jesuítas com a Coroa Portuguesa acabou por facilitar a entrada de outras Ordens religiosas em território brasileiro, resultando em um grande número de missionários itinerantes desenvolvendo práticas caritativas em várias vilas e cidades brasileiras, grupos como os Franciscanos, os Benditos, os Carmelitas, entre outros, que também exerceram a missão de evangelização dos indígenas.

Os jesuítas foram os primeiros a instituírem as missões em terras brasileiras, e continuaram com as missões mesmo depois da separação Igreja e Estado. A ação destes missionários “trata-se de uma estratégia de ampliação da ação daquela Companhia, que visa tanto aprimorar a formação dos seus soldados em Cristo, através da mística missionária inscrita na sua fundação, quanto de fazer-se conhecer a população” (CAVALCANTE, 2012, p. 291).

Tais ações desencadearam as práticas relacionadas à caridade instituída pela Igreja para com os necessitados das populações mais afastadas dos centros urbanos, como forma de ganhar o reino dos céus, o que fez da Igreja Católica uma das pioneiras no processo educacional no Brasil, tanto para as meninas, quanto para os meninos.

4. A MEMÓRIA HISTÓRICA EDUCATIVA DO ORFANATO JESUS MARIA JOSÉ, NA CIDADE DE JUAZEIRO DO NORTE, 100 ANOS DE PERMANÊNCIAS E RUPTURAS

Neste capítulo, resgatamos a memória histórica educativa do Orfanato Jesus Maria José, analisando as rupturas e permanências durante o período de funcionamento, bem como as ações dos autores envolvidos no processo de desenvolvimento do projeto do passado, e do presente, de 1916 a 2016.

4.1 Orfanato Jesus Maria José – da idealização aos dias atuais

Idealizado pelo Padre Cícero Romão Batista, no ano de 1916, o Orfanato Jesus Maria José foi criado, com o propósito de recolhimento para meninas órfãs pobres e desvalidas, “vitimadas pelas constantes secas que assolaram o Ceará, e dizimou parte da população do Cariri Cearense, elevando o nível de pobreza, e o número de pessoas à mercê da mendicância” (DELLA CAVA, 2014, p. 158).

O Orfanato Jesus Maria José foi constituído em um período onde as ações caritativas desenvolvidas por Padres, de forma constante nas regiões mais pobres, no período das terríveis secas, buscavam amenizar a dor e a fome que hora assolavam as famílias nordestinas, quando uma grande parte da população foi dizimada diante da situação da seca, da fome e das epidemias, que vieram a ocasionar uma verdadeira situação de miséria, consequência dos percursos da natureza, mas negligenciada pelo governo.

Em decorrência da miséria causada pela seca, a população se via obrigada a abandonar seus filhos para que esses sobrevivessem, deixando-os sobre a tutela de famílias que se prontificavam a ficar com as crianças, garantindo-lhes moradia e alimentação, uma espécie de apadrinhamento, uma prática muito comum no Sertão nordestino.

O Padre Cícero Romão Batista, como líder religioso e influente na cidade de Juazeiro do Norte, recebia dos seus fiéis, crianças pobres, que haviam perdido os seus pais e encontravam-se desprovidas da proteção familiar. Essas crianças eram trazidas de todo o Nordeste e entregues a pessoa do Padre Cícero para que ele cuidasse e zelasse pela vida e integridade das crianças desamparadas. O Padre passava a ser tutor delas, cuidava e fazia-lhes seus afilhados e, muitas vezes, para as meninas, arranjava-lhes casamento para deixá-las amparadas por uma figura masculina, fato que era comum na época, dada a concepção de família patriarcal, e a representação da figura feminina na sociedade da época.

Na tentativa de abrigar essas crianças, o Padre Cícero não media esforços, usava a sua

influência religiosa e política na cidade para encontrar famílias que pudessem acolher as crianças em troca de trabalhos domésticos. Quando não conseguia, acomodava em sua casa, e cuidava dessas crianças dando-lhes educação e um ofício, para poderem inserir-se no mercado de trabalho.

Como exemplo da caridade e da preocupação do Padre Cícero com a educação das crianças que ele adotava, temos: Dona Generosa Ferreira Alencar, uma das jovens que o Padre Cícero amparou em sua casa, além de autorizar sua educação em colégio da capital. Generosa, como era chamada, perdeu os seus pais quando ainda era pequena. Foi recolhida pelo Padre Cícero, e deixada sobre os cuidados da Beata Mocinha a quem Generosa chamava de Madrinha:

[...] Eu fui recolhida pelo Padre com sete anos mais ou menos. Fiquei até quando fui para o colégio, ainda no curso primário, fiz todo o meu curso no Colégio da Imaculada Conceição, em regime de internato, onde conclui o primário e o secundário tendo sido mantida por ele, desde a minha chegada até o dia da sua morte. Eu sempre considero o Padre Cícero um líder Polivalente. Porque em todos os setores da vida de social, política, religiosa; da vida de humanidade e caridade, ele era abrangente do velho à criança. A criança para o P. Cícero era uma criatura que precisava do apoio religioso, moral, social para que pudesse crescer com uma vida sadia, uma vida útil. Então o Padre Cícero amava as crianças. (Generosa Alencar, entrevista cedida ao Jornal, Folha da Manhã, 1996.)

Assim como Generosa, tantas outras meninas e meninos passaram pela casa do Padre Cícero, foram criadas como filhas e filhos adotivos e o Padre era a figura patriarcal na vida dessas crianças. Dona Generosa Ferreira Alencar se lembra da sua amiga Antônia Vieira, conhecida por Tônia, natural de Nazaré da Mata do Estado de Pernambuco, que chegou à casa do Padre Cícero com 4 anos de idade, trazida por uma tia para se batizar, e logo deixou a menina sobre os cuidados do Padre. Segundo Generosa, Tônia e ela foram educadas em Fortaleza no Colégio da Imaculada Conceição, dada a falta de instituição educacional na região.

Ainda sobre as afilhadas adotivas do Padre Cícero, que moravam na casa do patriarca, segundo Generosa, seriam elas: Josefa Magalhães; Tereza que casou com Geraldo, filho de um agricultor; Maria Custódia casou-se com o Conde Adolfo Van Den Brule; Olímpia, Martinha e Maria Preta que eram domésticas; e Maria Amarante, que ficou conhecida por Maria Pequena, que casou com um Alagoano e foi morar em Alagoas; Maria Zita; Maria Beatriz, que também era Alagoana, e que a mãe havia morrido ao chegar Juazeiro, em 1932, foi adotada pela Beata Mocinha. Todas elas foram adotadas pelo Padre Cícero, porém não sabemos ao certo quais destas meninas foram morar no Orfanato, assim, o que sabemos é que a origem do Orfanato se deu para abrigar as afilhadas que o Padre adotava.

Segundo Generosa, todas as meninas que eram criadas pelo Padre Cícero frequentaram

escola, aprenderam trabalhos manuais, aprenderam a ler e a escrever e receberam instrução religiosa, algumas na capital e outras nas instituições criadas e financiadas pelo Padre, inclusive no Orfanato Jesus Maria José.

O número de crianças deixadas sobre a tutela do Padre Cícero só aumentava dia após dia, pensando na educação e profissionalização dessas crianças, o patriarca, idealiza e constrói, em 8 de setembro de 1916, o Orfanato Jesus Maria José, na cidade de Juazeiro do Norte. Sua primeira sede se deu na Rua São José, nº 79, em uma casa de propriedade do Padre, mantendo-se nesse local até o ano de 1933. Segundo Della Cava (2014), o Orfanato se constituiu como um dos primeiros Orfanatos do interior.

Uma Casa de Recolhimento com práticas caritativas, que se propunha a receber jovens do sexo feminino, órfãs e filhas de mães “decaídas”, onde lhes era oferecida educação religiosa, moral, cultural e um ofício através das oficinas artesanais. Os princípios do Orfanato estavam regidos pelo trabalho, educação e religião. As meninas poderiam permanecer no estabelecimento até completar a maior idade de 18 anos ou até contrair um casamento.

A princípio, o Orfanato Jesus Maria José foi deixado pelo Padre Cícero sob a direção da Beata Joana Tertuliano de Jesus, conhecida por (Beata Mocinha), pela Beata Raimunda da Cruz Neves e Maria Franca de Meneses, primeiras diretoras administrativa se econômicas responsáveis pela educação das meninas, iniciado no ano de 1916.

Funcionando desde o ano de 1916, a inauguração oficial do Orfanato só se deu no ano de 1925, quando já se encontrava com 25 órfãs.

Para marcar a ocasião foi realizada uma solenidade pública, acompanhada pelo discurso de Fausto da Costa Guimarães e das Beatas diretoras, que vinham atendendo as meninas desde a sua idealização. A partir de 1925, esse Orfanato estava repleto de meninas entre 5 e 11 anos de idade que recebiam educação escolar, práticas domésticas orientação religiosa e muitas saíram para um bom casamento ou um serviço honrado. (Entrevista concedida por Geraldo Menezes Barbosa, 1995).

Na primeira sede do Orfanato, o Padre Cícero junto às Beatas, instalaram algumas das meninas que moravam na casa do Padre. Essas crianças eram recolhidas sob a custódia e os cuidados das Beatas e de professoras que contribuíam para a educação das meninas para que elas pudessem ter no futuro uma vida, um trabalho e uma instrução. A educação no Orfanato se dava sobre os princípios da instrução Cristã, pelos quais o trabalho e a educação moral eram, de certo, a preocupação que o Padre Cícero tinha para com as meninas.

Quanto ao registro das meninas que o Padre recebia e deu abrigo no Orfanato não nos foi possível identificá-las, dado a falta de documentação da época e as mudanças que lá

ocorreram ao longo dos anos. No entanto, colhemos informações sobre estas e o processo de apadrinhamento através de depoimentos, memórias socialmente compartilhadas entre os moradores da região e pessoas mais próximas ao Padre Cícero.

A intenção do Padre Cícero desde o início se dava em construir um educandário e entregá-lo sobre a coordenação e os cuidados de uma Ordem religiosa, no caso, a princípio deixado com as Beatas e logo após expressou a sua vontade de deixar sobre os cuidados da Ordem Franciscana, para com quem o Padre tinha grande apreço. Tinha ele, desde o início, o desejo de criar um colégio dos Franciscanos, em Juazeiro, expressado em muitas das suas cartas.

No ano de 1930, o Padre Cícero, que já se encontrava com a sua saúde abalada, privado da vista por uma catarata em ambos os olhos, necessitava se afastar para cuidados médicos. Temendo deixar as jovens sem uma Ordem que pudesse administrar, escreve uma carta às Freiras Franciscanas pedindo a sua colaboração na continuidade do seu trabalho, dada também as limitações das Beatas que administravam, por se encontrarem já com idade avançada.

Para tanto, o Padre Cícero deixou registrado em cartório a doação do Orfanato para as irmãs Franciscanas, tendo seu registro datado do dia 23 de julho de 1930. A doação do imóvel, situado na Rua São José, Nº 29, era constituída “de um prédio... denominado ORFANATO JESUS MARIA JOSÉ, contendo duas portas e nove janelas de frente”, (MACHADO, p.53, 1994). A doação do imóvel se daria sobre a condição das irmãs manterem no estabelecimento uma instituição de ensino, fim para qual foi criado (lo.12, fls.90), uma preocupação do patriarca sobre o futuro das jovens que ele havia recolhido, órfãs e “desvalidas” da cidade de Juazeiro do Norte.

FOTO 1- Primeira sede do Orfanato Jesus Maria José, situada na Rua São José nº 29, no ano de 1922.



Fonte: Arquivo pessoal de Renato Cassimiro.

A doação do prédio para as irmãs Franciscanas pelo Padre Cícero estava condicionada à vinda das irmãs no prazo de três anos, prazo este estabelecido pelo Padre. Expirando este tempo, o estabelecimento retornaria para o patriarca. Não obtendo uma resposta positiva das irmãs Franciscanas, o Padre Cícero, após o período determinado de espera, escreve à madre Geral da Ordem Terceira de S. Francisco, revogando a doação do Orfanato Jesus Maria José, por ele feita. Podendo tal fato ser constatado através da carta do Padre Cícero, destinada a Madre Geral das Franciscanas.

Joazeiro, fevereiro de 1934

Exma. Sra. Madre Geral das irmãs Terceiras Franciscanas.

Louvado seja Nossa Senhor.

Como deve Lembrar fiz doação a essa congregação por escritura pública de 23 de Julho de 1930, de um prédio, nesta Cidade denominado Orfanato Jesus Maria e José, para nele, ser instalado um educandário, dirigido pelas freiras Franciscanas. Ficou porém, estipulado, na mencionada escritura que se a congregação não se instalasse aqui no prazo de três (3) anos caducaria a doação, voltando o prédio ao domínio do doador. Agora, já decorridos os três anos, estou informando de que as irmãs encontram dificuldades em vir, desistindo assim da doação.

Pedindo que de acordo com o Sr. Bispo do Crato, D. Francisco de Assis Pires, estou resolvido a fazer nova doação do referido prédio às irmãs de Santa Tereza, que se prontificam a vir instalar-se aqui e dirigir o “Orfanato.”

Venho portanto, trazer ao conhecimento de V.Excia. esta minha resolução, com a qual, acrediito estará de pleno acordo a digna madre Geral.

Aguardando suas ordens subscrevo-me.

Admirador e servo em N. S. J. Cristo.

Pe. Cícero Romão Baptista. (SILVA, 1982, p. 208)

Diante da não vinda das Franciscanas, o Padre Cícero escreve para o então Bispo do Crato, Dom Francisco de Assis Pires, no ano de 1933 solicitando apoio das irmãs Filhas de Santa Teresa de Jesus, que se encontravam no Cariri desde 1923 com sede na Cidade do Crato. O repasse do Orfanato para as irmãs também estava condicionado mediante algumas exigências do Padre para com o funcionamento do Orfanato, que se dava em manter um educandário para meninas, como podemos observar na carta enviada para o Bispo da Diocese.

Juazeiro, 03 de maio de 1934

Ex. mo Ver. Mo Sr. Dom Francisco de Assis. Louvado seja N. S. J. Cristo

Informado de que V. Ex. Cia acaba de regressar de seu passeio a Fortaleza, apresso-me em levar-lhe a sua benção paternal.

Outrossim já há algum tempo, o nosso amigo Dr. Juvêncio Santana apresentou-me, da parte de V. Ex. Cia o projeto dos “Estatutos” do “Orfanato Jesus Maria José”, desta cidade a fim de emitir eu a minha modesta opinião, a respeito dos mesmos. Ouvi-os ler atentamente e estou de pleno acordo com todos os seus dispositivos.

Quanto à doação que devo fazer, já tem V. Ex. Cia a minha proposta em carta que tive a honra de lhe dirigir sobre o assunto, na qual estipulei as condições da mencionada doação, adiantando estar pronto para fazê-la a qualquer momento que V. Ex. Cia achasse conveniente.

Resta-me, por tanto, acrescentar que de pé está aquela minha proposta.

Queria V. Excia abençoar-me e dispor sempre

Do Am (ig) o at (ent) o e servo em N. S. J. Cristo.

Pe. Cícero Romão Baptista. (SILVA, 1982, p.55)

Nesta carta, podemos perceber a preocupação do Padre Cícero com o destino do Orfanato e da educação das meninas. A então doação estava condicionada à continuidade do recolhimento de crianças pobres e desvalidas da cidade de Juazeiro do Norte, com o intuito de oferecer acima de tudo uma educação voltada para o trabalho que viesse a garantir a essas meninas uma profissão quando completasse a idade de sair do Orfanato.

Antes da vinda das Religiosas Filhas de Santa Teresa para assumir o Orfanato, dado o número de jovens que ali viviam e percebendo a necessidade de ampliação do espaço que pudessem acolher um número maior de crianças, o Padre Cícero decide transferir o Orfanato para um local que pudesse acomodar as jovens órfãs que ali se encontravam. No ano de 1934, o Orfanato foi transferido para um prédio, também de propriedade do Padre Cícero, que serviu como casa de campo para seu amigo Dr. Floro Bartolomeu da Costa, sendo localizada na Rua Cel. Antônio Pereira, nº 64, na Avenida Padre Cícero, nas proximidades da linha férrea, onde permanece até os dias atuais.

FOTO 2 – 2ª Sede do Orfanato Jesus Maria José: Casa da Fazenda do Dr. Floro Bartolomeu



Fonte: Acervo particular Renato Casimiro data aproximada, 1935

Somente em 1935, um ano após a morte do Padre Cícero, as Filhas de Santa Teresa de Jesus assumem então o Orfanato, o transformando em educandário, como almejava o patriarca, “funcionando como internato para meninas órfãs até o ano de 1994” (OLIVEIRA, 2001, p.287).

Nesta foto, podemos perceber uma das irmãs com o grupo de meninas do Orfanato, já na nova sede na casa pertencente à fazenda do Dr. Floro Bartolomeu, acreditamos que esta foto pode ser data aproximadamente nos anos de 1935, período em que as Filhas de Santa Teresa assumem a instituição.

As mudanças no processo administrativo, das Beatas para as Filhas de Santa Teresa, ocasionaram respectivamente mudanças no processo educacional. Ao assumirem a instituição as Filhas de Santa Teresa, estabeleceram regras de convivência para as internas e aos poucos foi se desenhando um modelo educacional já conhecido pelas religiosas, que já vinham de experiências com a educação feminina em regime de internato, porém, as meninas do Orfanato diferenciavam-se da clientela atendida pelos colégios da Congregação, em termos da classe social.

As irmãs continuaram mantendo os princípios para os quais o Orfanato foi criado, permaneceram com o amparo das crianças do sexo feminino, pobres, órfãs e filhas de mulheres decaídas, quando pela idade ou outras circunstâncias teriam que deixar a tutela da entidade de sua formação, dando-lhes uma educação adequada capaz de lhes garantir viver honestamente na sociedade, preparando-as para o lar e dotando-as de um ofício, caso não viesssem a contrair o matrimônio.

Em entrevista com a irmã Zenilda Maria, uma das responsáveis atualmente pelo Orfanato, à mesma nos revelou que: mesmo sendo um espaço para o recolhimento de crianças filhas de mães decaídas e órfãs, a intenção do Padre e das Beatas nunca foi de colocar as meninas para adoção, prezavam pela educação das mesmas e valorizavam o contato com seus familiares, onde estas podiam visitá-los aos domingos, como explica a irmã Célia.

Todas as meninas que estão aqui, a maioria delas, pelo menos, tem pai e/ ou mãe, irmãos, avós, enfim, elas não estão jogadas no mundo, por falta de condições deixam os filhos por ai. Para evitar que maiores infelicidades aconteçam a essas crianças, nós as acolhemos aqui. (Irmã Célia, ex-diretora do Orfanato, entrevista colhida dos recortes de jornais no Orfanato Jesus Maria José, entrevista ao Jornal Folha da Manhã, 1996)

Na verdade a instituição com nome de Orfanato se constituía como Casa de Recolhimento, sem adoção das meninas, pois algumas tinham famílias que por alguma razão não podiam cuidar das suas filhas. Tal postura adotada pelo Padre Cícero e continuada pelas religiosas, mostra a importância dada ao seio familiar, tendo como imagem e exemplo a sagrada família, o que fazia do Orfanato uma casa de órfãs sem adoção. Segundo a irmã Célia, as meninas, mesmo sendo bem tratadas no Orfanato, sentiam saudades de seus familiares, o que ocasionava fugas do Orfanato por meio destas, fato que preocupava ainda mais as irmãs, fazendo com que dobrassem os cuidados e a atenção com as internas.

Para a irmã Célia, tal situação se dava pelo fato destas crianças chegarem à instituição já com uma formação familiar, dificultando assim a aceitação às normas que eram instituídas para se viver de forma coletiva, sendo para as religiosas a educação, um processo difícil.

A idade menos complicada para se cuidar é a de cinco anos, porque se adapta

melhor ao que pretendemos ensinar. Ao passo que as maiores já trazem uma boa bagagem do que viveu, que não foi nada bom, e não apenas se recusam a esquecer certos costumes, como ainda ensinam às menores. É muito difícil educar uma criança com nove anos, por exemplo. Ela não aceita ser ensinada, é revoltada, principalmente quando a castigamos para que aprendam. Aliás a revolta dessas crianças é o maior problema que enfrentamos. (Irmã Célia, ex-diretora do Orfanato, entrevista ao Jornal Folha da Manhã, 1996).

Manter as crianças na instituição foi mais um desafio enfrentado pelas religiosas de Santa Teresa, pois, tinham a responsabilidade por crianças que reivindicavam as suas famílias, e mantê-las em um ambiente de internato tornava-se mais difícil ainda por estas crianças já estarem adaptadas a um modo de vida completamente diferente do estabelecido pela instituição.

No ano de 1990, as freiras tiveram que se adaptar a uma nova forma administrativa e educacional para com as internas. A pedido do Município foi firmado contrato de parcerias com a prefeitura de modo quês e implantou na instituição uma escola de 1º Grau, denominada Jesus Maria José, para a educação das internas e crianças da comunidade. A escola era mantida através de esmolas, com ajuda de particulares, doações de romeiros e subsídio do governo Municipal e Estadual.

Mantemos o Orfanato a custas de esmolas, de ajuda que a população nos dá, porque tudo o que recebemos das entidades é muito pouco. Toda a parte de vestimentas, brinquedos para as crianças, nós recebemos das pessoas que visitam o Orfanato e se sensibilizam com as necessidades existentes. Além disso, fazemos campanhas, com a participação das crianças, os próprios meios de comunicação nos ajudam através de promoções em benefício do Orfanato. Enfim, lutamos com a ajuda de muitos, para que essas crianças tenham uma vida tranquila e feliz. (Irmã Célia ex-diretora do Orfanato, entrevista ao Jornal Folha da Manhã, 1996)

Assim como coloca a irmã Célia além da ajuda de terceiros alguns professores que atuavam na escola eram vinculados, em parte, ao governo Municipal na administração do prefeito Humberto Bezerra, na época, sendo o quadro complementado pelas irmãs Filhas de Santa Teresa que administravam o Orfanato.

Entrevistamos uma das professoras que lecionou na instituição, a Sra. Maria Pereira de Sousa. A professora nos relatou sobre a sua função no Orfanato Jesus Maria José, como formadora das meninas internas, ou seja, sobre a sua participação na instituição:

[...] iniciei o trabalho no Orfanato no ano de 1963 eu trabalhei numa classe de 2ª série, ensinava todas as matérias até religião, o meu salário era pago pela prefeitura, assim como de outras professoras que davam aula no Orfanato. Lá existia as irmãs superiores, irmã Catarina, Josefa, Olívia e irmã Araújo, e com as professoras Francisca Alves Torquato, Lindalva Alencar e eu Maria Pereira de Sousa, as irmãs ensinavam só que não eram pagas faziam parte do quadro do Orfanato(Maria Pereira de Sousa, entrevista concedida a pesquisadora,04.03.2016).

Pudemos perceber nas palavras da professora que, houve uma mudança no processo educacional da instituição com a inserção de novos agentes no processo educacional além das religiosas. Porém, segundo a professora as irmãs se esforçavam para manter a filosofia educacional desenvolvida pela instituição, que se dava sobre os princípios do trabalho e da oração, segundo Maria Pereira:

[...] as meninas recebiam educação religiosa, e ainda aprendiam um ofício, e também aprendiam coisas de casa, como cuidar da família sabe? Pela manhã elas estudavam e a tarde iam aprender com as irmãs, nas oficinas fazendo trabalhos manuais para ajudar no sustento, vendiam para os romeiros. A gente ainda fazia as orações na capelinha com as irmãs e as meninas internas. (Maria Pereira de Sousa, entrevista concedida a pesquisadora, Juazeiro, 04.03.2016).

Segundo Maria Pereira de Sousa, elas eram professoras polivalentes e ensinavam nesse período somente as meninas internas pelo turno da manhã, à tarde as meninas ficavam sob os cuidados das irmãs. Nesse período, a professora nos relata que o Orfanato tinha em torno de 30 meninas, todas internas:

[...] lá só tinha meninas internas, eram as meninas que não tinham famílias, às vezes tinham só pai e não tinham mãe, aí o pai casava com outra mulher e ela não queria criar a filha da outra, então o pai vinha e deixava no Orfanato. Essas meninas eram de todos os lugares, tinha de Jardim, de Várzea Alegre, Barros. (Maria Pereira de Sousa, ex professora da escola do Orfanato, entrevista concedida à pesquisadora, Juazeiro, 04. 03. 2016).

Ainda nas palavras da Professora Maria Pereira, ela nos relata que as freiras muito se preocupavam com a educação destas meninas. Quando a escola não supria a necessidade das internas, as irmãs as colocavam para estudar na Escola Normal Rural, que também na época foi instalada nas dependências do Orfanato. As Freiras, segundo Maria Pereira, “eram muito organizadas, pareciam mães delas” (Maria Pereira de Sousa, ex-professora da escola Jesus Maria José, entrevista concedida a pesquisadora, Juazeiro do Norte, 04.03.2016). A professora Maria Pereira, permaneceu na instituição até o ano de 1964, quando foi transferida para outra escola municipal.

Na busca por informações mais precisas sobre as internas, fomos até a Secretaria Municipal de Educação, local para o qual as religiosas encaminharam a documentação quando se deu o fechamento da instituição, no entanto, não encontramos nenhum documento no Órgão Municipal sobre a abertura, muito menos o fechamento da referida instituição, ou documentação das alunas. Tal fato nos mostra a falta de conhecimento dos órgãos públicos sobre a importância dos documentos, para a reconstituição histórica.

Em 1994 houve um novo direcionamento no atendimento do Orfanato devido às mudanças sociais, e por motivos também econômicos e financeiros. Neste período, a

instituição não pode mais contar com o apoio do governo Municipal e Estadual. As irmãs tiveram que fechar a escola regular, e se readaptarem as mudanças ocorridas. Cabe aqui ressaltar que a manutenção da instituição era de responsabilidade das Filhas de Santa Teresa de Jesus, responsáveis por buscarem recursos para sua permanência.

Tal situação assemelhava-se às instituições de recolhimento no período colonial, que eram criadas sob a condição dos organizadores buscarem o sustento para suas manutenções. O Orfanato Jesus Maria José também foi criado dentro destas condições, assemelhando-se ao modelo europeu, sendo este criado pelo Padre Cícero e mantido por doações e ajudas de particulares. No entanto, a ligação com a Igreja deveria ser mantida, inclusive com missas na instituição, com ajuda dos Padres que atuavam como capelão e ajudavam na formação espiritual das meninas, sendo as freiras responsáveis diretas pelo sustento das meninas e manutenção da instituição. Para tanto, as religiosas buscavam ajuda através de convênios e contribuições das empresas e particulares para manterem as meninas em regime de internato. Porém, com o corte dos subsídios do governo, ultrapassavam as condições econômicas e financeiras das irmãs, tendo elas ainda que se adequar às novas exigências do Estatuto da Criança e do Adolescente. Sobre as normas de adoção de menores, as irmãs tiveram que abrir mão do regime de internato, o que se consolidou no ano de 1994.

Em entrevista com Terezinha, a mesma nos relatou que em 1993, quando vinha visitar o Orfanato percebia a falta de assistência do poder público para com a instituição:

[...] quando vinha visitar o Orfanato percebia que mesmo diante de todo o esforço feito pelas irmãs para manter as meninas, o que recebiam e arrecadavam não era o suficiente para mantê-las. Sendo vencidas pelo cansaço físico e pelas condições materiais, resolveram então fechar a instituição no ano de 1993, na época era coordenada pela irmã Célia e a irmã Rozilda, tendo as irmãs que alugar uma parte do prédio para manter a instituição, primeiro para APAE e depois para o comércio, hoje esse prédio foi demolido. (Terezinha, ex- religiosa, professora colaboradora atualmente da instituição, em entrevista concedida a pesquisadora, Juazeiro, 16/03/2016).

Sobre o prédio que foi demolido, em entrevista com as religiosas que administraram o Orfanato, tivemos a informação de que a decisão de demolir o prédio se deu pelo fato dele estar desocupado, o que chamava muita atenção dos moradores de rua, e viciados, colocando em risco a segurança das irmãs e das crianças, então, decidiram por demoli-lo¹¹, considerando que o prédio em questão não estava diretamente ligado ao prédio do Orfanato, portanto a demolição não prejudicou a estrutura maior.

¹¹O prédio em questão encontrava-se deteriorado pelo tempo e pelas pessoas que começaram a ocupar o espaço para uso de drogas.

Porém, antes de consolidar o fim do internato, as irmãs buscaram resolver a situação das meninas que ainda encontravam-se na instituição. No ano de 1993 ainda moravam no Orfanato em torno de 30 internas, algumas menores de idade e outras terminando os estudos. As irmãs tiveram que tomar uma decisão junto ao Juizado de menores sobre o destino destas meninas. “As que tinham família foram entregues aos seus familiares, algumas ainda menores de idade. Outras, a irmã Célia encaminhou para São Paulo para a casa das irmãs para que pudessem terminar os estudos” (Terezinha, entrevista concedida a pesquisadora, Juazeiro, 16/03/2016). Uma das meninas que não tinha família ficou no Orfanato colaborando com a irmã Célia, foi o caso de Cícera, uma das crianças internas do Orfanato, criada pela irmã.

Cícera cresceu e não tinha mais condições de voltar para a família, pois as meninas quando completavam 18 anos eram entregues aos seus familiares, e Cícera não tendo para onde ir continuou no Orfanato com a irmã Célia, e se tornou a secretária da escola. (Terezinha, ex religiosa e professora colabora atualmente da instituição, entrevista concedida a pesquisadora, Juazeiro, 16/03/2016).

Assim, como era instituído no estatuto do Orfanato, após as meninas serem recolhidas pela instituição, seriam entregues aos seus familiares aos 21 anos, na falta destes, caberia às religiosas decidirem sobre a permanência da interna na instituição, onde:

[...] a menina, ali permanecia até a idade de 21 anos, dependendo exclusivamente da Diretoria do Estabelecimento, sem que, sobre ela tenham jurisdição seus pais ou parentes. Aos 21 anos, de idade as órfãs, eram entregues aos parentes, na falta destes a Mesa Administrativa providenciará para que ela fosse empregada em casas de famílias de inteira confiança, podendo, entretanto, a Diretoria conservar por mais tempo àquelas que, pelos seus serviços fossem úteis ao estabelecimento. (ESTATUTO DO ORFANATO, 1935).

Em entrevista com a ex-aluna interna, Cícera, o Orfanato desde os 13 anos de idade foi a sua residência e as irmãs as suas mães, pois tinha perdido a sua mãe e o pai havia casado novamente.

Fui aluna do Orfanato, vim de Alagoas, logo após a morte da minha mãe, eu pretendia ser freira, meu pai trabalhava na roça e casou novamente, então não queria passar a minha vida na roça. Ai vim para morar com o pai da minha madrasta ai ele me colocou no Orfanato, gostei e fiquei, depois vi que não dava para ser freira ai fiquei ajudando a irmã, trabalhava e estudava, depois trabalhei como secretária da Escola do Orfanato que foi conveniada pela Prefeitura. (Cícera, entrevista concedida a pesquisadora, Juazeiro, 25.06.2016).

Com o fechamento da escola, segundo Terezinha, a irmã Célia se prontificou a ajudar Cícera, construiu uma casa colada com o Orfanato para que ela pudesse morar, sendo o acesso aberto para a instituição, “hoje esse acesso foi fechado e a ex-aluna mora lá até hoje”.(Terezinha, entrevista concedida a pesquisadora, Juazeiro, 16/03/2016).

No ano de 1994, temendo o fechamento da instituição, a Congregação designa para a missão dos cuidados com o Orfanato a irmã Fátima dos Anjos e a irmã Zenilda, com o

propósito de começar um novo trabalho com as crianças e a comunidade carente, em entrevista com a irmã Zenilda a mesma nos relata a sua chegada à região.

Cheguei aqui em 1994, foi na mesma época que a irmã Célia junto ao Conselho Geral o Conselho tutelar e o Juizado de menores viram que não tinham mais condições da irmã Célia ficar com as 30 internas, então resolveram entregar as internas para as famílias, então no ano seguinte em 1994 eu cheguei, chegamos em duas irmã Fátima e eu. Fomos visitar as crianças do bairro, convidamos algumas crianças para jogar bola pois, o Orfanato havia parado com as atividades. Chamamos as vizinhas para nos ajudar e convidamos as crianças para fazer um reforço escolar e melhorar as suas notas na Escola e quem não estudava conversamos com as mães para colocar os filhos na escola. Depois de três anos de caminhada a irmã Fátima foi para Fortaleza e firmou convenio com a pastoral do Menor. (Zenilda Maria, religiosa que faz parte da administração atual do Orfanato, entrevista concedida a pesquisadora, Juazeiro, 26.07.2016).

Em 1995,o Orfanato recebe a contribuição da religiosa Terezinha que veio morar no Orfanato para cursar a Faculdade de História na região. Terezinha ficou morando e ajudando as irmãs na administração do Orfanato, junto à irmã Zenilda e à irmã Fátima. Mesmo com o fechamento da escola e a falta de financiamento, as irmãs resolvem manter a instituição, continuando com o processo educativo como regime de externato, passando a ser uma entidade civil de fins filantrópicos, com caráter beneficente, educativo e cultural, com a finalidade de prestar assistência às crianças pobres e abandonadas, garantindo assim um futuro sólido e digno para as famílias carentes, assistidas pela instituição. Segundo Oliveira:

[...] ainda hoje, conforme dissemos, está em pleno funcionamento esta obra de Assistência Social, iniciada pelo Pe. Cicero, e continua até nossos dias, algum tempo sob a orientação dos salesianos e atualmente sob a responsabilidade exclusiva das irmãs que a dirigem. (OLIVEIRA, 2001, apud FIGUÊREDO, 2011, p.27)

No ano de 1998, a prefeitura Municipal de Juazeiro, no mandato do prefeito Mauro Castelo Branco Sampaio, reconhece como utilidade pública o Orfanato Jesus Maria José, através da Lei 2.324, de 09 de Novembro de 1998.

O Orfanato Jesus Maria José inicia-se como mais uma obra criada pelo patriarca de Juazeiro, que veio para atender às súplicas de tantos sertanejos que ainda sofriam com as consequências da seca de 1915, um pedido de clemência dos que ficaram e insistiram em sobreviver. A situação pela qual passaram centenas de sertanejos, o seu sofrimento expresso no seu corpo, a seca, a fome, a miséria, as doenças, a morte, o esquecimento, presentes ainda nas memórias dos que sobreviveram, dos que ouviram.

Raquel de Queiroz retrata em seu romance, intitulado “O Quinze”, a situação de penúria pela qual passou o sertanejo, em tempos que clamar para o divino era o conforto de muitos, tanto dos que ficaram quanto dos que partiram em busca de sobrevivência.

A construção do Orfanato, mais do que uma obra cristã, foi para o povo nordestino uma fuga e uma chance de sobrevivência, para as crianças vítimas da seca e do descaso do poder público, que veio a revelar um cenário de desigualdades sociais acentuado ainda mais no Nordeste brasileiro nos períodos de seca. Os Padres com suas obras de caridade, chegavam onde as ações governamentais falhavam, desempenhavam um trabalho de cunho assistencialista para com os mais pobres, sendo em muitos casos a única opção para as famílias carentes.

A prática desenvolvida pelo Padre Cícero muito se assemelha às Casas de Caridade do Período Colonial, quando Padres Jesuítas em Missões no período de colonização brasileira, cria Casas de Recolhimento para abrigar crianças órfãs pobres e mulheres “decaídas”¹². No entanto, as práticas desenvolvidas dentro das instituições podem variar ou até mesmo ser distintas, por terem sido no período, criadas várias instituições destinadas a clientelas diversificadas e “evidenciaram interesses heterogêneos da sociedade colonial” (RODRIGUES, 2012, p. 42).

No entanto, segundo Rodrigues, “é consenso na literatura seu caráter devocionista, caritativo, moralizante e educacional” (RODRIGUES, 2012, p.42) dos vários recolhimentos criados no Brasil Colônia, em que:

[...] os tipos de recolhimento eram: os destinados à vida monástica, que se organizavam nos moldes conventuais, com hábitos religiosos, clausura e votos particulares, pois pretendiam tornar-se conventos professos, aguardando apenas o reconhecimento da Coroa; e os reservados aquelas que não aspiravam à vida religiosa, que viviam sem hábito religioso, mas com a observância da reclusão e a existência de uma regra. Dentre estes últimos, havia ainda diferentes objetivos e clientelas. Alguns tinham por público mulheres viúvas ou abandonadas pelos maridos, que desejavam uma vida mais piedosa na oração e na penitencia; outros eram criados para as moças ou mulheres decaídas, rejeitadas pela sociedade, mas com desejo de regeneração; e por fim havia aqueles criados para a educação de meninas indígenas, junto a matronas virtuosas, abrigando, posteriormente, meninas órfãs sustentadas pela filantropia local (RESENDE, 1983 apud, RODRIGUES, 2012 p.42).

Este último modelo, segundo Rodrigues (2012), fazia parte do projeto de evangelização no Novo Mundo, planejado pela companhia de Jesus, que buscou através da educação assegurar a eficácia do seu trabalho.

Desde então, foram instituídas no Brasil ações de Padres Jesuítas por todo o Nordeste, com a criação de vários recolhimentos, fundados inicialmente pelo missionário Gabriel Malagrida (1689-1761) a partir de 1751, “os quais se somaram aos que já existiam desde o

¹² Termo usado à época para se referir a mulheres que de alguma forma adotaram um comportamento sexual considerado inadequado, como ter relações amorosas antes do casamento ou que cometesse adultério.

século XVIII" (RODRIGUES, 2012, p.43). A educação inaciana voltava-se para a catequese de crianças.

Essas instituições eram administradas por ordens religiosas de mulheres. No caso das fundações de Malagrida, "optou pela Ordem das Ursulinas¹³ para cuidar e estabelecer as regras dos Recolhimentos fundados por ele" (RODRIGUES, 2012, p.43). A liberação da criação das Casas de Recolhimento se dava sobre a condição destas serem sustentadas por particulares através de doações, e destinadas à recuperação de jovens do sexo feminino, pobres, órfãs e decaídas. Estas eram preparadas para o casamento, o trabalho e a religião com o propósito de:

[...] formar a mulher para o lugar de mães ou donas de casas, como também ocupá-las num trabalho produtivo que servia tanto para municiá-las com recursos de sobrevivência, como também mantê-las ocupadas, presas em recintos fechados a fim de cumprirem os preceitos cristãos ligados ao trabalho (MADEIRA, 2008, p. 246).

O Orfanato Jesus Maria José não tinha a intenção de se transformar em uma casa de formação religiosa, como nos conventos. Isso nos leva a pensar que o Padre Cícero constrói a Casa de Recolhimento para meninas assim como os modelos de recolhimentos desenvolvidos no período das missões, que tinham em suas características heranças de um modelo europeu.

4.2 Estrutura organizativa, administrativa e financeira do Orfanato Jesus Maria José 1916 a 1935

Nas análises das informações nas evidências empíricas colhidas, nos relatos e documentos escritos por historiadores locais, da análise de jornais da época, o Orfanato Jesus Maria José, como já havia expressado nesse trabalho, foi criado e mantido pelo Padre Cícero Romão Batista, desde a sua criação no ano de 1916 até a sua entrega às Filhas de Santa Teresa de Jesus, no ano de 1935. Ainda, era mantido por donativos deixados pelos romeiros que visitavam o Juazeiro, e este dinheiro o Pe. Cícero usava para manter as suas obras de caridade, entre elas, o Orfanato Jesus Maria José. As Beatas mantinham no espaço o cultivo de hortaliças e ervas medicinais, dependiam também da prática agrícola e dos trabalhos artesanais desenvolvidos pelas meninas. O historiador, Antônio Figueiredo vem a nos confirmar que:

¹³ A Ordem das Ursulinas foi fundada por Ângela Merice, que, em 1535, criara uma companhia de Irmãs para atuarem no Mundo, presas apenas à promessa de viverem religiosamente e não a votos formais. (DAVIS, 1997)

[...] lá tinha muita terra e a prática da agricultura naquela época era muito forte, a escola agrícola quando começou foi lá. Era uma prática muito forte naquela época. Era ensinado as meninas inclusive a fazer remédios que o Padre ensinava e elas passavam para a população, com as ervas medicinais plantadas no quintal... (Entrevista com, Antônio Figueiredo, historiador da cultura local, Juazeiro, 06/02/2016)

Sobre a organização da casa, ficava por conta das internas que tinham como tarefa a responsabilidade pelos serviços domésticos diários, com tarefas definidas pelas administradoras, que prezavam pelo bom desempenho das meninas e pela convivência entre elas.

No quadro administrativo do Orfanato, teve de início como diretora administrativa a Beata Joana Tertuliana de Jesus, a Beata Mocinha, encarregada da construção e equipamento do prédio, ao lado do Padre Cícero Romão Batista a quem cabia as decisões mais importantes. A primeira diretora econômica foi a Beata Raimunda da Cruz Neves, auxiliada por Maria Franca de Meneses, mulheres da confiança do patriarca, responsáveis pelo bom funcionamento do Orfanato. Esse quadro administrativo permaneceu do ano de 1916 a 1929, quando sua direção foi passada para Gertrudes Almeida Dias, administrando até repassar a direção para as Filhas de Santa Teresa de Jesus, no ano de 1935.

Quadro administrativo 1916 a 1934

Joana Tertuliana de Jesus	1916 – 1934
Raimunda da Cruz Neves	1916 – 1934
Maria Franca de Menezes	1916 – 1934
Gertrudes Almeida Dias	1929 – 1934

Fonte: produzido pela pesquisadora, baseado nas fontes e evidências.

As Beatas contavam ainda com apoio dos Padres responsáveis pela espiritualidade das meninas, autoridades religiosas que atuavam como capelães da capela do Orfanato. Eram eles:

- ✓ Monsenhor Pedro Esmeraldo da Silva;
- ✓ Monsenhor José Alves de Lima;
- ✓ Padre Cícero Coutinho;
- ✓ Padre Silvino Moreira Dias;
- ✓ Padre Orlando Tavares.

Sobre as práticas organizacionais, cotidianas, de acordo com os dados factuais colhidos a partir da memória socialmente compartilhada, podemos ter uma ideia das ações cotidianas desenvolvidas no Orfanato pelas Beatas do Padre Cícero, desde a sua idealização

até o período de 1934, quando foi repassado para a Congregação das Filhas de Santa Teresa de Jesus. Encontramos nesse período algumas semelhanças com as práticas desenvolvidas nos recolhimentos do período colonial, onde o cotidiano era vivido “com austeridade: trabalho, estudo e oração” (MADEIRA, 2008, p. 116).

O espaço ao qual estavam às meninas enclausuradas era constituído por uma casa de fazenda, local propício para o cultivo de ervas e o desenvolvimento das práticas agrícolas, práticas incentivadas pelo Padre Cícero na época. A fazenda tinha uma grande extensão de terras, com poço profundo criado pelo Padre para abastecer a população e amenizar as consequências das secas.

Era uma casa grande de fazenda, com vários cômodos, onde o Dr. Floro Bartolomeu hospedava seus convidados. Entre os vários cômodos da residência, encontrava-se uma capela onde as internas faziam suas orações matinais junto às Beatas suas tutoras, local ao qual foi preservado até os dias atuais, onde se encontra um oratório com a imagem centenária da “Sagrada Família”, trazida da Itália pelo Padre Cícero, em uma das suas viagens, uma imagem que representa o ideal de família defendida pelo Padre Cícero, sobre os princípios da Sagrada Família.

Foto 3: Capela do Orfanato Jesus Maria José



Fonte: Acervo particular da pesquisadora, 2016.

As atividades ligadas ao trabalho se davam em torno dos afazeres domésticos e dos cuidados com as hortaliças e ervas medicinais cultivadas pelas Beatas no espaço da fazenda,

local propício para agricultura e criação de animais. As meninas tinham a prática de produzir e ensinar para a população medicamentos naturais que haviam aprendido com o Padre Cícero. Segundo a irmã Zenilda Maria, ainda hoje a população procura o Orfanato em busca das ervas, para curar enfermidades.

As Beatas ensinavam as meninas a ler e a trabalhar, “Aprendiam Marcar, trabalhos de mão e tudo quanto era necessário para sua sobrevivência futura.” (OLIVEIRA, 2001). Tinham como princípio maior prover regras para um bom convívio no ambiente interno, introduzindo costumes, crenças, valores éticos e morais para que assim as mesmas pudessem ter um bom convívio social.

O Orfanato Jesus Maria José era administrado por mulheres, no entanto, ficava sob as ordens da figura masculina. Cabia ao Padre Cícero tomar as principais decisões, principalmente sobre o consentimento do casamento para as órfãs, atuando como figura paterna das crianças que acolhia, assim como eram os costumes da época na sociedade patriarcal, na qual se esperava da mulher um comportamento de acordo com a moral dos bons costumes, para se conseguir um bom casamento.

Foto 4: Museu Padre Cícero



Cícero em meio a um grupo de meninas do Juazeiro, vestidas para a cerimônia da primeira comunhão

Acreditamos que a data desta foto, aproxima-se do ano de 1925, período da inauguração oficial do Orfanato, quando já se encontrava na instituição em torno de 25 meninas assim como na foto. Bem com a presença do Padre Cícero ainda com saúde para as visitas ao Orfanato.

Assim como em outras Casas de Recolhimento para meninas órfãs e desvalidas, no Orfanato Jesus Maria José as meninas eram também preparadas para o lar, sobre os princípios da Sagrada Família da Igreja Católica. Cabia ao Padre Cícero o controle sobre a moça que ele achava estar preparada para ser uma exímia dona de casa. Em entrevista com o historiador Antônio Figueiredo, nossa principal fonte de pesquisa oral, por este ter convivido com Amália Xavier, contemporânea do Padre Cícero e das Beatas. Foi conversando com Amália Xavier que o historiador teve acesso a datas e fatos sobre a História do Orfanato, dos quais tivemos acesso por intermédio do mesmo.

Em entrevista o historiador nos relatou que, o Pe. Cícero e as Beatas, também se preocupavam com o futuro das meninas, preparando-as para o lar e para o casamento. Conta ele que:

[...] O Padre Cícero gostava de visitar, lá orava e aconselhava como era de costume com as Beatas e órfãs quando ele chegava era oferecido uma merenda, uma papa ou salada de frutas que era os alimentos de gosto do Padre. Lá funcionava duas escolas, uma mantida regida pela professora Nonata Bezerra de Araújo que lecionava rudimentos de leitura aritmética e trabalhos manuais, a outra regida pela Beata mocinha. (Antônio Figueiredo, entrevista concedida a pesquisadora, Juazeiro, 06.02.2016).

Em relação ao casamento, conta-nos Antônio Figueiredo que nas suas conversas com Amália Xavier, a mesma relatou que:

[...] naquela época os homens passavam lá, e com o consentimento dos pais, pediam a permissão ao Padre Cicero para casar. Não era o Padre que obrigava elas a casarem elas mesmas pediam para o Padre que lhe arranjassem casamento, um homem bom para constituir família. (Antônio Figueiredo, entrevista concedida a pesquisadora, Juazeiro, 06.02.2016).

O que alude à concepção de família construída na época sobre a figura patriarcal. O Padre Cícero atuava como pai de todas as meninas que ele recolhia, fosse, na sua residência ou no espaço que ele tinha criado para recebê-las com a ajuda das Beatas, que tentavam suprir a falta da mãe das internas, sendo para elas o exemplo da figura materna. As meninas acolhidas na instituição tinham muito em comum, ambas faziam parte de um universo feminino onde a mulher estava sob o domínio da figura masculina, a sociedade patriarcal, e ainda faziam parte da mesma classe social, eram meninas pobres e negras, abandonadas pelas suas condições econômicas e sociais. Essas meninas não dividiam somente o espaço, dividiam a condição de abandono tanto pelos seus familiares, quanto do poder público.

Foto 5: Meninas órfãs com a Beata Mocinha



Fonte: Arquivo do Orfanato Jesus Maria José, data aproximada, 1925

Nessa imagem podemos perceber a Beata mocinha junto as meninas do Orfanato, aparentemente eram meninas negras e pobres que diante das situações econômicas das suas famílias foram deixadas sobre a responsabilidade de terceiros, sendo o Orfanato uma instituição criada para esse propósito, de abrigar as crianças e mulheres que se encontravam a margem da sociedade, fosse pela sua cor ou pela sua condição social, era uma instituição pobre, construída para pobres.

4.3 Orfanato Jesus Maria José na administração da Congregação das Filhas de Santa Teresa, 1935 a 2016

O Orfanato Jesus Maria José surgiu, apenas como meio de recolhimento de crianças órfãs, pobres e desvalidas, e tinha como propósito dar abrigo e proteção a essas crianças que viviam à margem da sociedade. Um projeto que buscava no disciplinamento e na sua organização uma pedagogia voltada para o recolhimento de origem europeia, instituído no Brasil por meio dos jesuítas, em que não tinham a intenção de se transformar em conventos e muito menos em escola para meninas.

Com a chegada da Congregação das Filhas de Santa Teresa de Jesus, no ano de 1935, uma nova forma administrativa foi instituída no recolhimento. A Congregação das Filhas de Santa Teresa já vinha administrando instituições de recolhimento para meninas desde o Período Colonial, como exemplo, o recolhimento de Santa Teresa em São Paulo, “que foi transformado em convento somente no século XX” (ALGRANTI, 1993, p. 214). Assim como

coloca Algranti (1993), pode-se perceber através dos estatutos que nas instituições de recolhimento era proposto um ideal de vida exatamente o mesmo “daquele dos estabelecimentos de vida religiosa professa” (ALGRANTI, 1993, p. 2014).

Ao assumirem a administração do Orfanato, as Filhas de Santa Teresa adotaram também o ideal de vida dos estabelecimentos administrados pelas religiosas. O que para nós se pode considerar como uma ruptura nas ações pedagógicas e organizacionais das reclusas, que vinha sendo desenvolvido de acordo com os princípios da moral religiosa do trabalho e da oração. Ao instalar uma escola na instituição, o estabelecimento passou de espaço de recolhimento para um espaço de “convenção com fins educativos” (ALGRANTI, 1993, p. 214). Não se transformou em um convento, porém, podemos indagar se esse não era o objetivo das religiosas, formar moças para servir a Deus e à Igreja? Ou transformar a instituição em uma escola para moças, como se deu na cidade do Crato, em 1923, com a criação do Colégio Santa Teresa de Jesus? No entanto, se este fosse o objetivo das religiosas, as forças políticas e as condições financeiras acabaram por interromper novamente essa História.

No ano de 1994, uma nova ruptura acontece no Orfanato Jesus Maria José, a escola que funcionava como suporte educacional para as irmãs garantirem a educação das crianças internas, acaba por vir a ser fechada. Não por interesse das Filhas de Santa Teresa que administravam o espaço, mas pelas condições socioeconômicas, que recaíam sobre a instituição na época e pelo descaso do poder público para com as famílias carentes.

No ano de 1994, sendo a cidade de Juazeiro administrada pelo prefeito Salviano, pertencente ao partido do PSDB, decidiu não mais contribuir com a instituição, deslocando os professores para outras escolas municipais. As religiosas, como mantenedoras da instituição, não puderam continuar com a escola por falta de condições econômicas, acabando por ter que fechá-la, o que deixaria as internas sem uma educação formal. Diante dessa problemática e das exigências para adoção estipuladas pelo conselho tutelar as religiosas decidiram pelo fim do externato.

Na época, a instituição era administrada pela irmã Célia Tomás de Aquino. A religiosa acreditava que a educação e o trabalho poderiam mudar as condições econômicas e sociais das famílias das crianças, “se o poder público se encarregasse de dar condições humanas a cada um deles. Isso evitaria a fome dessas crianças, que é a causa maior de todos os atos prejudiciais que cometem”. (Irmã Célia, jornal, Folha da Manhã, 1996). A estrutura familiar para ela estava ligada às condições econômicas das famílias, geradas pelo desemprego e pelas desigualdades sociais.

Na época, ainda encontravam-se na instituição em torno de 30 meninas. As irmãs cuidaram de deixá-las amparadas algumas com suas famílias e outras encaminhadas para São Paulo, onde havia uma instituição que podia recebê-las. Segundo a irmã Zenilda Maria, “a irmã Célia, que era muito batalhadora, providenciou para as meninas a festa de formatura de alguns que haviam terminado”. (Zenilda Maria, pertencente a atual administração, entrevista concedida a pesquisadora, Juazeiro 04/04/2016).

Durante o ano de 1994, a instituição esvaziou-se, e nesse mesmo ano a religiosa, Zenilda Maria, foi destinada pelos seus superiores a reerguer a instituição, agora com um trabalho de assistência à criança carente, uma entidade filantrópica com fins assistencialistas.

Cheguei aqui em 1994, foi na mesma época que a irmã Célia junto ao conselho Geral o conselho tutelar e o juizado de menores viram que não tinham mais condições da irmã Célia ficar com as 30 internas então resolveram, então resolveram entregar as internas para as famílias, então no ano seguinte em 1994, eu cheguei, chegamos em duas irmã Fátima e eu, logo que chegamos fomos visitar as crianças do bairros e convidei algumas crianças da redondeza para utilizar o espaço para as brincadeiras, nos dias seguintes, a instituição se encontrava com mais de 40 crianças, dando início a uma nova missão.(Zenilda Maria, religiosa integrante da atual administração, entrevista concedida a pesquisadora, Juazeiro 04/04/2016).

Um novo trabalho se iniciava no Orfanato, porém com o mesmo propósito para que foi criado, atender às necessidades das crianças pobres e desvalidas. Hoje, o Orfanato Jesus Maria José vem trabalhando de forma a manter o acolhimento às crianças pobres das comunidades vizinhas. Atende hoje em torno de 40 (registradas) crianças cadastradas e assistidas pela instituição por meio do projeto (Educacional e Humanitário),realizado pelas Filhas de Santa Teresa, em horário do contra turno escolar, para possibilitar às crianças estarem matriculadas em uma educação formal.

Como condição para a criança participar do projeto, as religiosas exigem que elas estejam matriculadas na escola regular, e concordem com as regras da instituição, nas palavras de uma das coordenadoras da direção atual, a religiosa Zenilda Maria se trata:

[...] do aluno e a família assumirem um compromisso com a instituição, ter disciplina e compromisso tanto com o projeto, quanto com os estudos, e ainda conhecer, amar e servir a Jesus, todas as quintas nos encontramos na capela para rezar, agradecer e pedir proteção (Entrevista com a irmã Zenilda Maria integrante da administração atual, 30/04/2016).

Para as irmãs que administram a instituição, o projeto do Orfanato é mais uma forma de incentivar as crianças nos estudos, oferecendo-lhes um lugar tranquilo, onde as crianças possam estudar e ter uma alimentação antes de voltar para casa, e um lugar diferente de muitos lares:

[...] Aqui eles têm a oportunidade de vivenciar um momento diferenciado, num ambiente mais tranquilo, que lhes oferece educação carinho e alimentação, nos preocupamos todos os dias com o jantar dos alunos, para que eles saiam daqui alimentados, as famílias são muito pobres e não podem ajudar com nada. Inclusive oferecemos cursos para os pais (Zenilda Maria, religiosa integrante da atual administração, entrevista concedida a pesquisadora, Juazeiro, 03.04.2016).

A instituição vem, desde então, trabalhando com projetos que venham a oferecer:

[...] para as crianças carentes acesso ao esporte, recreação, reforço escolar e formação profissional, além de oportunizar diversas ações de inclusão cultural, promovendo desde oficinas e cursos básicos, até capacitações mais abrangentes, para as crianças e as famílias (FOLHETO INFORMATIVO DO ORFANATO, 2016, p.4).

O Orfanato tem hoje como objetivo ainda envolver as famílias nos projetos da instituição. Busca por meio do trabalho, incentivar e fornecer subsídios necessários para que as famílias possam se sustentar e inserir-se no mercado de trabalho. Oferecem cursos profissionalizantes voltados aos pais desses jovens, para auxiliar na geração de renda familiar. Entre os cursos, estão: “oficinas de manicure, pedicure, costura, e artesanato; curso de informática básica e avançada, dentre outras” (Folheto Informativo do Orfanato, 2016, p.4).

A instituição continua “atendendo à missão para qual foi criada”, cuidar e educar crianças carentes. Encontra-se hoje atendendo em torno de 150, tendo 40 registradas e as demais se somam. No dia a dia, as crianças e adolescentes com idade entre 05 e 15 anos de idade estão engajadas nas diversas atividades, como reforço escolar, aulas de inglês, arte cênica, pintura, desenho, canto e coral.

Oferece ainda: esporte; biblioteca infantil e clube de mães; oficinas de teatro, coral, teclado e banda de lata; sessões gratuitas de cinema e espetáculo teatrais. Promove também cursos profissionalizantes voltados aos pais dos jovens, para auxiliarem na renda familiar. Entre os cursos estão, oficinas de manicure, pedicure, costura, artesanato, cursos de informática básica e avançada, dentre outros, isso desde 2014. (FOLHETO INFORMATIVO DO ORFANATO, 2016, P.2)

Completando neste ano de 2016 cem (100) anos da sua fundação, o Orfanato continua sendo uma instituição que serve à sociedade caririense, pautado também nos princípios da oração e do trabalho, deixando nítido que o trabalho das Beatas repercutiu no desenvolvimento do processo educacional. Conta hoje com a coordenação das Irmãs Zenilda, Francimária, irmã Lia e, atualmente, a irmã Aldenira Máximo soma-se à equipe.

4.3.1 Estrutura administrativa

Com a chegada das Filhas de Santa Tereza no ano de 1935, o Orfanato passou também a receber ajuda dos governos, Municipal e Estadual, para manter no estabelecimento uma

escola de 1º Grau, destinada à educação para as meninas. No entanto, as irmãs ainda dependiam de doações para manutenção do estabelecimento e o sustento das internas.

Para manutenção da instituição as irmãs utilizavam do espaço da fazenda que se constituía em uma grande extensão de terras. No espaço as irmãs mantinham produção de hortaliças que ajudavam nas finanças, bem como recorriam à venda de produtos artesanais desenvolvidos pelas internas, como a fabricação de velas, produtos de palhas e outros.

Foto 6: Fazenda do Dr. Floro Bartolomeu. Aos fundos a casa que se constituiu Orfanato.



Fonte: Arquivo Orfanato Jesus Maria José, data aproximada, 1925

Todas as terras do Orfanato pertenciam à fazenda que foi doada pelo Padre Cícero para a instalação do mesmo. Não se sabe ao certo qual a sua extensão, mas segundo as religiosas, eram muitas terras que foram sendo vendidas ao longo dos tempos. Hoje, o Orfanato encontra-se no meio da cidade, entre lojas, asfaltos e prédios, produtos da modernidade, e das transformações sociais.

De início, as irmãs puderam contar para a manutenção, conservação e equipamento do Orfanato, com o recebimento das bolsas da FEBEMCE, pequenas ajudas e contribuições de sócios voluntários, ofertas de romeiros e particulares de boa vontade (ESTATUTO DO ORFANATO JESUS MARIA JOSÉ, 1936, p.4). As irmãs viviam também de doações e de arrecadações de atividades financeiras por elas organizadas, como festas benéficas, viagens, rifas, enfim, todo o esforço era válido para requerer fundos para o funcionamento do Orfanato e manutenção das internas.

O Orfanato passou a receber também subvenção Federal para manter na instituição um curso primário com trabalhos manuais e outras atividades domésticas, cuidando especialmente da formação religiosa e social das alunas internas.

Logo após, assumiram como diretora administrativa as Beatas, a irmã Madre Tavares, que permaneceu como supervisora por um ano, de 1935 a 1936, sendo sucedida pela irmã Madalena, no ano de 1936. No ano de 1937 a direção foi repassada para a Madre Vitorino, e em 1938, assumiu Madre Quintina, que se afasta no ano seguinte, voltando então para administração da irmã Madalena, permanecendo por sete anos, até 1946.

No ano de 1947, assumiu a irmã Cândida, que coordenou a casa por nove anos consecutivos, ficando conhecida por sua forma de administrar, por ter sido responsável pela manutenção, ampliação e melhorias no espaço, primando pelo conforto das órfãs.

Ainda dentro do seu governo foram criadas avultadas verbas federais, podendo, desta forma, a irmã executar as obras de construção que executou neste Orfanato. Adquiriu motor de água e luz, bombas e finalmente nos últimos dias deste ano fez instalar um telefone. E, resumindo em poucas palavras, pode-se afirmar que esta Diretora no seu espírito incansável e realizador, dispendeu em benefício desta casa, quase todas as suas forças e energias. (RELATÓRIO DO ORFANATO, 1995).

Certamente, os documentos, as memórias, expressam o trabalho que foi conduzido pela irmã Cândida para com o Orfanato, o que a caracteriza como uma administradora que conduziu uma equipe de outras irmãs, como a irmã Menezes, sua tesoureira e secretária econômica, a irmã Clara, que atuava como secretária, a irmã Coimbra e irmã Eulália, uma equipe que fez a diferença naqueles nove anos, crescendo assim o número de meninas internas no Orfanato, chegando à média de 60 meninas.

Logo após a saída da irmã Cândida, assumiu a direção do Orfanato a Madre Nobre durante alguns meses junto a uma nova equipe. Em entrevista com a mesma, relata para nós que passou no Orfanato apenas três (3) meses. Sua missão era ajudar na organização da secretaria.

Segundo relatório do Orfanato referente aos anos de 1956 a 1958, o ano iniciou- se com mudanças em seu corpo administrativo, assumindo como Diretora-Madre Saraiva, Secretária - Madre Leal, Tesoureira - Irmã Clara. As mudanças ampliaram-se também sobre a estrutura do prédio:

[...] A supervisora sentindo a falta de cômodos para abrigo das jovens educandas, achou por bem fazer um aumento no prédio. Feito o orçamento, lançou-se à realização do plano. Foi necessário demolir uma parte que já bem velha e estragada, impedia a construção idealizada. Levantou-se principalmente um amplo pavilhão para recreio das órfãs o qual bem arejado é agradabilíssimo as meninas. Construídos mais três salões, os quais dois para funcionarem aulas e um para rouparia. Em prosseguimento fez-se quatro banheiros e quatro casinhas, melhoramentos que

estavam reclamando as necessidades higiênicas infantis. Foi esta a realização de 1957. (RELATÓRIO DO ORFANATO JESUS MARIA JOSÉ, 1956 A 1958).

Ainda com base no relatório, pudemos perceber as mudanças estruturais e adaptações também no ano de 1958, em que o autor relata que foi demolida uma antiga calçada e reconstruída outra com mosaico, com o intuito de melhorar a estética da fachada do prédio. O gabinete, que ora existia, ficou como portaria, a sala de visitas ficou no espaço que servia como dormitório das religiosas. O gabinete passou a funcionar onde era a sala de visitas. “Contigua, a cozinha fez-se a dispensa com uma área coberta alpendrada e calçada”. (RELATÓRIO DO ORFANATO DE 1956 A 1958).

Todas essas mudanças foram fruto de um trabalho coletivo desenvolvido pelas irmãs, com o intuito de trazer um pouco mais de conforto para as internas. Uma prática que existe até hoje, pois, além de se preocuparem com as crianças, ainda preocupam-se com a parte financeira. Recebem hoje ajuda da população como prestação de serviços voluntários e contribuições das empresas locais, enfim, buscam as irmãs envolver a população na manutenção da instituição.

Neste quadro, mostramos algumas irmãs que fizeram e fazem parte da construção do Orfanato.

Quadro administrativo do Orfanato Jesus Maria José - 1935 a 2016

Madre Tavares	1935 -1936
Madre Vitorino	1937 – 1938
Madre Quintino	1938 – 1939
Irmã Madalena	1939 – 1946
Irmã Cândida	1947 – 1956
Irmã Menezes	1947 – 1956
Irmã Clara	1947 – 1956
Irmã Coimbra	1947 – 1956
Irmã Eulália	1947 – 1956
Madre Nobre	1956 _____
Madre Saraiva	1956 – 1958
Madre Leal	1956 – 1958
Irmã Clara	1956 – 1958
Irmã Catarina	1963

Irmã Célia	1990 -1995
Irmã Zenilda	1994 -2016
Irmã Fátima dos Anjos	1995 – 2002
Irmã Elza Braz Mota	2002 – 2010
Irmã Fátima dos Anjos	2010 a 2011
Irmã Francimária	2016
Irmã Aldenira	2016
Irmã Lia	_____

Fonte: Criado pela autora a partir de documentos da instituição como: Relatório de 1956 a 1958 e obras de historiadores como: Amália Xavier, Geraldo Menezes e Antônio Figueiredo.

Hoje a instituição conta com a colaboração de educadores por meio de uma parceria com o SESC-Juazeiro, além de uma psicóloga que oferece trabalhos voluntários.

O espaço se encontra com algumas mudanças realizadas ao longo do tempo pelas Filhas de Santa Teresa de Jesus. Uma das modificações mais visíveis na estrutura física está na construção de um segundo andar, construído para melhor acomodar as internas e as irmãs que moram e administram o espaço.

Hoje o prédio mantém a sua originalidade, com algumas modificações feitas pelas freiras para melhor desenvolver o novo projeto. O Orfanato atualmente funciona no contra turno escolar, uma forma encontrada pelas irmãs para que as crianças assistidas pela instituição estivessem matriculadas na educação formal. Recebe ajuda tanto das empresas da região, como da população que se sensibiliza com o trabalho das religiosas

4.3.2Tempo, rotina e espaço

Com a administração das irmãs Filhas de Santa Teresa podemos perceber uma nova organização, que se dava pela criação do Estatuto da Instituição, criado em 1936, nele se estabeleciam normas e regras a serem seguidas no estabelecimento, principalmente sobre as crianças que poderiam ser recolhidas, trazendo em seu estatuto normas para o recolhimento das internas.

De acordo com estatuto do Orfanato, para uma órfã ser admitida, fazia-se necessário apresentar à instituição um requerimento, por escrito, acompanhado comprovando que a criança se tratava de uma órfã, que deveria vir seguido dos devidos documentos: certidão de óbito de um dos pais; certidão de batismo, pela qual ficasse também provado que a candidata não tinha menos de cinco anos de idade, nem mais de catorze, salvo o caso de ter sido

abandonada pelos pais, o que deveria, entretanto, ser atestado pelo Pároco; declarando que a menina era realmente desvalida e não tinha parentes em condições de ampará-la; atestado médico provando que a órfã, ou a menina abandonada não sofria de moléstia contagiosa ou incurável.

Foto 7: Crianças internas com as irmãs



Fonte: Arquivo do Orfanato, data aproximada 1964.

Após a apresentação da documentação, era constituída uma comissão administrativa para análise dos mesmos. Sendo recolhida pela instituição, a menina ali permanecia até a idade de 21 anos, dependendo exclusivamente da Diretoria do Estabelecimento, sem que sobre ela tivessem jurisdição seus pais ou parentes.

Aos 21 anos de idade, as órfãs eram entregues aos parentes, e na falta destes, a Mesa Administrativa providenciava para que ela fosse empregada em casas de famílias de inteira confiança, podendo, entretanto, a diretoria conservar por mais tempo àquelas que, pelos seus serviços fossem úteis ao estabelecimento.

Nas informações colhidas sobre a organização do tempo e do espaço das internas, percebemos que no período das Filhas de Santa Teresa de Jesus no recolhimento, as irmãs utilizavam do espaço para organizar cuidadosamente o tempo cotidiano das internas de forma que dessem conta de todas as atividades a desempenhar na instituição, desde as tarefas domésticas, até os trabalhos manuais, as atividades educacionais e espirituais.

Foto 8: Irmã Berenice e Maria José, com as internas



Fonte: Orfanato Jesus Maria José, 1967

Nessa foto podemos perceber uma diferença na padronização do tamanho e das idades das meninas, em relação as meninas da época das Beatas. Com as Filhas de Santa Teresa, foi instituído normas quanto a idade das recolhidas, já no período das Beatas as meninas chegavam até o Padre e ficavam na instituição independente das suas idades, não se tinha uma organização nem regras para o recolhimento, muito menos comprovação das suas condições de órfãs.

Assim como no período das Beatas, o trabalho no Orfanato também com as Filhas de Santa Teresa era dividido entre as internas que, segundo Terezinha, a rotina era algo que as irmãs mantinham com rigidez. As meninas tinham horário para acordar, rezar, se alimentar, cuidar dos afazeres domésticos, estudar, horários de lazer e horário para se recolher. Dormiam todas em um quarto com camas padronizadas, tendo na sua cabeceira a imagem da Sagrada Família.

O que eu sei era o que eu via e ouvia quando eu vinha era a irmã Francisca, irmã Célia e irmã Lúcia. Irmã Célia era aquela andarilha que saia, que saia em busca das coisas, a irmã Francisca ficava em casa consertando as roupas das meninas que o povo dava, lembro muito dela fazendo esse trabalho. A irmã Lúcia ficava cuidando das meninas, brincando com elas, a tarde descia para o pátio e fazia brincadeiras ao ar livre. Isso era o que eu via quando visitava o Juazeiro e ficava no Orfanato (Terezinha ,ex religiosa, professora colaboradora na instituição, entrevista cedida à pesquisadora, Juazeiro, 16.03.2016).

Quem estudava a tarde cuidava das atividades caseiras pela manhã e vice versa. A noite as meninas sentavam lá em cima no quarto das irmãs para assistirem televisão, sempre acompanhadas das irmãs. Depois descia para o dormitório que era bem grande, cheio de camas antigas e na cabeceira tinha uma imagem de um santo amarrado, vestiam a camisola e a irmã Célia ficava na porta e elas rezavam e diziam “benção mainha”, tomava a irmã Célia, parece que a irmã Francisca dormia com elas... (Terezinha, ex religiosa, professora colaboradora na instituição, entrevista realizada em 16/03/2016)

Nas palavras de Terezinha, percebemos a preocupação das religiosas em manter a ordem e a organização na instituição. Sobre as atividades desenvolvidas pelas internas, consistia em estudar, visitar os doentes e ajudar os Padres nas missas, aprendiam um ofício e produziam trabalhos manuais para vender e ajudar nas despesas da casa.

Na casa, o dia começava com o toque para despertar e todas as meninas se dirigiam até a capela para fazer a oração matinal. Logo após o café da manhã, iniciavam as atividades cotidianas.

Quem ia estudar ia estudar e quem não ia estudar ia cuidar das coisas que as irmãs dividiam por tarefas, as meninas ajudavam nas coisas que as irmãs faziam para vender, elas faziam velas. Teve um tempo que uma menina morreu na cozinha das irmãs queimada com parafina quente. Isso era o que eu via quando visitava o Orfanato (Teresinha, ex religiosa, professora colaboradora na instituição, entrevista em 16/03/2016)

Hoje a organização do espaço no Orfanato encontra-se adaptado às atividades que são desenvolvidas com as crianças e adolescentes. Dispõe de sala para aulas de música, sala para construção de banda de latas, salas destinadas para aulas de reforço, escolar. A capela ainda continua no mesmo lugar, onde as crianças fazem suas orações junto com as irmãs todas as quintas-feiras. E ainda possui um espaço para o lazer das crianças, que se trata de um pátio com um ambiente para os alunos realizarem suas atividades esportivas.

Quanto à organização do tempo na instituição, segundo a religiosa Zenilda Maria, elas procuram organizar-se de acordo com os horários das crianças e das professoras, pois muitas são voluntárias. Permanece ainda o hábito das orações e das festas comemorativas.

Destinamos um tempo também para as orações, assim como fazia o Pe. Cicero e as Beatas. Não descuidamos da educação espiritual, que é o que nos sustenta, todas as quintas nos encontramos na capela para fazermos as nossas orações. (Entrevista com a irmã Zenilda Maria, participante da administração atual, Juazeiro, 30/04/2016).

Para os festejos do Centenário, que deu início em abril de 2016, os alunos tiveram uma grande representatividade, com encenações de peças teatrais, fizeram o resgate da História da criação do Orfanato, seus idealizadores e o contexto da sociedade no período. As irmãs se esforçaram o máximo para garantir que a História da instituição fosse passada para a população, para que ficassem cientes dos seus idealizadores do passado, o Padre Cícero e a Beata Mocinha.

Foto 9: Missa na comemoração do centenário do Orfanato Jesus Maria José



Fonte: Orfanato Jesus Maria José, 2016

As irmãs planejaram, um mês de comemorações com missas, apresentações culturais e atividades financeiras para a manutenção da instituição. Todas as atividades ocorreram com a colaboração da população, que participou ativamente de todas as atividades, que aconteceram no espaço da instituição. A missa foi celebrada do lado de fora da instituição para o melhor acolhimento da população, que prestigiou de perto esse momento histórico.

Foto 10: Missa de comemoração do centenário do Orfanato Jesus Maria José



Fonte: Orfanato Jesus Maria José. 2016

Para a irmã Zenilda, os cem (100) anos do Orfanato é de grande importância para a população Juazeirense, pelos serviços que vêm sendo prestado às comunidades carentes. Para a religiosa fazer parte desse momento é uma dádiva divina.

Para nós foi uma grande alegria, é uma graça especial, passarmos o primeiro centenário nessa casa, por que no segundo estaremos na casa do pai celeste, veja só daqui a cem anos, claro, só quero dizer que o projeto do Orfanato faz parte da nossa vida e mantê-lo, funcionando, ajudando as crianças carentes e seus familiares é para nós a maior recompensa que poderiam receber.(Entrevista com a irmã Zenilda Maria da atual administração do Orfanato, Juazeiro, 30/04/2016).

[...] o centenário só vem mostrando o quanto esse projeto tem dado certo. O Orfanato se manteve pela providência divina e principalmente pelas doações, neste centenário de confraternização e colaboração que será comemorado ao longo de 2016, um século de sobrevivência. Nossa meta é reforçar esse caráter de filantropia com auxílio das pessoas, aqui nessa casa vivemos da providência divina e das graças do meu “padim ciço”. (Entrevista a Zenilda Maria, religiosa, participante da administração atual, entrevista concedida em 03/04/2016).

Podemos perceber nas palavras da religiosa Zenilda Maria que, a importância do Orfanato Jesus Maria José, tanto para as famílias assistidas como para as religiosas, que buscam na proteção divina a continuidade de um projeto de caridade. O agradecimento das crianças e da população aos trabalhos prestados pelas irmãs é para elas, a melhor recompensa que poderiam receber. O trabalho desenvolvido pelas religiosas toma uma enorme repercussão para a população em tempos de pobreza e de total falta de compromisso do poder público para com os menos favorecidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente Dissertação de Mestrado intitulada, A Memória Histórica Educativa do Orfanato Jesus Maria José, 100 Anos de Permanências e Rupturas, buscou fazer uma análise da criação do Orfanato, explicitando as ações desenvolvidas pelos seus idealizadores, bem como as rupturas e permanências constituídas durante os cem anos de memória histórica. O estudo abordou a História de uma instituição educacional para meninas órfãs administradas por mulheres religiosas na cidade de Juazeiro do Norte - CE, no período que decorre de 1916 a 2016.

A reconstituição histórica do Orfanato se deu pela necessidade de conferir visibilidade à História da instituição e às ações educacionais dos seus idealizadores e buscou responder as questões levantadas durante a elaboração do projeto de pesquisa. Na ocasião indagamos: como se deu a idealização do Orfanato Jesus Maria José? Quais motivos levaram a sua idealização? Como a instituição conseguiu manter-se durante um século? Quais rupturas e permanências podem ser destacadas durante o percurso de um século? Como se dava a ação das Beatas no âmbito da instituição para com as internas? Como se deu o processo de mudanças das Beatas para as Filhas de Santa Teresa? O que ainda habita na instituição das ações das Beatas? Como se encontra a instituição nos dias atuais?

Das questões aqui apresentadas levantamos como pressupostos que após cem anos de resistência, diante das permanências históricas, ainda habitam no Orfanato Jesus Maria José ações que nos levam aos seus idealizadores do passado, tanto no tocante a estrutura física, quanto na filosofia que levou a idealização do espaço. Acreditamos que o Orfanato de 1916 continua incidindo sobre as ações que regem a instituição atual, causando impactos na vida das famílias e das crianças que são assistidas pela mesma.

No anseio de responder aos nossos questionamentos e concretizar os objetivos, buscamos na pesquisa bibliográfica estudos que pudessem nos aproximar do tema proposto. Em seguida, a pesquisa de campo contribuiu para o reconhecimento do espaço, onde colhemos dados empíricos presentes nas memórias, lembranças e esquecimentos da população Juazeirense.

Na incursão por fontes documentais nos deparamos com a falta de materiais escritos capazes de nos dizer, sobre a instituição, as alunas internas, as religiosas, mulheres, mães, professoras. Esperávamos encontrar, na instituição, na secretaria de educação, nas bibliotecas públicas e privadas, as correspondências pessoais, diários ou outros quaisquer escritos, que pudessem nos dizer sobre as religiosas, as Beatas, as internas. No entanto, conseguimos

apenas registros e lembranças de alguns nomes das Beatas, das religiosas e das meninas adotadas pelo Padre Cícero e um único nome de uma interna, do período da administração da Congregação das Filhas de Santa Teresa. Os pergaminhos que podiam nos contar sobre as suas vidas, não foram escritos, ou não foram conservados, talvez por não terem importância aos olhos da sociedade da época, por intencionalidade do não registro para a História ou por mero esquecimento.

Para tanto a memória se caracterizou como a principal fonte, o que foi para nós um desafio, buscar nas memórias socialmente compartilhadas, a voz do passado, quando não dispomos dos personagens diretos dessa História. Percebemos nos discursos, nos gestos, nas ações das pessoas entrevistadas que a História da instituição permanece viva, no imaginário da população Juazeirense. Durante o período da investigação, conhecemos pessoas, convivemos, criamos vínculos, aprendemos com elas e nos identificamos como agentes participativos do processo de construção histórica. Iniciamos uma investigação, da qual pretendemos apresentar algumas considerações, uma vez que, almejamos com esse trabalho contribuir com a História da educação caririense.

Nos capítulos nos pareceu importante fazer uma contextualização do espaço social onde estava inserido o Orfanato Jesus Maria José. Fazer o reconhecimento, histórico, político e religioso da Cidade de Juazeiro do Norte, bem como, da região do Cariri foi um ponto crucial para compreendermos as relações estabelecidas na época e o cenário em que se deu a criação do Orfanato.

Nos últimos capítulos procuramos recriar a origem do Orfanato, dentro de uma perspectiva genealógica. Nesses reconstituímos o processo de idealização do Orfanato Jesus Maria José, que se deu como forma de responder as necessidades da época, quando a fome, a seca e o abandono de crianças eram constantes no Nordeste. O Orfanato Jesus Maria José incidiu sobre a educação e o trabalho feminino, através de mulheres religiosas que tomaram para si a responsabilidade de criar, educar e formar para a vida, crianças desprovidas do seio familiar.

Percebemos, também, que ao ser caracterizado como Casa de Recolhimento, o Orfanato, alude a um modelo, de reclusão feminina, “criada em diversas capitâncias brasileiras, durante o período colonial” (RODRIGUES, 2012, p 148), regido pelos cuidados de mulheres religiosas, sobre a tutela da figura masculina, no caso de Juazeiro, o Padre Cícero. Um modelo que advém da proibição da criação de conventos nas colônias, pela coroa portuguesa e da necessidade de prover as mulheres de um espaço, que as moldassem de acordo com os valores morais e religiosos impostos à mulher na época. O Orfanato Jesus Maria José, como modelo

de reclusão feminina, cumpriu sua função social quando da sua criação em 1916 e ainda rege sobre os princípios de sua idealização, no tocante à educação, ao trabalho e à oração, incidindo sobre uma parte carente da população.

Quanto à administração e financiamento da instituição, no seu início, o Orfanato passou a funcionar em uma casa de propriedade do patriarca, sua manutenção se dava por meio do seu idealizador, o Padre Cícero Romão Batista, na época prefeito da cidade de Juazeiro do Norte. O Padre utilizava da sua influência para arrecadar verbas e ajudar na manutenção da instituição. As Beatas se encarregavam do recolhimento das menores, de pedir esmolas em nome das órfãs e obras do Padre Cícero, já considerado o “santo” protetor dos desvalidos. Percebemos, ainda, que o Orfanato, como Casa de Recolhimento feminino, assim como nas casas do período colonial, era mantido por seus idealizadores e administradores, sem vínculo financeiro com a Igreja ou o Estado.

Ao ser assumido pela Congregação das Filhas de Santa Teresa de Jesus a instituição passou a ser mantida, também, por convênios, doações e caridade de terceiros. Segundo a irmã Zenilda Maria (2016)“ainda hoje a instituição se mantém pela providência divina, da fé e da força de vontade das pessoas da comunidade [...].” Percebemos nas palavras da religiosa o compromisso a fé e a força de vontade destas mulheres para manter vivo um projeto centenário.

Em relação à rotina, às normas e práticas desenvolvidas no âmbito da instituição, infelizmente, não encontramos documentos que nos pudessem dizer de forma precisa sobre como se dava, no entanto, deixamos que as memórias nos falassem através da História não vivida, porém, compartilhadas entre gerações. Através dessas o estudo revelou que, as ações desenvolvidas na instituição no período das Beatas se davam como forma de manter a convivência entre as internas e de práticas aprendidas pelas próprias Beatas e freiras durante suas experiências como alunas ao longo das suas vidas.

A filosofia educacional das Beatas era regida pelos princípios da austeridade, do estudo, do trabalho e da oração. Por limitações de fontes não nos foi possível ter informações sobre as ações educativas, instituídas por elas no âmbito institucional. Acreditamos que, assim como as Casas de Recolhimento, instituídas no Brasil no período colonial, a organização se dava sobre a formação educacional e devocional das reclusas, com tarefas que garantissem a convivência e a formação do modelo de mulher da época.

Em relação à administração da instituição realizada pelas religiosas Filhas de Santa Teresa, concluímos que buscaram manter a instituição com a missão inicial, acolher as meninas e dar continuidade ao processo educacional com a criação de um educandário. Nesse

período podemos perceber os moldes de uma organização de base educacional escolar, com normas, um currículo e o disciplinamento das meninas.

As religiosas Filhas de Santa Teresa já tinham uma prática na administração de instituições internas para mulheres, por coordenarem o Colégio Santa Teresa de Jesus, da cidade do Crato, construído em 1923, pelo Bispo Dom Quintino Rodrigues e Silva. Uma instituição voltada para a educação formal das meninas da elite da região. No decorrer da pesquisa percebemos que a filosofia adotada pelas irmãs no processo educacional das meninas no Orfanato muito se assemelhava à educação das demais instituições pertencentes à Congregação, para as quais a disciplina, a educação moral e religiosa faziam parte da filosofia adotada pela instituição, com objetivos de moldar a mulher para a construção da família e a sociedade.

Segundo Antônio Pereira de Figueiredo, historiador, e a religiosa Zenilda Maria (2016), a instituição logo após as Beatas ficou sob os cuidados da religiosa Madre Ana Couto, diretora geral da Congregação das Filhas de Santa Teresa, na época, por já ter experiência no processo educacional feminino. Madre Ana Couto era responsável pela coordenação do Colégio Santa Teresa de Jesus para meninas internas, na cidade do Crato e assumia a direção do Orfanato.

Com a chegada das Filhas de Santa Teresa, as mudanças nas práticas do Orfanato foram perceptíveis. Buscaram adequá-lo ao modelo institucional que já conheciam, porém diferenciando-o das outras instituições, dada a sua clientela ser constituída por meninas pobres da região. Na estrutura física, as irmãs trataram de adequar o espaço de modo à melhor acomodar tanto as internas como as religiosas, tendo as mudanças sido realizadas, segundo a irmã Zenilda Maria (2016), somente para melhor acomodação das internas. Tiveram, as religiosas, o cuidado de não comprometer a arquitetura original do prédio, o que de certa forma foi garantido. Hoje o prédio ganha destaque entre as novas construções do século XXI, por ainda manter características do passado.

Quanto às rupturas e permanências destacamos alguns momentos que nos levaram à suas classificações, durante os cem anos de resistência da instituição. Consideramos rupturas, as descontinuidades do processo, tanto na parte estrutural como na organizacional em três momentos:

- ✓ A mudança na parte administrativa, das Beatas do Padre Cícero para a coordenação da Congregação das Filhas de Santa Teresa de Jesus, no ano de 1935. Durante esse período, constatamos que nesta mudança foi se constituindo uma reformulação nas ações desenvolvidas pelo grupo que passou a coordenar. A administração com as

Beatas se dava pelas suas próprias decisões e suas necessidades e com a Congregação passou a fazer parte de um sistema organizacional, com livro caixa, com planejamento e relatório de atividades.

- ✓ A instalação de uma escola de ensino, em nível de 1º Grau, nas dependências do Orfanato, conveniada ao município, fruto do esforço da irmã Célia, conhecida na cidade de Juazeiro como “andarilha do bem, andava em busca de benefícios para o Orfanato” (Entrevista com Antônio Figueiredo em 06/02/2016). A religiosa procurava as autoridades governamentais da região em busca de convênios, para manter a instituição funcionando. O convênio com o município serviu para a formalização institucional do ensino.
- ✓ Em 1994, concretizando o terceiro momento de ruptura, incidiu sobre os benefícios que recebiam da prefeitura. Ao cortar a cessão dos professores para a escola que funcionava no Orfanato, as religiosas foram obrigadas a fechar as atividades de ensino, e, por conseguinte, o regime de internato. Esta ruptura teve uma temporalidade muito longa, foram 78 anos de funcionamento da instituição sem apoio governamental causando muitas vezes interrupção nas atividades para as crianças da vizinhança.

Simultaneamente ao fechamento da escola, o Orfanato passou a ser um externato misto, funcionando somente no contra turno, seguindo o horário compatível com o período escolar de cada criança. As mudanças no funcionamento da instituição exigiram das religiosas um novo direcionamento nas práticas educativas, adotando o regime de reforço escolar, e adaptando-se a uma dinâmica de construção de projetos dentro de uma perspectiva voltada para a formação de crianças e adolescentes. Tiveram elas que atender as novas demandas sociais, instituir parcerias e trabalhar junto à comunidade local, somando-se a isso um trabalho de voluntariado por parte da população.

Podemos afirmar a importância que as permanências tiveram para o funcionamento da instituição até os dias atuais. Assim, vamos considerar sua posição enquanto Casa de Recolhimento, que se manteve, embora com outro propósito, e com outra configuração familiar das crianças, ao se transformar em uma instituição filantrópica e assistencialista.

Na instituição, em relação à educação, o que antes se caracterizava como uma educação voltada para o público feminino, para a moral e a religiosidade, passou para o atendimento às crianças de ambos os性os, em um contra turno, seguindo com o mesmo propósito: ajudar as crianças carentes por meio de práticas caritativas.

Quanto às ações e à filosofia, as posturas adotadas pelas irmãs ainda se assemelham ao período das Beatas no processo educacional, no disciplinamento, nas práticas caritativas e no

atendimento às crianças carentes. A proposta educacional hoje se mantém voltada para os valores morais, coordenada por mulheres religiosas que dedicam as suas vidas à caridade. Assim, percebemos que os achados desta pesquisa confirmam que, após cem (100) anos de História, ainda habitam no Orfanato Jesus Maria José as ações dos seus idealizadores, concretizadas nas práticas dos agentes do presente.

Reconstituir a História do Orfanato Jesus Maria José foi para nós, um retorno ao passado, que nos ajudou a compreender o presente e evidenciar a importância do mesmo para a História educacional da região. Os exemplos de caridade que alude à pessoa do Padre Cícero, o apadrinhamento de crianças apresenta-se hoje por meio do apelo das religiosas através de propagandas, que incentivam a população a contribuir com a educação de uma criança do Orfanato, por meio de doações e trabalho voluntário. Um projeto que nos lembra da idealização do Orfanato em 1916, quando o Padre Cícero resolveu acolher e oferecer um futuro para as crianças carentes.

Diante do exposto podemos perceber que, desde a criação do Orfanato, as mudanças foram acompanhando as transformações sociais, algo necessário para a sua permanência histórica, relevância política, social e cultural. Sua idealização se deu em um período de desigualdades sociais, tendo em vista o controle da moral pública das necessidades e o bem estar dos povos.

Diante de tais fatos passamos a questionar, se, além das necessidades materiais das crianças carentes, os motivos e objetivos que moveram o Padre Cícero na idealização do Orfanato, não estariam ligados à criação de uma instituição como espaços para a assistência espiritual e devocional para a formação feminina, nos moldes do Padre Gabriel Malagrida? E por parte da Congregação das Filhas de Santa Teresa um espaço de sujeitos para a vida religiosa? Sendo o Padre Cícero além de religioso um político da cidade, por que não transformar a instituição em uma escola de formação para as meninas do Juazeiro? São questionamentos, que poderão ser respondidos em pesquisas posteriores. Porém, podemos afirmar que o Orfanato, em épocas de seca, foi a esperança de um povo sofrido, para pais pobres um lugar de formação e futuro para seus filhos e, para a Igreja, mais uma ação religiosa – educativa e assistência integrando seu sistema sócio educacional na região do Cariri. Para o Padre Cícero, o Orfanato foi também uma ação política, além do viés religioso, a prática da caridade está nitidamente ligada a sua responsabilidade como líder político da Cidade de Juazeiro do Norte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e devotas:** mulheres da colônia: Estudo sobre a condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudoeste do Brasil, 1750 – 1882. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.
- ARAÚJO, Emanuel. **A arte da sedução:** sexualidade feminina na colônia In: DELL PRIORE, Mary. (Org.) História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto/UNESP, 1997.
- ARAÚJO, Raimundo. **Questionário histórico.** Juazeiro do Norte. Gráfica e Editora Royal Ltda. 2012.
- ARIÈS, Philippe. **História social da infância e da família.** 2^a edição. Rio de Janeiro: Guanabara, 1978.
- BORGES, Célia Maia. **Santa Teresa e a espiritualidade mística:** a circulação de um ideário religioso no Mundo Atlântico. Actas do Congresso Internacional espaço atlântico do antigo regime: poderes e sociedade. Lisboa: Instituto camões, 2005. Disponível em: [Http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/colloquio/comunicacoes/celia_borges.pdf](http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/colloquio/comunicacoes/celia_borges.pdf). Acessado em 07.07.2015.
- BORGES, Raimundo de Oliveira. **O Padre Cícero e a educação em Juazeiro.** Fortaleza: ABC editora, 2004.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. 9^a edição. São Paulo: Companhia das letras, 1994.
- BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1920-1989):** a Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: Fundação da Editora da UNESP, 1997.
- _____. **O que é História cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005.
- _____. **Variedades da História cultural.** 3 edição, Rio de Janeiro: 2011.
- CÀ, Cristina Mandau Ocuni. **Formação feminina no internato de Bor (Guiné-Bissau) de 1933 a 2011:** reflexões na educação da sociedade Guineense contemporânea. Tese (doutorado em Educação Brasileira) Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará (UFC) Fortaleza, 2015.

- CAVALCANTE, Juraci Maia et al. (Org.). **História da educação comparada:** Fortaleza: Edições UFC, 2011.
- _____. **História Educacional de Portugal:** discurso, cronologia e comparação: Edições UFC, 2008.
- _____. **O Jornal como fonte de pesquisa privilegiada da pesquisa no campo educacional.** Fortaleza, 1998.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do Cotidiano:** As artes de fazer. 3^a edição. Petrópolis, Vozes, 1998.
- COWEN, Robert. KAZAMIAS, Andreas; UNTERHALTER, Elaine (Org.) **Educação comparada:** panorama internacional e perspectivas. Brasília, UNESCO-CAPES, 2010. 803 p. Vol. I.
- DANTAS, Francisco Renato. **As Beatas do Juazeiro e do Cariri.** Juazeiro do Norte: Instituto Cultura do Vale do Cariri, 1982.
- DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto//Unesp, 1997. p. 223-240.
- _____. **Uma breve História do Brasil:** São Paulo: Editora, Planeta do Brasil, 2010.
- DELLA CAVA, Ralph. **Milagre em Joazeiro.** 3^a edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2014 - 1976.
- DESLANDES, Suely Ferreira; CRUZ NETO, Otávio; GOMES, Romeu; MYNAIO, Cecília (organizadora). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ. Vozes, 1994.
- FERREIRA, António Gomes: **O sentido da Educação Comparada:** uma compreensão sobre a construção de uma identidade. In SOUZA, Donaldo Bello de e MARTÍNEZ, Silvia Alicia (org.): **Educação comparada:** rotas do além-mar. São Paulo, Xamã, 2009.
- FERREIRA, Jurandyr Pires, IBGE 1959: Encyclopédia dos Municípios Brasileiros, Volume XVI. Rio de Janeiro, 1959. Disponível em: Wikipédia, a encyclopédia livre: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Workhouse>; acessado em 01/05/2016 às 18h42min.
- FIGUEIREDO FILHO, José de. **História do cariri.** Crato: Faculdade de Filosofia do Crato, 1966.
- FORTI. Maria do Carmo Pagan. **Maria do Juazeiro:** a Beata do milagre. São Paulo:

Anhablume, 1999.

GILDENS, Anthony. **Sociologia**. Porto Alegre, Artmed, 2005.

HAGUETTE, Tereza. Maria. Frota: **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1987.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Revista dos tribunais, LTDA, 1990.

HOLANDA, Patrícia Helena Carvalho. Enlaces e laços familiares em perspectiva genealógica: da tradição as novas configurações. In: CAVALCANTE, Maria Juraci *et al.* (Org.). **História da educação: república, escola e religião**. Fortaleza: Edições UFC, 2012.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Perfil dos municípios brasileiros**.

2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/>

2012/>. Acesso em: 16 set. 2016.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **História oral e pesquisa histórica**: influência europeia e recepção brasileira. In: CAVALCANTE, Maria Juraci et al. (Org.). **História da educação comparada: missões expedições, instituições e intercâmbios**. Fortaleza: Edições UFC, 2013.

JUCÁ, Pedro Rocha. A colonização e o povoamento do Ceará. In: Revista A Província, nº 13, julho, 1997. 21–32p

LAKATUS, Eva Maria; MARCONI, Marina Andrade. **Metodologia Científica**: Ciência. 3^a ed. São Paulo: Editora Atlas, S. A., 2000.

LE GOFF, Jaques. **História e memória**. Campinas, São Paulo: Editora UNICAMP, 2003.

LOPES, Tânia Maria Rodrigues. **Uma História de instituições escolares e formação de professoras no cariri (1923 a 1960)**: o colégio Santa Teresa de Jesus e a Escola normal Rural de Juazeiro do Norte em Perspectiva Histórico-Comparada. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, em Fortaleza, 2015.

LOURO, Guacira Lopes: **Mulheres na sala de aula**. In PRIORE, Mary. (org.) **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/UNESP, 2007.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, Paulo de Tarso Gondim. **Certidão histórica da comarca de Juazeiro do Norte-Ce**: cartório como fonte de pesquisa. Juazeiro do Norte – Ceará, Gráfica Royal LTDA, 1994.

MADEIRA, Maria das Graças de Loiola. **A pedagogia feminina das Casas de caridade de Padre Ibiapina.** Fortaleza: Edições UFC, 2008.

MAGALHÃES, Antônio Germano Junior. **De Eva a Maria:** os ideais de formação católica feminina na primeira metade do século XX no Brasil. In: CAVALCANTE, Maria Juraci Maia (Org.). História e Memória da Educação no Ceará. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2002.

MENEZES, Fátima e ALENCAR, Generosa. **"Beata Mocinha" Governanta e Tesoureira da Casa de do Padre Cícero.** Juazeiro do Norte: HB, (s/d).

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social:** Teoria Método e Criatividade. 21^a edição, Petrópolis, Vozes, 2002.

NOBRE, Edianne. **O Teatro de Deus:** as Beatas do Padre Cícero e o espaço sagrado de Juazeiro. Fortaleza: editora IMEPH, 2011.

NÓVOA, António. **Modelos de análise de educação comparada:** o campo e o mapa. In: SOUZA, Donaldo B. MARTINEZ, Silva A. (Org.). Educação Comparada: rotas de além-mar. São Paulo, Xamã, 2009.

_____. SCHRIWER, Juergen (Org.) **A difusão mundial da escola.** Lisboa, Educação, 2000.

NUNES, Maria José Rosado. **Freiras no Brasil.** In: DEL PRIORE, Mary (org.). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2007.

OLIVEIRA, Amália Xavier de. **O Padre Cícero que conheci:** verdadeira História de Juazeiro. Fortaleza: editora Premius, 2001.

PAZ, Renata Marinho. **As Beatas do Padre Cícero:** participação feminina leiga no movimento sócio – religioso de Juazeiro do Norte. Juazeiro do Norte: Edições IPESC-URCA, 1998.

PINSKY, Carla Bassanezi, PEDRO, Joana Maria. **Nova História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2013.

PRACIANO, Elizabeba Rebouças Tomé: **“O direito de punir na constituição de 1988 e os reflexos na execução da pena privativa de liberdade”:** Dissertação apresentada ao programa de Pós – Graduação em direito, Fortaleza, 2007 <http://www.ibamendes.com/2011/03/origem-e-evolucao-da-prisao.html>: acessado em 01/05/2016 às 18: 29.

QUEIROZ, Zuleide Fernandes. **Em cada sala um altar, em cada quintal uma oficina:** o tradicional e o novo na História da educação tecnológica no cariri cearense. Fortaleza, UFC, 2008.

RIBEIRO SOBRINHO, Vicente. **Juazeiro no túnel do tempo.** Juazeiro do Norte: HB editora e gráfica, 1996.

RICOUER, Paul. **História e verdade.** Rio de janeiro: Companhia Editora Forense, 1955.

RODRIGUES, Maria José Lobato. **Educação feminina no recolhimento do Maranhão:** o redefinir de uma educação. São Luiz: Café & Lapis; EDUFAMA; FAPEMA, 2012.

RODRIGUES, Rui Martinho. Pesquisa Acadêmica. São Paulo: Atlas, 2007.

SAVIANI, Dermeval, LOMBARDI, José Claudinei, SANFELICE, José Luís (org.). **O debate teórico-metodológico atual.** Campinas: Autores associados/HISTEDBR, 2006.

SILVA, Antenor de Andrade. **Cartas do Padre Cícero 1877 – 1934.** Salvador - Bahia: E. P. Salesianos, 1982.

SOBREIRA, Edilberto, juazeiro: 23/12/1995. In: FIGUÊIREDO, Antônio Pereira. Memórias do Orfanato jesus Maria José. Juazeiro do norte: 1916-1996.

SOBRINHO, Th. Pompeu. **Origens Índios Cariris.** Disponível em:
<http://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1950/1950-OrigensIndiosCariris.pdf>. Acesso em 12/04/2016

SOUZA, Joaquim Moreira. **Sistema Educacional Cearense.** MEC/INEP/Centro regional de pesquisa educacional do Recife. s/d.

SOUZA, Josinete Lopes de. **Da infância “Desvalida” á infância “Delinquente”:** Fortaleza, (1865 – 1928). Dissertação de Mestrado em História, São Paulo, 1999.

VAINFAS, Ronaldo. **Homo erotismo feminino e o santo ofício** - In: DEL PRIORE, Mary (org.). História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. **Trópico dos pecados-Moral Sexualidade e Inquisição no Brasil:** RJ, 1989.

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Maternidade negada.** In: DEL PRIORE, Mary (org.). História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 1997.

WALKER, Daniel. **Maria de Araújo: a Beata do milagre de Juazeiro.** Juazeiro do Norte: Edições IPESC, 1996.

OUTRAS FONTES

Estatuto do Orfanato Jesus Maria José. Juazeiro do Norte (CE), 1936.

Folheto informativo do Orfanato Jesus Maria José. Juazeiro do Norte (CE), 2016.

Jornal Folha da manhã: entrevista com Geraldo Menezes Barbosa. Juazeiro do Norte-CE, 1996.

_____. Entrevista com a irmã Célia Tomás de Aquino diretora do Orfanato Jesus Maria José no ano de 1996. Juazeiro do Norte-CE, 1996.

Relatório do Orfanato Jesus Maria José. Juazeiro do Norte (CE), 1995 – 1958.

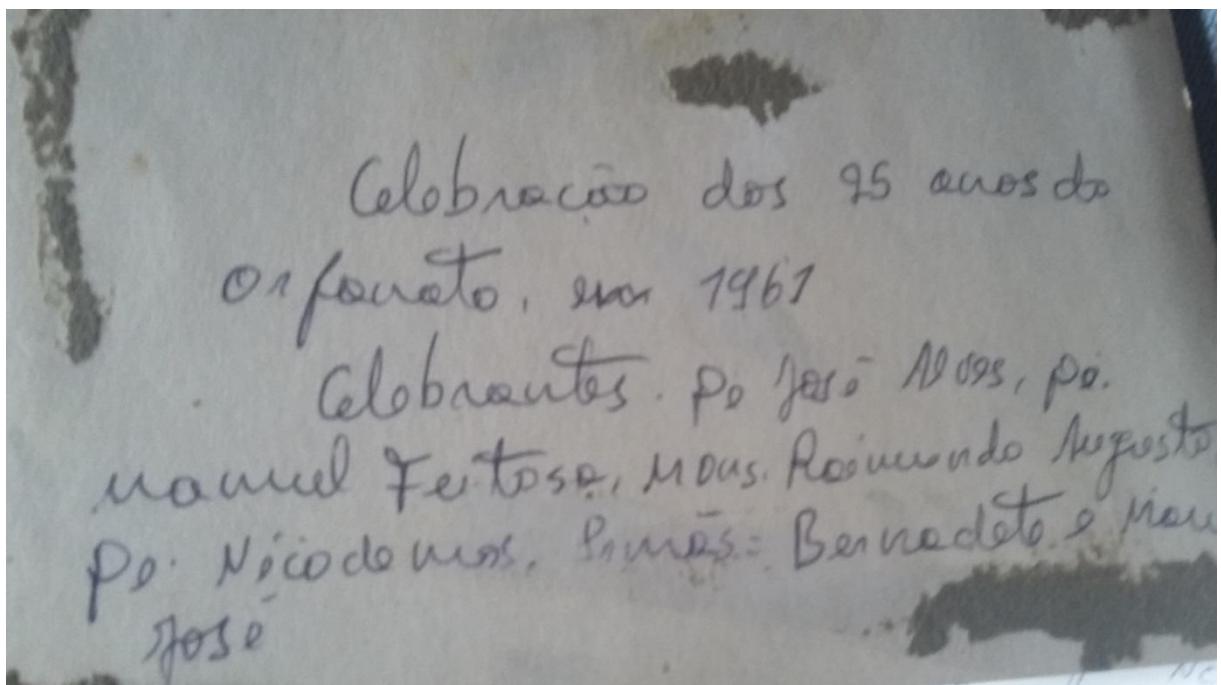
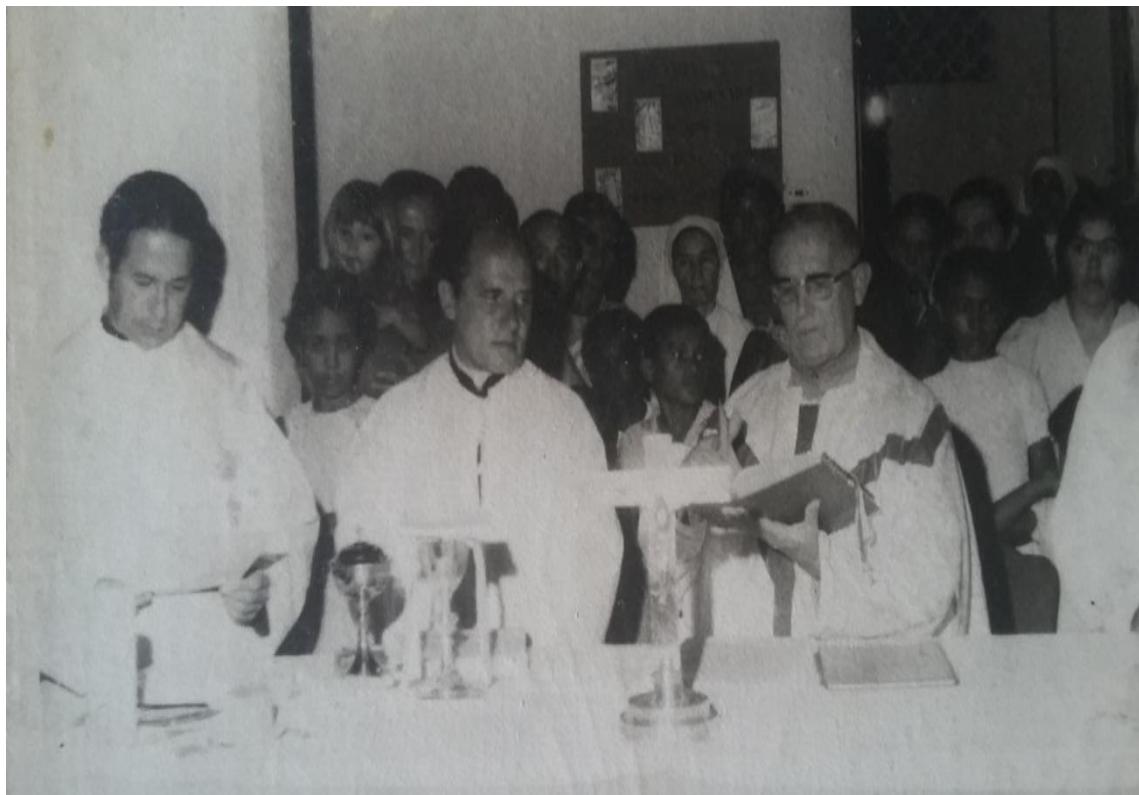
ANEXOS

2ª Sede do Orfanato Jesus Maria José após reformas



Fonte: Orfanato Jesus Maria José s/d data aproximada, 1940 a 1959.

Missa no Orfanato Jesus Maria José em 1961



Fonte: Arquivo do Orfanato Jesus Maria José

Sala de aula na Escola de 1º Grau Jesus Maria José



Fonte: Arquivo do Orfanato Jesus Maria José s/d

Área externa do Orfanato Jesus Maria José hoje



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 30/09/2015.

Pátio do Orfanato Jesus Maria José hoje



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 30/09/2015.

Espaço reservado para as plantas e ervas medicinais s/d



FONTE: Arquivo pessoal de Terezinha s/d

Crianças no Orfanato



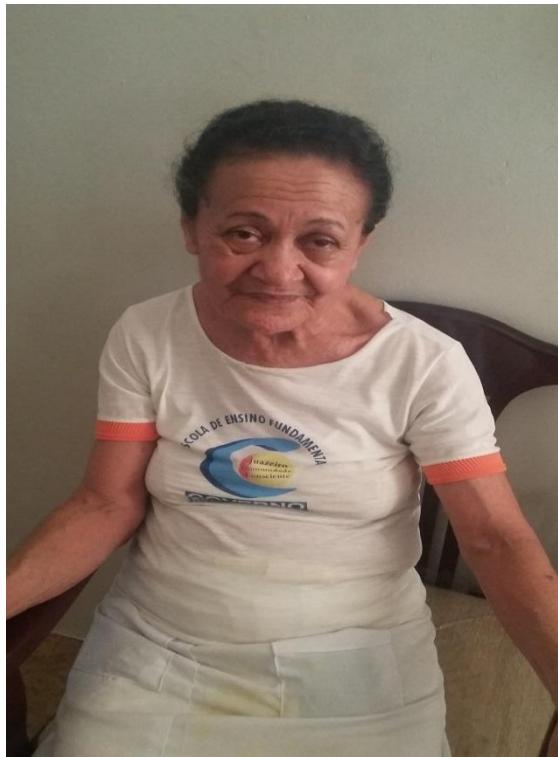
Fonte: Teresinha, 1994

Reunião no Orfanato, com pesquisadores e membros da administração atual.



Fonte: Arquivo particular da pesquisadora, 30/09/2016.

Professora Maria Pereira



Fonte: Arquivo particular da pesquisadora, 04/03/2016.

Foto 17: Entrevista com Cícera ex-aluna interna do Orfanato



Fonte: Arquivo particular da pesquisadora, 29/09/2016.